ALCEU AMOROSO
LIMA

Ministério da Educação | Fundação Joaquim Nabuco

Coordenação executiva
Carlos Alberto Ribeiro de Xavier e Isabela Cribari

Comissão técnica
Carlos Alberto Ribeiro de Xavier (presidente)
Antonio Carlos Caruso Ronca, Ataíde Alves, Carmen Lúcia Bueno Valle,
Célio da Cunha, Jane Cristina da Silva, José Carlos Wanderley Dias de Freitas,
Justina Iva de Araújo Silva, Lúcia Lodi, Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero

Revisão de conteúdo
Carlos Alberto Ribeiro de Xavier, Célio da Cunha, Jáder de Medeiros Britto,
José Eustachio Romão, Larissa Vieira dos Santos, Suely Melo e Walter Garcia

Secretaria executiva
Ana Elizabete Negreiros Barroso
Conceição Silva

Alceu Amoroso Lima | Almeida Júnior | Anísio Teixeira
Aparecida Joly Gouveia | Armanda Álvaro Alberto | Azeredo Coutinho
Bertha Lutz | Cecília Meireles | Celso Suckow da Fonseca | Darcy Ribeiro
Durmeval Trigueiro Mendes | Fernando de Azevedo | Florestan Fernandes
Frota Pessoa | Gilberto Freyre | Gustavo Capanema | Heitor Villa-Lobos
Helena Antipoff | Humberto Mauro | José Mário Pires Azanha
Julio de Mesquita Filho | Lourenço Filho | Manoel Bomfim
Manuel da Nóbrega | Nísia Floresta | Paschoal Lemme | Paulo Freire
Roquette-Pinto | Rui Barbosa | Sampaio Dória | Valnir Chagas

Alfred Binet | Andrés Bello
Anton Makarenko | Antonio Gramsci
Bogdan Suchodolski | Carl Rogers | Célestin Freinet
Domingo Sarmiento | Édouard Claparède | Émile Durkheim
Frederic Skinner | Friedrich Fröbel | Friedrich Hegel
Georg Kerschensteiner | Henri Wallon | Ivan Illich
Jan Amos Comênio | Jean Piaget | Jean-Jacques Rousseau
Jean-Ovide Decroly | Johann Herbart
Johann Pestalozzi | John Dewey | José Martí | Lev Vygotsky
Maria Montessori | Ortega y Gasset
Pedro Varela | Roger Cousinet | Sigmund Freud

ALCEU AMOROSO
LIMA

Carlos Roberto Jamil Cury

ISBN 978-85-7019-501-2

MEC | Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana

Editora Massangana
Avenida 17 de Agosto, 2187 | Casa Forte | Recife | PE | CEP 52061-540
www.fundaj.gov.br

Coleção Educadores
Edição-geral
Sidney Rocha
Coordenação editorial
Selma Corrêa
Assessoria editorial
Antonio Laurentino
Patrícia Lima
Revisão
Sygma Comunicação
Ilustrações
Miguel Falcão

Foi feito depósito legal
Impresso no Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Fundação Joaquim Nabuco. Biblioteca)

Cury, Carlos Roberto Jamil.
Alceu Amoroso Lima / Carlos Roberto Jamil Cury. – Recife:
Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
128 p.: il. – (Coleção Educadores)
Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7019-501-2
1. Lima, Alceu Amoroso, 1893-1983. 2. Educação – Brasil – História. I. Título.
CDU 37(81)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

O propósito de organizar uma coleção de livros sobre educadores e pensadores da educação surgiu da necessidade de se colocar à disposição dos professores e dirigentes da educação de todo o país obras de qualidade para mostrar o que pensaram e fizeram alguns dos principais expoentes da história educacional, nos planos nacional e internacional. A disseminação de conhecimentos nessa área, seguida de debates públicos, constitui passo importante para o amadurecimento de ideias e de alternativas com vistas ao objetivo republicano de melhorar a qualidade das escolas e da prática pedagógica em nosso país.

Para concretizar esse propósito, o Ministério da Educação instituiu Comissão Técnica em 2006, composta por representantes do MEC, de instituições educacionais, de universidades e da Unesco que, após longas reuniões, chegou a uma lista de trinta brasileiros e trinta estrangeiros, cuja escolha teve por critérios o reconhecimento histórico e o alcance de suas reflexões e contribuições para o avanço da educação. No plano internacional, optou-se por aproveitar a coleção *Penseurs de l´éducation,* organizada pelo *International Bureau of Education* (IBE) da Unesco em Genebra, que reúne alguns dos maiores pensadores da educação de todos os tempos e culturas.

Para garantir o êxito e a qualidade deste ambicioso projeto editorial, o MEC recorreu aos pesquisadores do Instituto Paulo Freire e de diversas universidades, em condições de cumprir os objetivos previstos pelo projeto.

Ao se iniciar a publicação da Coleção Educadores[*], o MEC, em parceria com a Unesco e a Fundação Joaquim Nabuco, favorece o aprofundamento das políticas educacionais no Brasil, como também contribui para a união indissociável entre a teoria e a prática, que é o de que mais necessitamos nestes tempos de transição para cenários mais promissores.

É importante sublinhar que o lançamento desta Coleção coincide com o 80º aniversário de criação do Ministério da Educação e sugere reflexões oportunas. Ao tempo em que ele foi criado, em novembro de 1930, a educação brasileira vivia um clima de esperanças e expectativas alentadoras em decorrência das mudanças que se operavam nos campos político, econômico e cultural. A divulgação do *Manifesto dos pioneiros* em 1932, a fundação, em 1934, da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal, em 1935, são alguns dos exemplos anunciadores de novos tempos tão bem sintetizados por Fernando de Azevedo no *Manifesto dos pioneiros*.

Todavia, a imposição ao país da Constituição de 1937 e do Estado Novo, haveria de interromper por vários anos a luta auspiciosa do movimento educacional dos anos 1920 e 1930 do século passado, que só seria retomada com a redemocratização do país, em 1945. Os anos que se seguiram, em clima de maior liberdade, possibilitaram alguns avanços definitivos como as várias campanhas educacionais nos anos 1950, a criação da Capes e do CNPq e a aprovação, após muitos embates, da primeira Lei de Diretrizes e Bases no começo da década de 1960. No entanto, as grandes esperanças e aspirações retrabalhadas e reavivadas nessa fase e tão bem sintetizadas pelo *Manifesto dos Educadores de 1959*, também redigido por Fernando de Azevedo, haveriam de ser novamente interrompidas em 1964 por uma nova ditadura de quase dois decênios.

---

[*] A relação completa dos educadores que integram a coleção encontra-se no início deste volume.

Assim, pode-se dizer que, em certo sentido, o atual estágio da educação brasileira representa uma retomada dos ideais dos manifestos de 1932 e de 1959, devidamente contextualizados com o tempo presente. Estou certo de que o lançamento, em 2007, do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como mecanismo de estado para a implementação do Plano Nacional da Educação começou a resgatar muitos dos objetivos da política educacional presentes em ambos os manifestos. Acredito que não será demais afirmar que o grande argumento do *Manifesto de 1932*, cuja reedição consta da presente Coleção, juntamente com o *Manifesto de 1959*, é de impressionante atualidade: "Na hierarquia dos problemas de uma nação, nenhum sobreleva em importância, ao da educação". Esse lema inspira e dá forças ao movimento de ideias e de ações a que hoje assistimos em todo o país para fazer da educação uma prioridade de estado.

Fernando Haddad
Ministro de Estado da Educação

ALCEU AMOROSO LIMA
(TRISTÃO DE ATHAYDE)
(1893-1983)

Carlos Roberto Jamil Cury

O conhecimento de sua vasta obra de crítico, ensaísta, filósofo, sociólogo e educador dava-me a impressão de que Alceu, pela austeridade de seu pensamento, era incompatível com a cordialidade efusiva. A frequência de seu convívio modificou por inteiro esse juízo. O que nele encontrei, como traço de sua figura humana, foi o dom da comunicação jovial, que sabe dissipar, logo ao primeiro encontro, a fronteira das gerações. E sem perder, com essa comunicação jovial, o rigor de sua conduta e a altitude de seu pensamento.

Josué Montello

Educadores no Brasil

Gostaria de começar a inserção de Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde) na *Coleção Educadores* no Brasil com um trecho do prefácio por ele mesmo redigido quando da publicação do meu livro sobre a disputa entre os católicos e os liberais nos anos 1930.

> É certo que devia ter havido entre "católicos" e "pioneiros" não apenas oposições mas composições possíveis. Posso lembrar, a esse respeito, um pequeno diálogo entre Lourenço Filho e este prefaciador. Entre 1930 e 1935, tínhamos estado em barricadas opostas. Quinze ou vinte anos mais tarde como membros do Conselho Nacional de Educação, chegamos à conclusão de que um e outro havíamos caminhado, durante esses três ou quatro lustros, sem abandonar a essência de nossas discordâncias filosóficas, em sentido reciprocamente contrário, reconhecendo cada um o que havia de comum e não apenas de próprio, em cada posição assumida polemicamente, e portanto em sentido exclusivista e unilateral nesses debates pedagógicos de 1930 a 1935. (Lima, 1978, p. 11)

Alceu Amoroso Lima, cujo pseudônimo literário é Tristão de Athayde, nasceu em 11 de dezembro de 1893 na cidade do Rio de Janeiro. Casado com Maria Teresa Faria, com quem teve sete filhos, veio a falecer em 14 de agosto de 1983, em Petrópolis. Filho de Camila da Silva Amoroso Lima e de Manoel Bomfim José de Amoroso Lima, industrial e comerciante, amigo de Machado de Assis, pertenceu a uma família tradicional e elitista. As famílias brasileiras pertencentes à elite mantinham a prática de educar seus filhos em casa, acompanhando o planejamento e a metodologia do ensino, atenta aos processos educativos desenvolvidos, referendando um costume do século XIX.

> Entre as elites brasileiras do século XIX, a educação doméstica ainda era uma prática amplamente aceita e reconhecida por uma significativa parcela dessas elites como a mais adequada para o ensinamento de seus filhos, principalmente das meninas e dos meninos até certa idade, e considerada até como um distintivo de posição social. (Mendonça, 2005, p. 18)

Apesar de já existir o debate em defesa da escola pública, a prática de contratar um professor particular ou preceptor no Brasil perdurou no início século XX. Dentro dessa tradição do período, Alceu fez seus estudos primários em casa, sob a orientação de João Kopke, um dos introdutores do escolanovismo, no Brasil, via método analítico. Cursou o secundário no Colégio Pedro II, à época denominado Ginásio Nacional, formando-se em 1908. No ano seguinte, ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas titulando-se em direito, em 1914. Mas, no ano de 1911, trabalhou no escritório de advocacia cujo proprietário era tio de Manoel Bomfim Bandeira, e na faculdade dirigia uma publicação estudantil denominada *A Época*.

Já formado, Alceu viaja para a Europa em 1914, especialmente para a França, fazendo cursos no Colége de France e na Sorbonne durante um ano. De regresso ao Brasil, continua a trabalhar no escritório de advocacia. Em 1917, Alceu tenta a carreira diplomática, tornando-se adido do Itamaraty. Nesse período, insatisfeito com a

nova carreira, assume a diretoria jurídica da Fábrica de Tecidos Cometa, de propriedade de seu pai.

Com essa formação acadêmica e com a socialização familiar, vai se tornando um intelectual. Seu primeiro livro data de 1922 e versa sobre o escritor mineiro Afonso Arinos.

Influenciado pelo evolucionismo spenceriano[1] de Silvio Romero, professor da escola de direito, e ainda sob influência literária de Rimbaud, Claudel e Whitman, Alceu perdera a fé. Muito ligado à literatura, admirador das ideias socialistas de Henri Barbusse[2], carregadas de ironia, diletantismo e agnosticismo[3] através de Anatole France[4], Eça de Queiroz e Machado de Assis, Alceu desperta para o problema da transformação social.

Em suas produções, Alceu primava sempre pela clareza na exposição de suas ideias, objetivando uma explanação da realidade existente, e discordava que a produção intelectual ocultasse os preceitos éticos e morais daquele que fala. Não via credibilidade na imparcialidade, assim como assumia uma posição crítica à medida que defendia sua posição ideológica de maneira explícita.

Alceu, que já havia sido editor da revista *A Época* no período que cursou a faculdade de direito, tornou-se crítico literário de *O Jornal* em 1918, ocasião em que criou o pseudônimo Tristão de Athayde, exercendo grande influência nos meios literários. Utilizou-se deste expediente a fim de encobrir sua identidade não apenas por certo hábito da época, como também para se desviar do preconceito que julgava incompatível com a prática intelectual as atividades industriais, herdadas de sua família.

---

[1] Herbert Spencer (1820-1903). Filósofo evolucionista para quem a evolução é a lei fundamental do universo em que, nesse processo, se passa do homogêneo ao diferenciado progressivamente.

[2] Henri Barbusse (1873 - 1935). Escritor francês de tendência pacifista e comunista.

[3] Agnosticismo: postura filosófica que tem como eixo a finitude de todas as coisas e a possibilidade de o homem atribuir sentido às coisas recusando-se a afirmar ou negar a transcendência.

[4] Anatole France (1844-1924). Escritor francês com tendências socialistas.

Considerado um dos grandes críticos literários do modernismo brasileiro nos anos 1920, aos poucos, na busca de ampliar seus conhecimentos acerca do homem e suas verdades, foi aproximando-se do ideal católico. Esse ideal, posteriormente, marcará sua produção intelectual, num anseio por desvendar o espírito humano. Nesse período inicia seus contatos com o pensador católico Jackson de Figueiredo[5], fundador, em 1922, do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem,* espaços de discussão e difusão do pensamento católico brasileiro que tinham como função desencadear e expandir o movimento de "reação católica" frente aos avanços positivistas que buscavam influenciar a diretriz estatal do momento. Aí presente, Alceu trava fortes e significativas discussões em defesa do pensamento católico e de sua disseminação no espaço brasileiro ao lado de crítica aos pensamentos divergentes.

Devido à sua insatisfação existencial, Alceu buscou caminhos, entre debates e questionamentos. Seu processo de conversão ao catolicismo é ilustrado por ele como "uma passagem do descompromisso para os problemas transcendentes das origens e dos fins da vida do ser humano". Ele retrata também sua postura intelectual anterior à conversão como a de "um crítico literário ideologicamente agnóstico e politicamente acomodado".

Convertido ao catolicismo aos 35 anos, em 1928, sob influência de Jackson de Figueiredo, absorveu dele um catolicismo ultramontano[6] próprio daquela época de romanização da Igreja Católica. Após a morte trágica de Jackson de Figueiredo, Alceu

---

[5] Jackson de Figueiredo (1891-1928), advogado e literato, converteu ao catolicismo nos anos 1920 e empenhou-se em mobilizar o laicato católico em prol de teses antiliberais e antissocialistas e também em favor da recatolicização da sociedade brasileira. Servia-se do pseudônimo de João José de Ataíde. Foi de trocas constantes de cartas com Alceu que Jackson de Figueiredo sensibiliza o primeiro para as questões transcendentais.

[6] Ultramontanismo: tendência dentro do catolicismo que condenava as teses iluministas e liberais. De acordo com essa tendência, tais teses punham em risco a salvação da alma. Defende também rigorosa aplicação dos preceitos católicos sob o controle da Igreja que, por sua vez, é detentora da verdade. Daí a militância em recatolicizar o mundo.

será considerado seu sucessor enquanto representante do laicato católico. No Centro Dom Vital, exercerá o cargo de editor da revista *A Ordem,* em 1928.

Vale lembrar que, nesse período, o contexto da época revelava um momento de crise no Brasil e no resto do mundo, devido a uma falência do individualismo liberal e ao avanço das teses anticapitalistas que chegavam ao país por intermédio de imigrantes socialistas, comunistas e anarquistas. Aliada aos interesses político-ideológicos do governo brasileiro, a Igreja Católica assume um lugar no cenário dos debates sociais e educacionais através de personalidades intelectuais da elite brasileira, tendo à frente Alceu Amoroso Lima como figura leiga central dessa "resistência ativa" e difusora da posição católica. Alceu torna-se o braço direito do cardeal Leme, principal chefe eclesiástico da Igreja no Brasil junto com o padre Leonel Franca.[7]

Decorrem daí muitas de suas iniciativas como a direção da Coligação Católica Brasileira (CCB), fundada em 1929 pelo cardeal Leme, voltada para a articulação das múltiplas associações católicas no país. Notável também seu empenho na Liga Eleitoral Católica (LEC), organismo suprapartidário destinado a defender as teses católicas nas eleições para os constituintes de 1933-34, após a Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista de 1932. Alceu se tornou secretário-geral da LEC e, embora visse convergências políticas com determinadas teses da Ação Integralista Brasileira (AIB), de Plínio Salgado[8], não houve aliança com a organização.

Prevendo uma possibilidade de maior influência da Igreja Católica no próprio aparelho de Estado, aproxima-se do governo provisório de Getúlio Vargas. Daí nasce também sua atuação na

---

[7] Leonel Edgar da Silveira Franca (1893 -1948), sacerdote e intelectual católico, defensor da concepção católica da época. Cf. Biografia de Franca em FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque e BRITO, Jader de Medeiros. *Dicionário de Educadores no Brasil da Colônia aos Dias Atuais.* RJ: UFRJ; Brasília: Inep, 1999, pp. 339-345.

[8] Plínio Salgado (1895-1975), fundador da AIB e parlamentar. Foi também escritor.

Ação Católica (ACO) e na Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE). Durante 38 anos, presidiu o Centro Dom Vital do Rio de Janeiro, procurando mantê-lo desvinculado de partidos políticos, mas com intensa ação política conservadora, inclusive por meio do periódico *A Ordem* e de pressões e contatos junto aos ocupantes de aparatos de governo. Deixou a presidência dessa instituição em 1966.

Como fundador da Liga Eleitoral Católica (LEC), lança o movimento de atuação do laicato de renovação católica no âmbito da política. Em 1933 atua como secretário-geral da Liga Eleitoral Católica; pouco depois, de 1934 a 1945, torna-se presidente da Ação Católica Brasileira (ACB), que ajudara a fundar. Essa associação, bem como outras, se voltava para a organização e a formação de um laicato católico atuante nas mais diferentes áreas, tanto junto ao governo, como junto à sociedade.

Com base nessas relações, posta-se contra a Aliança Nacional Libertadora (ANL), em 1935, da qual Luiz Carlos Prestes[9] participava e cujo Manifesto era frontalmente contrário a muitas das teses católicas ao propugnar o combate ao latifúndio, ao imperialismo e ao fascismo. Alceu engaja-se na militância católica, atuando na formação de coligações com o intuito de reivindicações sociais e espirituais, entre as quais a defesa do ensino religioso nas escolas públicas.

Em sua conversão ao catolicismo, Alceu direcionou suas atividades de tal forma que sua fé prevalecesse explícita nos trabalhos que produzia. Percebia-se em seus escritos um afã de manter viva a memória de seu interlocutor Jackson de Figueiredo e de sua posição católica. A autoria desses estudos, inequivocamente católica, tratava de analisar os fatos da realidade sem, contudo, perder de vista que a "pessoa, unidade indissolúvel entre corpo e alma, é uma totalidade completa em si mesma, com possibilidades únicas de percepção e relacionamento com o real. Como ser dotado de

[9] Luiz Carlos Prestes (1898-1990), líder da famosa Coluna Prestes e do Partido Comunista.

razão, pode conhecer e se relacionar com a realidade de forma extremamente ampla e elevada, sendo capaz de estar diante da totalidade do real". (Costa 2006, p. 32.)

Essa postura mais conservadora era justificada por ele pela influência de Jackson de Figueiredo em sua vida. "Essa minha posição está muito ligada à minha conversão em 1928 e à morte, logo em seguida, de Jackson de Figueiredo. Tendo assumido a presidência do Centro Dom Vital e a direção da revista *A Ordem,* senti-me forçado a seguir uma orientação mais de acordo com a posição de meu antecessor. Em 1928, um acontecimento importante para mim foi a minha aproximação com dom Sebastião Leme. Tive para com dom Leme um sentimento verdadeiramente filial. Através do nosso convívio, vim a perceber o espírito extremamente liberal que ele era" (Lima, 1957).

Nos anos 1930, ainda que presente na defesa básica da liberdade de ensino e do direito de a família escolher a educação que mais conviesse aos filhos, Alceu não questionou o princípio de uma educação primária pública e gratuita. Mas, como político conservador, católico e simpatizante de um regime hierárquico-autoritário, opôs-se tenazmente à laicidade[10] no ensino público.

Sua posição no debate pedagógico brasileiro, sobretudo nos anos 30, é de um severo combate aos princípios filosóficos da Escola Nova. Contudo, jamais se opôs aos métodos de ensino/aprendizagem da Escola Nova. Para ele, ressalvada a renovação pedagógica propiciada por meio de métodos e técnicas, o movimento escolanovista, em seus princípios fundantes, assinala a decadência das civilizações que fugiram da ordem natural das coisas. Por isso ele reivindicaria, em 1931: "A educação compete à família, à Igreja e ao Estado" (Lima, 1931, p. 12). E é sob essa ótica em que a ordem

[10] Laicismo: postura que reserva ao Estado uma atitude distanciada de todas as religiões e um respeito à liberdade de consciência, de culto e de expressão. O espaço estatal não deve ser lugar de expressão ou de signos religiosos. Atribui especial ênfase ao ensino laico, deixando que o ensino de religião se dê nos espaços das Igrejas enquanto sociedades civis.

sobrenatural (Igreja) se sobrepõe à natural (família) e essas à positiva (Estado) que Alceu temia e combatia a laicização do ensino. Para ele, a laicidade era uma arma contra o credo católico. Lima (1931, p. 89) discute e elogia a reintrodução, por Francisco Campos, do ensino religioso nas escolas públicas por meio do Decreto nº 19.941/31. Ao longo do Estado Novo e mesmo antes, Alceu foi o principal interlocutor da Igreja Católica com o Ministério da Educação e Saúde Pública. Defendendo a catolicidade como traço marcante do caráter nacional do brasileiro, acreditava que nenhum avanço poderia ocorrer em qualquer área caso não se respeitasse a fé religiosa e esta não fosse incluída nas principais instituições sociais. Na mesma época ele afirmaria que a Revolução de 30 mostrou "a incapacidade da Primeira República em formar cidadãos capazes de construir uma nacionalidade em sua superestrutura política". Nesse sentido, Alceu critica a influência norte-americana de fundo laicista e protestante sobre a educação brasileira, espécie de "yankismo pedagógico" destruidor da civilização espiritual católico-cristã e sua consequente pedagogia.

De forma geral, Lima (1931, p. 15) apresenta seu quadro teórico-metodológico com relação à educação. Aí ele define a pedagogia católica pela reafirmação dos princípios sobrenaturais sobre os direitos naturais e positivos na organização do ensino. À instrução cabe ministrar conhecimentos profissionais, científicos, religiosos e morais. À educação compete infundir hábitos físicos, intelectuais e morais. E à cultura se impõe a tarefa de elevar a personalidade socioindividual pelo esporte, pelo humanismo e pela religião. Face a isso, tece crítica ao "materialismo", por onde também estaria passando o movimento escolanovista, sobretudo pela defesa do laicismo.

Tendo exercido por seis anos a profissão de advogado, primeiro como estagiário, desde 1911, e depois como formado, desde 1914, Alceu já havia começado a se habilitar para o magistério participando de concursos na Faculdade Nacional de Direito e no Instituto de Educação. Essa dedicação se formaliza em 1932, quando inicia sua

experiência docente como professor de sociologia. Para tanto, entre os anos de 1930 e 1934, ele se aprofunda em seus estudos de Economia e Sociologia. Sem deixar o exercício de professor de Doutrina Social da Igreja no Instituto Católico de Estudos Superiores (Ices), atuou como tal na área da sociologia em 1938, na Faculdade de Serviço Social do Instituto de Educação Familiar e Social.

Em *Política* (1932), ele avalia o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova elaborado por um conjunto de educadores especialistas que almejavam uma reforma profunda do sistema de educação no Brasil. Para ele, a aplicação integral do mesmo promoveria a destruição da família como sociedade educativa e imporia as bases de um monopólio estatal laico na educação escolar.

À época desses escritos, ele responsabiliza o Estado liberal-burguês pelo surto do escolanovismo, pela apatia política e pela antecipação do caos social. O Estado liberal, ao estimular o individualismo, aceleraria a luta de classes. Somente instituições sociopolíticas bafejadas pelo catolicismo seriam capazes de colocar um freio na ganância e decadência burguesas, bem como alocar o proletariado em seu lugar sob a égide da solidariedade. Por isso, apoiou a fundação da Universidade Católica, considerando-a como locus capaz de formar os dirigentes do povo brasileiro, tanto na ordem social e política como moral e cultural em uma direção adequada aos princípios então defendidos. Considerando os escolanovistas o oposto disso tudo, critica mais especificamente "os pioneiros anisianos[11] que se apoderaram da instrução pública entre nós".

Em 1936, tem seu nome lembrado para a chefia do Gabinete Civil da Presidência da República, sendo também indicado por Francisco Campos para o cargo de ministro do Trabalho. Desde 1935, nomeado por Vargas em virtude do Decreto nº 24.439 de 1934,

[11] Referência a Anísio Teixeira (1900-1971) um dos maiores educadores brasileiros tanto no pensamento educacional quanto na atuação gestora no aparelho de Estado em prol de uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade.

tornou-se membro do Conselho Nacional de Educação (CNE), criado em 1931 pelo Decreto nº 19580. Tomou posse em 19 de agosto de 1935 como representante da Cultura Geral e em substituição ao almirante Américo Silvado. A rigor, a essa época, ele representava a força que a Igreja Católica detinha junto ao aparelho de Estado. Quando o CNE foi objeto de referência na Constituição de 1934 pelo artigo 152 e regulamentado pela Lei nº 176/36, Alceu continuou conselheiro nomeado por decreto de 17 de julho de 1936, tomando posse em 11 de fevereiro de 1937. De modo geral, sua presença no CNE foi bastante atuante, em especial no que se refere à comissão do ensino secundário (1938-1940; 1946-1951; 1955-1958; 1960-1961). Na recomposição do CNE, em agosto de 1952, fez parte da lista tríplice referente à categoria ensino secundário particular, tendo sido nomeado como conselheiro. Alceu também esteve presente na comissão do ensino primário (1938), de legislação (1955-61), de regimento (1960-61) e na do ensino profissional (1955-58). Nesse período, entre 1952 e 1954 e em parte de 1958 e 1959, de licença por conta de viagens e missões no exterior, foi substituído pelo professor Roberto Bandeira Accioli.[12]

Lima (1944) defende a religião como o antídoto do pecado original pelo qual o homem se corrompe. Desse modo, a educação só batiza socialmente o indivíduo quando ela própria é orientada e redefinida pelo outro batismo: o da água e do espírito cristão. A educação, ao formar o homem, só o fará integralmente caso se faça elevar-se da formação física (poder) à formação moral e religiosa (dever), passando pela intelectual (conhecer). A integralidade do homem supõe o encontro ou reencontro do homem com Deus, sem o que a formação fica vazia ou incompleta. Nesse sentido, a educação integral faz a passagem do indivíduo para a pessoa. O primeiro é o ser humano enquanto pertencente ao universo dos seres vivos. A segunda é o ponto de chegada de uma elevação propiciada pela

[12] Accioli foi professor de história do Colégio Pedro II, membro efetivo do CFE em 1962, presidente do IBGE, tendo sido compulsoriamente aposentado pelo AI-5.

educação. Essa elevação combina acesso ao conhecimento, formação profissional e graus mais elevados da cultura, nos quais se deve contar com as ações da sabedoria religiosa.

A educação escolar é uma das instituições sociais capazes de oferecer todos esses elementos. Daí a ênfase que os católicos imprimirão à defesa do ensino religioso, ao menos facultativo, nas escolas públicas, nos horários normais de oferta de disciplinas.

Deslocamentos críticos

Mesmo apoiando o regime do Estado Novo (1937-1945), Alceu, à vista do regime autoritário no país e dos regimes nazi-fascistas, com o concurso de estudos das teses de Jacques Maritain[13], começa a desconfiar dos caminhos perseguidos pelo autoritarismo e dos objetivos buscados por meios não democráticos. Apesar da inicial orientação política conservadora, junto do – e com o – cardeal Leme, ele passa gradativamente para posições cada vez mais próximas de uma visão diferenciada da que até então propugnara.

Após uma revisão crítica, diz ele:

> A partir de 1938 fiz uma revisão dentro de mim mesmo e voltei politicamente ao que era antes da conversão e retorno então ao liberalismo "reformador" de "espírito aberto", qualificando-me como um "liberal qualitativo".

Sem dúvida, fatos relevantes marcaram a "reconversão" de Alceu, nome dado por ele, ao reconhecer a mudança de suas convicções dos anos 1940. Se a participação de Jackson de Figueiredo, do padre Leonel Franca e do cardeal Leme foram decisivas no processo de conversão ao catolicismo, podemos dizer que a ausência dos mesmos na interlocução de suas indagações, agora mais progressistas, também foi sentida, e contribuíram para seu distanciamento. A morte do cardeal Leme, em 1942, e do padre

---

[13] Jacques Maritain (1882-1973). Pensador católico francês, defensor do pluralismo político e dos direitos humanos, engajou-se na luta contra o nazi-fascismo inclusive com base no pensamento de São Tomás de Aquino. Centra seu pensamento na noção de pessoa.

Leonel Franca, em 1948, com quem trabalhou por vinte anos, sendo este último seu diretor espiritual e confessor, deixaram Alceu sem importantes defensores no meio eclesial.

Seu gradual retorno ao liberalismo não se dissociou da influência religiosa católica progressista que se anunciava, defendendo a democracia, a liberdade e a reforma social como instrumento de maior igualdade.

Por meio de rupturas com posições que, segundo ele, se distanciaram da mensagem cristã de igualdade com liberdade, Alceu aproxima-se de Jacques Maritain, do Humanismo Integral, "considerado um dos maiores filósofos católicos do século XX, que influenciou direta e expressivamente o meio católico brasileiro"(Rodrigues, 2005, p. 99), depois de Teilhard de Chardin[14] e Emanuel Mounier[15], da abertura propiciada pelo Concílio Vaticano II e, já nos anos 90, da própria Teologia da Libertação.

Outra razão da "reforma" se deve ao desligamento de Alceu dos seus cargos na ACB e na LEC, que o permitiram manifestar-se de forma mais pessoal em suas produções, apresentando novas linhas de pensamento católicas, citadas anteriormente, das quais o cardeal dom Jaime de Barros Câmara – que sucedera a dom Leme – havia lhe solicitado que deixasse de escrever.

Essas rupturas e aproximações lhe valeram divergências com dom Jaime e a perda da amizade de um então amigo próximo que ajudara a converter ao catolicismo: Gustavo Corção[16]. A admiração que Alceu nutria por Maritain, condenado na Cúria romana, demarcou as dificuldades de relacionamento com o arcebispo carioca dom

---

[14] Teilhard de Chardin (1881-1955). Sacerdote, cientista, antropólogo e estudioso da evolução. Buscou os liames entre a evolução da espécie humana e a fé. A síntese dessa evolução seria o reconhecimento do outro como igual e a justa divisão das riquezas.

[15] Emanuel Mounier (1905-1950). Intelectual francês, dedicou sua obra à difusão do personalismo pelo qual desenvolve e amplia o pensamento de Maritain.

[16] Gustavo Corção (1896-1978). Escritor brasileiro, defensor da fé católica e de sua tradição conservadora.

Jaime de Barros Câmara, já que os escritos amorosianos se recusavam a deixar de registrar pensamentos do filósofo.

Sua atividade jornalística no fim dos anos 1950 marca um período de liberdade, sem as reticências da Igreja e seu peso hierárquico. Surge nesse momento um crítico renovado, ousado, atento aos fatos cotidianos e sua influência na sociedade. E Tristão, envolvido, sobretudo, nas questões políticas que delimitam o pensamento humano e restringem a atividade dos indivíduos de bem, faz de sua publicação semanal palanque em defesa da liberdade. Constrói a imagem de "católico inserido nos tempos modernos", como se pode observar no trabalho de Costa (2006), Tristão de Athayde comporta-se como um observador atento a acontecimentos diversos. Suas abordagens oscilam entre o universal e o local, passando por temas políticos, econômicos, culturais e de comportamento.

O caminho trilhado pelo grupo conservador da Igreja, principalmente no apoio às arbitrariedades do governo, aliando-se a medidas reacionárias e violentas que o golpe passa a assumir, tornam-se alvo de críticas e discussões de Alceu em suas publicações. Em face de toda a campanha desenvolvida pela Igreja nas primeiras décadas do século XX, denominada "a reação" (Cury, 1984; Cauvila, 2005; Saviani, 2005; Costa, 2006), a Igreja aproximou-se mais do Estado que do povo no início da década de 1960. Sobretudo com uma posição mais conservadora, sob a direção de dom Jaime de Barros Câmara, para quem o leigo e sua participação não eram valorizados.

Com o Concílio Vaticano II, isso sofre uma mudança. O papa João XXIII, na tentativa de tornar os trabalhos da Igreja mais acessíveis à população, convocou o concílio. Os documentos apresentados pelo papa foram sendo alterados pelos conciliares (bispos, arcebispos e cardeais do mundo todo), consagrando-se o chamado *agiornamento*.

A Igreja tornou-se mais aberta tanto na relação com o mundo moderno quanto na aproximação com a população católica. Nesse sentido, as mudanças sofridas pela Igreja no período anteriormente

citado favoreceram uma aproximação maior com o governo vigente que postulava reformas sociais. Mas, com o golpe de 1964, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) deixa de atuar politicamente, com o novo secretário, dom José Gonçalves, cujo perfil era bem diferente do de dom Helder Câmara[17], que desenvolvia importante papel político. Entretanto, a reestruturação interna na CNBB fez com que ela passasse a dispor de uma estrutura mais consistente. Assim, tal reestruturação seria útil a fim de suportar os tempos difíceis que viriam a seguir, podendo, dessa forma, enfrentar as pressões do Estado arbitrário.

Os rumores do golpe já circulavam em janeiro de 1964, e Tristão cuidou de criticar os boatos. Enganou-se, porém, ao imaginar que o golpe seria uma estratégia continuista do então presidente João Goulart e que não haveria eleições para 1965. Ressaltava, em artigo publicado, a importância da participação da população brasileira com consciência para rejeitar o golpe.

As ideias e pensamentos de Alceu na década de 1950 e no início da década de 1960 delineiam seu retorno a uma liberdade de pensamento o que lhe permitiu tratar do tema "comunismo" com atenção crítica. Diferentemente de anos anteriores, criticava a direita, que ficava a "julgar todo o mundo 'comunista', simplesmente porque não é conservador ou liberal...". O desfecho do 31 de março que resultou em punições, perseguições a todos os contrários às ideias daqueles que estavam no poder, leva Alceu a confessar à sua filha não temer o comunismo, mas sim o militarismo e o golpismo. Ao comentar um comício político em Belo Horizonte, no texto "O indiferentismo"[18], permanece atento à movimentação político-social dos dias anteriores a 31 de março, e ressalta a importância em distinguir a ação religiosa da ação política.

---

[17] D. Helder Câmara (1909-1999). Bispo católico, será lembrado como defensor da paz e da justiça.

[18] O indiferentismo. *Jornal do Brasil*. Março de 1964.

Em 31 de março de 1964, o golpe militar mexeu intrinsecamente com as posições de Amoroso Lima. A situação política do Brasil era crítica. Uma sucessão de fatos acompanha a intransigência militar no poder: o país se abre ao capital estrangeiro, acentuam-se a concentração de renda nas mãos de poucos, o arrocho salarial, os sindicatos são silenciados, as instituições escolares, vigiadas. O clima era tenso e Alceu já lamentava o rompimento da continuidade civil do governo e a transferência para a área militar.

Sem dúvida a Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi um grande movimento de oposição ao governo de João Goulart, organizado por setores da Igreja Católica e defensores da direita, e contribuiu para a queda do presidente. Milhares de pessoas reunidas fortaleceram a posição militar na tomada de poder. Alceu sustentou a ideia de que a ação reacionária é tão perigosa e unilateral como a ação revolucionária, e que o direitismo é tão antidemocrático como o esquerdismo, sugerindo que ambas, tanto a esquerda quanto a direita, deveriam conviver pacificamente estimulando a autêntica democracia. Alceu reconhece nesse momento que o militarismo era mais temeroso que o comunismo. Publica, então, "Terrorismo cultural"[19], em 7 de maio de 1964, artigo apresentado no *Jornal do Brasil* que desencadeia forte reação da direita, com grande repercussão. Recebe em casa o telefonema do presidente Castelo Branco, alertando-o sobre o perigo comunista e sua infiltração.

Inaugurando em sua vida intelectual uma nova fase a partir do golpe de 1964, suas publicações no *Jornal do Brasil* representaram um marco na vida do militante católico em defesa dos direitos, da liberdade e da democracia. Alceu torna-se porta-voz, passando a divulgar em suas publicações tantas vozes impedidas e silenciadas pelo poder autoritário. A repressão da liberdade de pensamento causou tamanho transtorno e aflição a Alceu, que o mesmo se viu

[19] Terrorismo cultural. *Jornal do Brasil*. 7 de maio de 1964.

na obrigação de empunhar sua pena e golpear, a seu modo, esse regime pela crítica explícita e serena[20].

Na maturidade, Alceu, o antes rigoroso e combativo da Escola Nova de Anísio Teixeira, torna-se uma das principais vozes contrárias ao regime militar brasileiro, consolidando-se como um dos idealizadores da política social católica no país. Em sua produção jornalística ele denuncia e critica ferozmente o militarismo e publica artigos em apoio aos homens de bem que sofriam "discriminação e castigos", como descreveu Anísio Teixeira[21] em carta de agradecimento aos escritos publicados por Alceu no *Jornal do Brasil* e no *Diário de Notícias* pela defesa da liberdade de expressão e ação de diversas personalidades intelectuais no país. O próprio Alceu resume: "Posso dizer que até vinte anos o problema religioso não me interessou. Por isso costumo dividir minha vida em três etapas: a etapa literária, a etapa de ideias e a etapa de fatos, acontecimentos".

Golpe maior sentiu quando a Comissão Central da CNBB lançou um documento, assinado pelos arcebispos dom Jaime Câmara, dom Augusto Álvaro da Silva, dom Vicente Scherer, dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, dom José de Medeiros Delgado e dom Fernando Gomes dos Santos, endossando o que estava acontecendo. O texto afirmava: "Ao rendermos graças a Deus, que atendeu as orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente.".

Contudo, em posição diferenciada da Igreja conservadora no cenário nacional, contrapuseram-se dom Helder Câmara e Alceu Amoroso Lima que, com outros líderes da Renovação Católica do

---

[20] Cf. a respeito Evanize Martins Sidow. *Alceu Amoroso Lima e o Regime Militar: 1964-1968.* Programa de História, Política e Bens Culturais, Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, agosto, 2007.

[21] Teixeira, Anísio. *Carta a Alceu Amoroso Lima,* Rio de Janeiro, 17 de maio 1964. Fundação Getulio Vargas/CPDOC – Arquivo Anísio Teixeira. ATc 64.05.17.

Vaticano II, defenderam o direito à liberdade e à justiça da população. Para ele, a denominada Revolução de 1964 foi um retrocesso, uma reedição do Estado Novo de tipo getulista e paratotalitário, direitista e neofascista, segundo registro de Francisco de Assis Barbosa (2002).

O catolicismo renovado, que Alceu ajudou a estabelecer com suas reflexões contundentes, criou um movimento de resgate de valores cristãos e humanos dando origem a diversos projetos no campo da educação popular espalhados pelas regiões do país, desencadeando uma mobilização popular em defesa de melhores condições de vida e trabalho. Desse movimento surgem temas para vários artigos de Amoroso Lima. Disso resultou uma intensa meditação dentro da Igreja sobre a religiosidade popular firmando um compromisso crescente com as lutas populares.

Alceu transformou-se em um dos maiores líderes católicos do país. Defendendo ideias progressistas, foi incansável no debate contra as opressões e abusos de poder quando o golpe militar se instaurou no Brasil, opondo-se rigorosamente às ideias de representantes da Igreja, antes seus interlocutores, que apoiavam a ditadura. Mantém sua imagem de católico e, em sua fé, busca o apoio de ideias renovadas e voltadas para as questões sociais, no atendimento à população indefesa e marginalizada e no combate às desigualdades sociais. E em 1958, quando passa a escrever semanalmente para o *Jornal do Brasil* e a *Folha de S.Paulo*, torna-se porta voz de tantos silenciados pelo regime militar.

Nesse sentido, não só exerceu sua crítica na imprensa como liderou um manifesto de intelectuais contra o Ato Institucional nº 2. Mais tarde, em entrevista à televisão, ele diria: "Nasci bombeiro, morro incendiário".

Ao se referir a Alceu Amoroso Lima, dom Paulo Evaristo Arns, então cardeal da cidade de São Paulo, enfatiza que ele era um homem de peso. "Atacar um grande líder intelectual católico, que tinha o respeito do presidente, trazia receio aos militares. Havia

certa impunidade, Alceu era intocável, homem de personalidade, tinha uma representação forte, uma grande respeitabilidade" (Sousa, 1984). Isso se verifica nas publicações de seus textos no *Jornal do Brasil*. Os artigos assinados por Tristão de Athayde não eram censurados, enquanto textos de outros jornalistas eram sistematicamente vetados. Quando questionado sobre a publicação ininterrupta de seus textos, Alceu justificava que àquela idade não representava ameaça alguma ao poder vigente. Para o jornalista Wilson Figueiredo, calar Alceu ou fazer com que ele se calasse àquela altura era pedir demais. "Quando um pensador como Alceu se cala, parece que ou está com medo ou se rendeu a ele mesmo, e ele não era homem para isso." Ele já tinha idade suficiente para não admitir silenciar e continuou escrevendo da maneira possível de escrever, até que percebeu também, com o tempo, que tinha adquirido imunidade por ser homem idoso, católico e militante. Alceu passou a ter uma autoridade que "incomodava o regime", analisa.

A Igreja progressista continuou na América Latina a sequência à abertura propiciada pelo Concílio Vaticano II. As conferências de Medelín e Puebla deram origem às Comunidades Eclesiais de Base (Cebs), que foram um caminho para que a Igreja chegasse até o povo. As Cebs foram surgindo em igrejas de várias partes do Brasil e se constituíam em grupos de discussão, com a participação de representantes de setores diferentes da comunidade. A Igreja representou um espaço de trabalho para algumas lideranças por meio de projetos sociais. A opção preferencial pelos pobres marcou um momento de apoio mútuo entre a Igreja e o povo. Aliado a pensadores no movimento da teologia da libertação e a representantes da Cebs, Alceu mantém sua militância católica em prol dos oprimidos pelo regime.

Para ele, ao lado dos estudantes, os operários foram a categoria que mais sofreu com a mão forte dos militares: "(...) o mesmo ódio destruidor que eliminou os sindicatos operários, no campo

do trabalho, também deu cabo das associações estudantis, no campo educativo. O operário e o estudante foram os dois espantalhos da Revolução, no triênio inicial (...)" [22]

Por meio de seus textos, constrói a imagem de "católico inserido nos tempos modernos" (Costa, 2006). Nos artigos, Tristão comporta-se como um observador atento a acontecimentos diversos. Suas abordagens oscilam entre o universal e o local, passando por temas políticos, econômicos, culturais e de comportamento. Ainda que divergindo de certo radicalismo dos últimos meses do governo Goulart, apoiou as reformas de base propostas, já que via nelas um caminho para efetivar as teses da doutrina social da Igreja exaradas nas encíclicas do papa João XXIII *Mater et Magistra* e na *Pacem in Terris*. Em 1967 foi nomeado pelo papa Paulo VI membro da Comissão de Justiça e Paz, com sede em Roma. "Aqui, ele não é mais, ou simplesmente, dr. Alceu, o líder católico. É Tristão de Athayde, o homem público livre que se renova nessa que estamos chamando de a terceira etapa de sua vida."

No decorrer de sua trajetória percebemos traços de um Tristão mais envolvido com as questões políticas e sociais, ainda que se resguardasse o lugar de homem religioso, preocupado em consolidar valores éticos e morais no homem. Ele mesmo se caracterizava como Tristão mais político-social de hoje e não mais o Tristão mais religioso de 1928. De acordo com Goméz de Sousa, Alceu se considerava um homem acima dessas divisões. Ele tinha posições que eram consideradas de esquerda, mas não gostava dessas terminologias. Talvez o correto seja dizer que ele não era de direita. "Era um moderado progressista", diz Goméz de Sousa. Preferia

---

[22] Embora sob outra perspectiva, nos anos 30, Alceu publicou artigos e estudos sobre as questões éticas, políticas sociais do trabalho. Foi um dos poucos intelectuais brasileiros a pensar filosoficamente a questão trabalhista à época. Escreveu sobre o livro intitulado *O Trabalho no Mundo Moderno* (1954), discutiu o significado do trabalho como fonte de identidade social e moral, além, é claro, dos artigos publicados na revista *A Ordem,* dedicados à relação entre a Igreja e o trabalho. Cf. Souza, 2002.

que dissessem que era um homem aberto ao novo, um homem da reforma, da transformação. Não era nem reacionário, nem revolucionário. "Em relação ao marxismo, ele sempre guardou certa distância crítica, que era bastante forte às vezes." Alceu considerava direita e esquerda posições unilaterais, temporárias e insuficientes. Para dom Paulo Evaristo Arns, Alceu era contra tudo o que restringia a liberdade humana. "Podemos dizer que ele dominou o século pela defesa da liberdade", avalia o religioso.

Em sua trajetória profissional, podemos verificar uma apreciável diversidade simultânea de atividades, cargos, profissões. Além de professor, advogado e pensador católico, atuou como jornalista, editor, tradutor, crítico literário, crítico político, administrador e escritor. No exercício de tais funções, Alceu sempre as assumiu com empenho e dedicação.

Na atividade de jornalista, pôde exercer sua capacidade crítica tanto na literatura quanto na política. Colaborou com diversos jornais, entre os quais *A Manhã* e o *Jornal do Comércio,* no Rio, e o *La Prensa,* de Buenos Aires. O jornal integralista *A Ofensiva* também teve sua participação. Em 1947, foi chamado por Orlando Dantas para colaborar no *Diário de Notícias* inaugurando então, nesse jornal, a seção "Letras universais" transcrita na *Folha da Manhã,* de São Paulo, em *O Diário,* de Belo Horizonte, em *A Tribuna,* do Recife, no *Correio do Povo,* de Porto Alegre, e no *Diário Ilustrado,* de Lisboa. Regressando ao Brasil, ao fim de 1953, retomou suas atividades como colaborador do *Diário de Notícias,* e, em 1958, tornou-se colaborador permanente do *Jornal do Brasil* e da *Folha de S.Paulo* até o final de sua vida. Sua produção jornalística, ao longo do regime militar, espelhou um direcionamento cada vez mais crítico em relação aos rumos do modelo econômico imposto ao país e às suas consequências no âmbito social, político e cultural. Alceu se aproxima das teses de uma social-democracia avançada.

Alceu, como jornalista, teve uma das mais longas carreiras no Brasil. Foi vencedor em 1969 do prêmio Moors Cabot, láurea

mais antiga do jornalismo internacional. Recebeu ainda os prêmios Moinho Santista, Luísa Cláudio de Souza, Juca Pato, Sierra Award, Nacional de Literatura e Junípero Serra, além de ter sido agraciado com os títulos de comendador da Legião de Honra (França), da Ordem do Condor (Chile), da Ordem de Santiago da Espada (Portugal), da Ordem Nacional do Mérito e Ordem de São Gregório Magno da Santa Fé.

Durante sua vivência e participação em todos esses campos, procurou exprimir e transmitir ao público seus pensamentos e opiniões com rara vivacidade e elegância na escrita. Dessa forma sua produção foi tão intensa quanto sua vida. Seus livros, artigos e ensaios retratam seus conflitos, seus caminhos e suas opções, sempre a partir do enfrentamento dos problemas reais por ele observados.

> Essa linha de conduta, seguida desde o início da vida literária, explica a admirável harmonia de seu destino. Nunca Alceu Amoroso Lima soube falsear ou esconder sua opinião. Como também jamais se recusou a confessar seus equívocos humanos. Tanto na crítica dos livros quanto na crítica dos homens. (Montelo, 1973, p. 12)

Por isso mesmo, seu ponto de vista foi sendo construído com base no jogo não linear dessas experiências com os acontecimentos que, mediado por sua imensa cultura, lhe propiciou rever posições e enfrentar novas.

A primeira revisão o faz passar do seu indiferentismo agnóstico para um catolicismo ultramontano, no final dos anos 1920. A segunda, no interior do próprio catolicismo, quando o caráter autoritário e excludente do regime militar se consolida, Alceu se inclina para as hostes progressistas, em que, sob a renovação do Vaticano II, defenderá uma perspectiva fundada no liberalismo democrático de pendor fortemente social.

> O nuclear, no método de pensar e de intuir de Alceu Amoroso Lima, parece-me estar na precoce proscrição de qualquer maniqueísmo da trama do seu mundo interior. Se o Outro afirma algo, mesmo inverossímil, pode ser que, nesse algo, algo haja que não seja de todo o só bem ou o só mal. Não se trata de ecletismo,

> de uma plácida postura de aceitação passiva e crítica de asserções inconsistentes entre si. Universalista, proscrevendo a redução do todo e suas partes a polos antagônicos e nada mais, desde cedo aprendeu que pode haver a imensa massa intermédia, matizada em graus infinitésimos, num continuum que, este sim, pode ir de um extremo a outro. (Houaiss, 1973, p. 18)

Foi diretor da revista da Academia Brasileira de Letras. Em 1944, participou da fundação da livraria Agir no Rio de Janeiro, tornando-se seu diretor literário, afastando-se após 26 anos. Em 1952, lançou a revista cultural interamericana *Panorama.* Com os artigos, publicou a 1ª série de Estudos (1928), 2ª série de Estudos (1929), 3ª série de Estudos (1930), 4ª série de Estudos (1931), 5ª série de Estudos (1933),que constituem coletâneas de artigos publicados no Rio de Janeiro pela revista *A Ordem*.

Terminada a Segunda Guerra, em 1945, Alceu expressa um distanciamento do pensamento de Georges Bernanos e de Chesterton em favor da abertura propiciada pelo pensar mais liberal de Jacques Maritain com relação ao mundo moderno. Na política, apoia a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes e é convidado a candidatar-se ao Senado pela União Democrática Nacional (UDN) do Distrito Federal. Mesmo que recusasse sempre aos apelos de uma candidatura, filia-se à Democracia Cristã em 1947, de cujo manifesto partidário foi um dos autores.[23]

Entre 1951 e 1953, Alceu passa uma nova temporada nos Estados Unidos, agora no cargo de diretor do Departamento Cultural da União Panamericana da Organização dos Estados Americanos. Como tal, participou na função de secretário executivo da primeira reunião do Conselho Cultural Interamericano, realizada no México em 1951. Foi representante da OEA, em 1952, na IX Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação.

---

[23] O Partido Democrata Cristão (PDC), extinto pelo AI-2 de 1965, foi fundado por Antonio Cesarino Jr. em julho de 1945. Visava uma terceira via consequente com o capitalismo social da doutrina social católica. Entre outros fundadores destacam-se, além de Alceu Amoroso Lima, Heráclito Sobral Pinto, Altino Arantes e José Carlos de Macedo Soares.

Nessa estadia, Alceu apoiará nas universidades americanas o desenvolvimento de estudos sobre a América Latina. Dessa sua experiência nasceu um outro olhar sobre os Estados Unidos. Na década de 1930 cultivava um antiamericanismo provavelmente devido à associação que o grupo católico fazia entre americanismo e protestantismo. Ambos seriam influenciados por uma secularização individualista consequente dos fenômenos do industrialismo e do economicismo, próprios do que a Igreja Católica acoimava de modernismo. Sua aguda observação do mundo *yankee*, associada à influência já sentida em seu pensamento do filósofo Jacques Maritain, o fez modificar vários dos seus pontos de vista. Um deles será a importância da educação pública escolar naquele país e o papel cultural das universidades no desenvolvimento científico e tecnológico. Essa experiência lhe fará ver com mais acuidade o papel emancipador da escola.

Seu pensamento futuro sobre a educação não deixará de se nutrir de sua vinculação com o catolicismo. Contudo, Alceu será ao mesmo tempo partícipe e sujeito da abertura da Igreja Católica para o mundo moderno. Ligado ao que de mais avançado havia no âmbito da Doutrina Social da Igreja Católica, Alceu, significativamente, incorporará os temas da democracia social e do ecumenismo. Em outro trecho do prefácio ao livro de Cury (1978), ao comentar a divisão da sociedade ocidental capitalista entre opressores e oprimidos como um recorte do ponto de vista marxista, Lima (1978, pp. 10-11) escreve:

> A finalidade precípua da educação, segundo esse ponto de vista, é superar e suprimir essa dicotomia. Essa visão pedagógica do marxismo pouco ou nada tem a ver com a filosofia do materialismo histórico. Tanto assim que uma concepção católica autêntica da educação, embora sua finalidade essencial seja a de reconhecer a condição transcendental do ser humano e de seus direitos intransferíveis, é perfeitamente compatível com esse reconhecimento histórico incontestável, de que existe na sociedade contemporânea uma dicotomia inconfessável, entre exploradores, beneficiados pela repartição injusta dos bens materiais e intelectuais, e explorados, que são sacrificados

> nessa distribuição, em consequência de instituições políticas e econômicas imperfeitas. O mesmo se pode dizer da visão pragmatista, assumida pelos "pioneiros". Cada qual dessas três concepções é perfeitamente adequada a essa anomalia social, desde que o binômio opressores-oprimidos não seja compreendido segundo uma concepção maniqueísta, de que de um lado estão só os bons e de outro só os maus. A realidade social é muito mais complexa...

Vale lembrar, também, que na atividade de tradutor, Alceu tornou-se um dos mais legítimos intérpretes do pensamento católico como nas traduções feitas das encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963).

Professor universitário

Sua atuação no magistério alcançou dimensão internacional, sendo convidado a ministrar cursos no exterior. Em 1950, foi para os Estados Unidos lecionar a disciplina Civilização Brasileira no Brazilian Institute da New York University. Em 1958 retornou àquele país para ensinar sobre o mesmo tema na Universidade de New York. No ano de 1967, Alceu tornou-se membro associado estrangeiro da prestígiosa Academia de Ciências Morais e Políticas, em Paris.

Sua viagem à França tinha, entre outras finalidades, a de peregrinação em busca de direção espiritual, para esses tempos modernos tão turbulentos. Tinha também um sabor de reencontro, de retorno à vida que lhe permitiu constituir-se adulto e homem de bem. Costa fala em seu livro desse ambiente francófono, cuja memória revivia a juventude de Alceu no momento de convergência de fé e orientação espiritual. Na obra *Europa Hoje* (1951) constata-se essa busca. Assim diz Alceu: "[...]encontrei[...] um espírito de renovação e de audácia criadora, absolutamente 'catastrófica', para os temores e as prudências dos nossos meios católicos sul-americanos, em geral conservadores e reacionários da velha escola".

No que tange à educação, Alceu acredita que a mesma deve se dirigir ao homem em todas as suas dimensões. No texto "O espírito

universitário", ele afirma que a essência do conhecimento e, portanto, da universidade é a abertura para a busca da verdade. "No pórtico da Universidade de Harvard está escrita uma só palavra. Mas essa palavra resume a essência do espírito universitário: *Veritas*. Na medida em que os homens se entendem ou se desentendem em face a este conceito fundamental, é que podemos nos aproximar ou nos afastar do verdadeiro espírito universitário." Defende o princípio da liberdade racional na busca da verdade e da formação do homem completo. Qual é a importância de proporcionar ao homem uma sólida formação para enfrentar uma sociedade cada vez mais confusa e desumana. Essa função humanista é a própria razão de ser das universidades e o motivo de sua importância num sistema de solução social e intelectual para a crise do mundo moderno, tendo com centro a 'eminente dignidade da pessoa humana' e como norma o humanismo teocêntrico." (Lima, 1961, p. 14)

> Esta atenção à formação do homem completo traduz-se em uma preocupação com a unidade do ensino, que pressupõe tanto a cultura geral como a especialização. Alceu explica que não é possível adquirir a cultura geral sem se respeitar as diversas especializações. Porém, afirma que alguns problemas da educação atual nascem da postura inversa: da ênfase na especialização em detrimento da formação geral: "Pode haver especialização verdadeira sem cultura geral. É mesmo um dos perigos da educação moderna. O aumento dos conhecimentos – tanto na intensidade como na extensão – tem sido tão grande, desde o século passado, que o homem moderno vive sempre ameaçado por duas tentações opostas: o diletantismo e o profissionalismo. O pecado do diletante é a superficialidade. É a semicultura, vazia de sentido e apoiada no verbalismo. O pecado do profissionalismo é o encerramento no seu canto e a cegueira, em nome de uma falsa honestidade intelectual, para com as atividades e verdades vizinhas ou remotas. Nenhum desses caminhos se conciliam com o espírito universitário, que é ao mesmo tempo geral e particular. Leva à cultura geral pela especialização e ilumina a especialização pela cultura geral." (Lima, 1961, p. 19)

Alceu seguiu atuando como conselheiro da educação mesmo quando, a partir de 1961, o CNE passou a denominar-se Conselho Federal de Educação (CFE), assim permanecendo até 1968. Assumiu, em dezembro de 1937, a reitoria da Universidade do Distrito Federal (UDF), cargo que exerceu, *pro tempore*, durante oito meses junto com a cadeira de sociologia.[24] Curiosamente, em anos anteriores, Alceu combatera a criação dessa Universidade, na gestão do prefeito do Distrito Federal Pedro Ernesto Batista e organizada por Anísio Teixeira, então Secretário de Educação do DF.[25]

Em 1938 deixa a reitoria e a cadeira de sociologia da UDF e passa a lecionar sociologia na Faculdade de Serviço Social do Instituto de Educação Familiar e Social, ligado ao cardeal Leme. Nomeado, em 1941, professor catedrático de Literatura Brasileira na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, aí permanece nesses dois cargos até sua aposentadoria em 1963.

> Há dez anos, por ocasião da jubilação de Alceu como professor, se lhe houvessem perguntado o que pretendia fazer no dia imediato, estou certo que, consultando seu saber, e seu instinto de comunicação humana ele teria replicado: "Continuar dando aula". Pois é isso que o mestre tem continuado a fazer, depois que a lei o aposentou. Daí não ter havido solução de continuidade em seu destino. A vocação do professor pôde mais que a determinação legal. (Montello, 1973, p. 11)

Alceu Amoroso Lima foi e é reconhecido como professor que fez de sua ação pedagógica um exercício de crítica literária. Assim, eleito membro da Academia Brasileira de Letras em 1935, ocupou a cadeira número 40, que foi de Miguel Couto.

---

[24] É nesse momento que ele deixa o departamento jurídico da fábrica de tecidos Cometa.

[25] Após o frustrado levante comunista de 1935, Anísio Teixeira é substituído no cargo por Francisco Campos. Também após a tentativa desse levante, Alceu posiciona-se a favor das forças franquistas na Guerra Civil Espanhola e passa a compor uma comissão nacional de defesa da cultura nacional contra o comunismo.

Ao falar da figura do professor, Lima (1944) pondera: "Toda a vida do professor gira em torno do conhecimento".

Para propiciar o conhecimento, o professor deve continuar a ser um estudante, renovando seus conhecimentos. Daí a pesquisa pessoal ampliando sua cultura a fim de escapar do estreitamento trazido pela especialização fechada em si.

> Por vezes ele abusa desta e pensa que todo o mundo é estudante. Torna-se sentencioso e dogmático. Gosta de falar com o dedo em riste e toma a palavra, sozinho, nas reuniões, fazendo de qualquer auditório alheio uma aula própria. Os que assim procedem, esquecidos de que quanto mais o homem sabe, mais sabe que não sabe e mais deve, portanto, silenciar discretamente. (Lima, 1944, p. 230).

Para Lima (1961, p. 211), o professor tem como razão de ser o aluno. O professor é como um artista que busca fazer com que o estudante se descubra a si mesmo, ajudando-o a trazer à luz, o que, sem ele, poderia ficar dormindo no fundo de uma consciência amorfa e infecunda.

Sob essa perspectiva, ele será um dos maiores intelectuais que, sem deixar a dimensão do homem de ação, fará da educação e da cultura um dos momentos contra toda e qualquer modalidade, inclusive religiosa, que venha a erigir em absoluto o que é relativo. E, afirmativamente, inserirá a educação democrática e democratizada como instância da dignidade da pessoa humana.

> Embora creia firmemente – e por isso luta com sua só arma, as ideias – que tempo virá em que aquelas opções não se venham a apresentar aos homens, não nos ilude quanto às dificuldades que se antepõem e se anteporão no entretempo. Mas os caminhos para o advento e instauração dessa ordem social ele não deixa de reconhecer que são o preâmbulo da dignificação do homem, quando este então terá atingido a lucidez para as opções essenciais de sua condição em face da fé, em face da morte, em face da eternidade, em face da vida. Essa clareza ecumênica, evangélica e profética – oferecida com luminosa humildade, na linha ascendente de sua Igreja militante – torna a vida de Alceu Amoroso Lima um bem comum de todos os que não querem pactuar com as racionalizações que, por mais enfeitiçadamente que se trombeteiem através dos meios

> de comunicação de massa monopolizados, trazem em seu bojo discriminação, coerção, ódio, violência. (Houaiss, 1973, p. 21)

No resgate do pensamento e ação de educadores brasileiros que contribuíram para o debate educacional do país, Alceu Amoroso Lima deve ser lembrado como um dos nomes mais eminentes. Homem de intensa participação cultural, trouxe contribuições não somente na área educacional como também nos campos da política, literatura, jornalismo e da cultura religiosa.

As obras selecionadas para este trabalho definem etapas marcantes da vida do autor e sua visão de educador na qual ele se expressa tanto diante da educação como educação escolar quanto diante da educação como cultura. Em cada obra podemos encontrar vivo os posicionamentos que se definiram ao longo de sua trajetória marcados pela fé, pela busca da verdade e da essência da construção e formação da vida do ser humano. Alceu sempre foi fiel à sua convição e, ainda assim, soube, como ninguém, encontrar novos caminhos, mudar os rumos e descobrir novos horizontes ideológicos, políticos e filosóficos, permanecendo sua essência cristã. Podemos dizer que Alceu foi rigoroso defensor dos preceitos cristãos e democráticos e defensor da liberdade de pensamento e ação.

Em *Debates Pedagógicos,* o autor discute teorias educacionais opondo-se à educação laica, registrando sua fé e religiosidade na defesa de uma educação cristã. Analisa as teorias dos escolanovistas e de seus precursores pontuando sua crítica com base na finalidade da escola nova, não nos seus métodos e atividades.

Em *Existencialismo e Outros Mitos do Nosso Tempo,* ele apresenta questões sociais, políticas e religiosas, preocupando-se em elucidar a posição totalitária dos sujeitos encoberta por discursos democráticos. Mantendo sua catolicidade, discute mais amplamente a relação existente entre os aspectos sociais, políticos e religiosos e a ação humana como imprescindíveis à construção da verdadeira comunidade.

Em *Pelo Humanismo Ameaçado* encontramos ensaios que tratam de temas polêmicos do momento, nos quais o autor discute e se posiciona diante dos assuntos tratados. Apresentamos algumas publicações registradas entre 1962, 1963 e 1964 em que Alceu descreve com paixão sua trajetória de educador universitário, defende sua posição humanista e cristã e apoia personalidades da história, assim como o direito à liberdade com justiça social.

A seguir, textos relevantes de Alceu Amoroso Lima escolhidos para esta coleção com destaque para os temas da educação escolar e da cultura.

Carlos Roberto Jamil Cury é mestre e doutor em educação: história, política, sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Fez pós-doutorado na Faculdade de Direito do Largo São Francisco da Universidade de São Paulo (USP), seguiu estudos na Universidade de Paris e na Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais, na França. É professor titular (aposentado) e professor emérito da Faculdade de Educação da UFMG. É professor adjunto da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

TEXTOS SELECIONADOS[26]

Filosofia pedagógica I

Em todos os terrenos, julga o homem de nossos dias ter descoberto o segredo das coisas, até hoje velado por preconceitos e tradições. É uma das ilusões pueris dos nossos contemporâneos.

Por outro lado, a experiência de um longo período de agnosticismo generalizado, em que julgou resolver os problemas da vida pela simples coexistência livre de todos os pontos de vista, tem levado os homens de hoje a reconhecer que é preciso descer mais fundo. Reconhecem, por exemplo, que para obter determinado tipo de adulto é preciso necessariamente agir sobre a criança. Estamos por isso no "século da criança". E os descobridores de novos regimes sociais, vão logo à criança, como sendo a matéria plástica e passiva sobre a qual vão aplicar suas doutrinas e seus regimes. Assim é que a pedagogia passou a ser o campo preferido para essas elocubrações e experiências sociais e filosóficas. Por toda a parte só se fala em "escola nova", em "pedagogia moderna", em "revolução no ensino", ou mil outros termos que parecem indicar o início de uma era nova em matéria educativa.

[26] *Debates pedagógicos*, 1931, publicado no Rio de Janeiro pela Editora Schmidt.

Quem olha esses fenômenos de um ponto de vista um pouco superior e sintético, vê facilmente que se trata de um movimento generalizado que vai lenta ou precipitadamente atingindo todos os domínios do pensamento e da ação e de que a pedagogia é apenas um dos aspectos mais patentes.

A tendência dominante é a daquele naturalismo integral, que vai ganhando terreno ou antes evoluindo segundo as potencialidades ocultas em seu organismo, e cujas raízes primeiras vamos encontrar na cisão nominalista da filosofia medieval. Nominalismo medieval, humanismo renascentista, racionalismo enciclopédico, naturalismo burguês, materialismo o proletário – essas várias fases da ruptura da inteligência humana com o ser objetivo constituem uma engrenagem de dentes inflexíveis. Quem começa e quer ser lógico, é levado inexoravelmente ao fim da cadeia. Estamos, aliás, chegando ao fim dela e ao início da fase revolucionária de nossa cultura ocidental é também ao fim da heresia filosófica de Guilherme de Occam, no século XIV. Não seria um paradoxo dizer que o comunismo é a consequência direta do nominalismo. "Tal é a lógica do occamismo: dispersão espacial e temporal do indivíduo, dissolução do uno na multiplicidade pura."[27]

Essas conclusões lógicas do nominalismo filosófico. Occam ainda as repele. Mas vamos encontrá-las já explícitas no século XIX em Augusto Comte ou Marx, quando negam ao indivíduo uma existência fora da sociedade e mais categórica ainda em Durkheim, apóstolo do sociologismo moderno, e no campo pedagógico em Natorp, em Dewey, em Kerschensteiner, em todos os socializadores da educação. "Os apóstolos do socialismo insistiram frequentemente sobre o fato que, na redução do indivíduo à sociedade, se encontra o germén da grande revolução no pensamento social de nosso tempo. Assim como Copérnico revolucionou a cosmogonia, mostrando que não é a Terra e sim o Sol que é o astro central, em torno do

[27] Régis Jolivet, *La Notion de Substance,* Beau-chesne, 1929. p. 85.

qual gravitam os corpos que compõem nosso sistema planetário, assim também o pensamento social revolucionou a concepção da vida postulando o princípio de que: não é o indivíduo que explica a sociedade, mas a sociedade que explica o indivíduo", ou como diz o filósofo e pedagogo Natorp: "Para falar com propriedade, o indivíduo é apenas uma abstração, como o átomo do físico", ou então: "O homem só se torna homem pela comunidade humana".[28]

Aqui só nos é dado apontar os dois extremos da cadeia. E veremos, aliás, mais adiante que Natorp, Kerschensteiner ou Dewey, os filosófos do sociologismo pedagógico ainda não são o extremo moderno da cadeia, se bem que sejam os únicos que chegaram até nossas plagas, trazidos pelos "reformadores" e "modernizadores" de nossa pobre pedagogia, abandonada sempre a todas as mitografias, a todos os ufopismos que os "espíritos modernos" de cada época nos vão implingindo. Pois todo o mundo já sabe que o Brasil não podia ficar imune do grande flagelo naturalista, que desde Tobias Barreto e Silvio Romero temos implantado em nosso meio e vai corroendo pouco a pouco todas as células sadias de nossa nacionalidade.

O naturalismo pedagógico data de pouco tempo entre nós, pois também fora daqui, nos países de onde continuamos a receber beatificamente todas as inovações do "Zeitgeist", data o movimento deste século e, sobretudo, depois da guerra.

Foi em São Paulo, com o sr. Sampaio Dória, creio eu, que o movimento começou, e hoje em dia vai conquistando o Brasil inteiro com a rapidez de uma mancha de óleo. Somos uma matéria plástica por excelência, nacionalidade em fusão que cede ao martelo dos forjadores mais audaciosos e pronta, portanto, para ser informada por toda essa "revolução pedagógica" copernicana", como dizem seus adeptos que nos vêm de grandes centros do pensamento moderno, da Alemanha, dos Estados Unidos, da In-

---

[28] Texto e citações em *Essai de Filosófie Pedagogique,* A. Bewit, Bruxelas, 1927, pp. 74-77

glaterra, mais ou menos centralizados em Genebra, de onde irradia por todo o mundo com a facilidade das novidades sedutoras.

Foi de São Paulo que partiu o movimento e é lá que continua a organizar-se sob a direção de figuras intelectualmente eminentes como o sr. Lourenço Filho, o sr. Fernando de Azevedo e outros. A *Biblioteca de educação* organizada pelo sr. Lourenço Filho já tem onze volumes publicados e mais três prontos para o prelo. E o próprio chefe do movimento, que como se sabe foi diretor da Instrução Pública no Estado de São Paulo, acaba de dar-nos a primeira exposição sistemática das novas ideias pedagógicas em um dos volumes de sua coleção.[29] Comecemos por tentar resumir muito sumariamente a obra, em seus traços essenciais, pois se fossemos entrar em pormenores seria preciso outro volume para expor e comentar o pensamento do seu autor. Isso mostra desde já que qualquer que seja o desentendimento radical em que me encontre quanto às suas ideias e, sobretudo, ao movimento filosófico e pedagógico que elas refletem, qualquer que seja a vivacidade na crítica a um movimento, em que vejo empenhadas e ameaçadas as melhores forças da nacionalidade brasileira e o próprio futuro do Brasil como nação independente e do brasileiro como personalidade própria, qualquer que seja a irredutibilidade dos nossos pontos de vista, rendo homenagem à boa fé do autor, ao seu talento, sua ilustração em matéria pedagógica moderna, pois mostra tudo ignorar de pensamento pedagógico cristão bem como do pensamento medieval.

Comecemos, portanto, resumindo em poucas palavras o pensamento substancial do autor, tal como o exprime nessas palestras, realizadas no Instituto de Educação, em São Paulo, e agora reunidas em volume.

Foram cinco as lições. Dedicou a primeira ao estudo do – "que se deve entender por escola nova", as segunda, terceira e

---

[29] Lourenço Filho, *Introdução ao estudo da Escola Nova.* Com. Melhoramentos, São Paulo, 1930

quarta ao estudo de vários "sistemas de educação renovada"; e a última a questões gerais de aplicação". Estudando esses vários sistemas, divide-os ainda em "sistemas de aplicação e ensaio" e "sistema de aplicação científica".

"A quem pretenda conhecer os sistemas de educação renovada, um ponto de partida se faz necessário. É o da classificação deles em sistemas empíricos, de experimentação e ensaio, e em sistemas de mais rigorosa aplicação científica."[30]

Os primeiros se encontram em todos os tempos considerados os aspectos parciais da nova pedagogia, se bem que mesmo aí – "a coordenação e arranjo sistemático das novas ideias, formando um corpo de doutrina, com unidade – só em nosso tempo vamos encontrar"[31]

Considera Tolstoi como um precursor do movimento, "pela profunda intenção social em que embebeu toda sua obra"[32] e hoje em dia "a concepção educativa de Lunatcharsky, que se encarregou da reorganização escolar depois da revolução, parece a maioria de seus críticos como feliz combinação do realismo de Tolstoi e do pragmatismo americano[33].

Estuda depois as várias tentativas empíricas de pedagogia nova: as *public-schools* inglesas[34], o *boarding-house system* de Tomas Arnold, que introduziu o sistema do trabalho solidário, combatendo o da "concorrência individual"[35]; a escola de Sanderson, "o moderno Pestalozzi"[36], que escrevia: "a punição é um crime, mais que um crime, um pecado' e sustentava que: "Não devemos estabelecer uma barreira entre a vida da escola e a vida ativa cotidiana da

---

[30] L. Filho, op. cit. p. 83.

[31] ib. p. 85.

[32] ib. p. 86.

[33] ib. p. 87.

[34] ib. p. 88.

[35] ib. p. 89.

[36] ib. p. 89.

coletividade. O trabalho escolar carece estar em relação com a vida da criança no lar"[37], o que é, sem duvida, o mais perfeito dos princípios práticos de educação, se o lar tiver também seus princípios bem orientados.

Estuda as *new-schools* iniciadas por Cecil Reddie, que também sustentava que – "a escola não deve ser um meio artificial, separado da vida. Deve ser um pequenino mundo real, prático, que ponha a criança tanto quanto possível em contato com a natureza, a realidade das coisas"[38]. Depois, as escolas de Badley, que escrevia: "A escola é um aparelho de adaptação social. Não tem por fim o ensino,[39] mas a vida"; na França, a famosa "Ecole dês Roches" de Edmond Desmolins[40], na Alemanha, onde vamos encontrar a "newschool" perfeitamente sistematizada" com as *landerzehungsheiem* de Lietz, a "comunidade escolar livre" de Winnecken, que não procura apenas uma adaptação dos moços ao estado social presente, mas a um estado social futuro. É a revolução pela escola"[41], palavras do sr. Lourenço Filho que convêm guardar.

Depois de resumir os "caracteres gerais das escolas novas", do tipo Reddie[42], passa a estudar a figura de Kerschensteiner, o sistematisador prático, na Alemanha, de todas essas tendências esparsas do pedagogismo moderno, e criador da tão falada *arbeits-schule,* escola de trabalho que ele opunha à "Buchschule" (escola livresca), que a seus olhos representava o tipo antigo de escola a repudiar[43].

Estuda vários tipos de escola nesse sentido na Alemanha, Estados Unidos, França, Itália e em outros países, inclusive a "escola regional de Merity", de Armanda Álvaro Alberto de Mendonça, or-

---

[37] ib. p. 92.

[38] ib. p. 93.

[39] ib. p. 95.

[40] ib. p. 95.

[41] Lourenço Filho, op. cit. p. 97.

[42] ib. pp. 99-102.

[43] ib. p. 103.

ganizada com "intenção socializadora"[44], baseada nos métodos de "liberdade que consentem a plena expansão da individualidade".[45]

Passando, nas duas lições seguintes, a estudar os "sistemas de aplicação científica", estende-se especialmente sobre o de Montessori, cujos princípios (liberdade, atividade, individualidade) aceita, mas cujos processos rejeita, por serem de uma – "didática mecanizada, essencialmente analítica"[46], e em seguida sobre o de Decroly, "que propõe um sistema de transição entre a escola tradicional e a escola de amanhã"[47], e para quem "o fim último da educação é o desenvolvimento e a conservação da vida"[48]. Estuda longamente os centros de interesse de Decroly[49], passando na quarta conferência, ao estudo detalhado do autor, cujas ideias mais de perto acompanha o filósofo e educador norte-americano John Dewey, com seu *projet metod,* que é hoje nos Estados Unidos, "por assim dizer, o sistema nacional de ensino"[50]. Esse sistema se baseia numa psicologia anti-intelectualista.

"O ponto de partida do pensamento é uma situação problemática, uma tentativa, um projeto. E a inteligência, do ponto de vista da observação científica, não é um *fiat* maravilhoso, mas tão somente a capacidade de resolver adequadamente só problemas que se lhe propunham"[51].

O neopragmatismo de Dewey nega a inteligência seu objeto próprio, o ser, retendo-a numa função intermediaria entre a potência e o ato: a ação. "Não pensamos para pensar, pensamos utilmente para agir... O pensamento nasce da ação e a ação se exerce sobre as coisas. Os símbolos do pensamento precisam estar, pois, ligados a

---

[44] ib. p. 115.

[45] ib. p. 116.

[46] ib. p. 138.

[47] ib. p. 142.

[48] ib. p. 143.

[49] ib. pp. 152 e sgs.

[50] ib. p. 169.

episódios reais de nossa experiência, para que tenham significação"[52]. E o desdobramento pragmatista do postulado empirista de Locke, que continua a dominar todo o fenomenismo do pensamento moderno, essencialmente subjetivo e prático. Dewey conclui de suas premissas empiristas, sensualistas e pragmáticas que "a existência humana é um constante projeto"[53], isto é, uma atividade que visa constantemente resolver problemas concretos e a educação deve toda girar em torno dessa concretização constante da vida. E por todo o capítulo explica o sr. Lourenço Filho o sistema de Dewey, que de certo modo o faz e cujas ideias vimos há pouco informando a exposição de motivos da reforma do ensino secundário pelo ministro da Educação.

"Para que o trabalho escolar faça viver a vida, não deve ser mais que uma sucessão de atos com um fim em vista, sujeitos ao controle da experiência e da eficácia social. Na escola antiga, acumulavam-se os princípios antes do problema. Na escola nova, os problemas devem aparecer antes dos princípios, que não são um fim em si mesmo"[54].

No capítulo final, trata do problema de aplicação dos princípios estudados no capítulo inicial e desenvolvidos à luz dos vários sistemas que os acompanham. E termina fazendo suas as palavras de Zulueta sobre a educação nova: "A escola nova gravita sobre o princípio da liberdade, como a escola antiga gravita sobre o princípio da autoridade"[55], e reconciliara de certo modo materialistas e espiritualistas (sic)[56]. Para terminar essa rápida exposição das ideias do modernismo pedagógico, expostas pelo sr. Lourenço Filho, vejamos os princípios em que ele assenta seu pensamento pedagó-

---

[51] ib. p. 172.

[52] ib. p. 173.

[53] Lourenço Filho, op. cit. p. 178.

[54] Lourenço Filho, op. cit., p.190.

[55] ib. p.223.

[56] ib. p.225.

gico e que são os da "psicologia genética"[57]. "Foi iniludivelmente o progresso das ciências biológicas e em particular o da psicologia no último quartel do século passado, que veio permitir o formidável movimento renovador de hoje"[58].

Distingue claramente duas séries de problemas: os que provem da crítica à finalidade da escola e os que provem dos problemas de aplicação técnica"[59]. A escola nova é uma e outra coisa: uma nova finalidade pedagógica e como consequência uma metodologia nova. Essa nova finalidade que a "ciência da educação" ensina é que a educação é a socialização da criança"[60]. Três consequências derivam dali: em primeiro lugar "a escola única"[61], depois a organização de instituições post e peri-escolares"[62], e finalmente "o trabalho em comunidade"[63].

Aos novos fins devem corresponder novos meios. "E à fisiologia e à psicologia cabe fornecer os meios de educação"[64], com base nitidamente biológica, porque a educação não é criação espontânea ou original dos autores, mas reflexo inevitável da filosofia da época[65]. Pelos sistemas antigos da educação, passa a examinar qual seja "a filosofia atual"[66], "atravessamos, sem exagero, nova época de indisciplina de pensamento"[67], mas a seu ver o que marca o momento atual é a subordinação da filosofia à ciência. "No que toca propriamente a educação – convém salientar aqui que a psicologia vai deixando de ser especulação filosófica para consti-

---

[57] ib. p.46.

[58] ib. p.13.

[59] ib. p.157.

[60] ib. p.15.

[61] ib. p.17.

[62] ib. p.19.

[63] ib. p.21.

[64] ib. p.23.

[65] Ib. p. 30.

[66] ib. p. 41.

[67] ib. p. 41.

tuir-se ciência natural, ramo da biologia"[68]. E a psicologia atual, em que se funda a pedagogia nova, apresenta vários caracteres definitivos: "a tendência biológica"[69], "a tendência interpretativa"[70] "a tendência estruturalista"[71].

Chega assim à conclusão de que toda a psicologia de hoje é genética e sintética[72], e que – "a crítica sociológica mudou essencialmente os fins da educação; a psicologia, os meios"[73].

E depois de distinguir o que entende por escola nova, escola ativa e escola trabalho, que divergem entre si, passa a estudar à luz da psicologia do comportamento a noção de interesse[74] essencial na escola nova e o da "aprendizagem em situação total"[75], outro princípio ativo da nova pedagogia.

Eis, em traços muito pálidos, a súmula desse livro, rico em pontos de vista, dotado de abundantes informações sobre o movimento pedagógico moderno, cheio de boa vontade, e que representa a mentalidade de todos os atuais dominadores e reformadores de nossa organização escolar. O tema é extremamente complexo, tocando nos problemas mais variados de filosofia, de ciência, de sociologia, de moral, de psicologia, de modo que uma crítica rigorosa exigiria quase o corpo docente de uma universidade... O superficialismo do pensamento moderno, quando se ocupa com problemas filosóficos e sociais, contrasta com a extrema especialização em profundidade quando se ocupa com problemas de ciência experimental. Não ouso repetir a aventura do autor, que manobra displicentemente em todas essas águas como se fosse piloto matriculado em todas elas. Limito-me a tomar um

---

[68] ib. p. 43.

[69] Lourenço Filho, op. cit. p. 46.

[70] ib. p. 47.

[71] ib. p. 49.

[72, 73] ib. p. 53.

[74] ib. pp. 63 e sgs.

[75] ib. p. 71.

bote para ver e anotar algumas impressões pessoais, deixando a outros mais competentes a tarefa de destruir, como merece, todo o castelo de cartas que se apresenta com a arrogância de um castelo roqueiro.

Filosofia pedagógica II

Vimos no capítulo anterior, como muito bem diz o sr. Lourenço Filho, que – "a pedagogia teve, assim, uma larga base filosófica, de que não pode prescindir".[76]

Acontece, porém, que o sr. Lourenço Filho, e os mestres modernos que ele segue, começa por arrancar da filosofia seu próprio objeto e sua própria dignidade de ciência mestra. A filosofia, acrescenta o novo autor, "pretende dar-nos uma concepção do universo e do destino humano"[77]. Muito bem. Mas quando vamos ver o que entende o sr. Lourenço Filho por filosofia no sentido em que emprega o termo, verificamos que a reduz segundo o erro post-kantiano, uma simples teoria do conhecimento e mesmo apenas à "gênese do conhecimento"[78]. Agravando ainda sua mutilação do conceito de filosofia (que, aliás, confunde com a moral, dizendo que "a ciência diz o que é, não o que não deve ser.). A filosofia pretende indicar ao homem justamente o que deve ser, não o que é")[79] – reduz seu âmbito para o efeito da pedagogia, ao dar psicologia, arrancando essa afinal ao campo filosófico para convertê-la num simples ramo da biologia. "Convém salientar aqui que a psicologia vai deixando de ser especulação filosófica para constituir-se em ciência natural, ramo da biologia" [80].

Esse modo de raciocinar é típico do postulado evolucionista e naturalista implícito que governa todo o pensamento dessa peda-

---

[76] ib. p. 29.

[77] ib. p. 29.

[78] ib. p. 42.

[79] ib. p. 44.

[80] Lourenço Filho, op.cit. p. 43.

gogia pseudocientífica. Não é verdade o que afirma o sr. Lourenço Filho, pelo menos nos termos em que o faz. Os psicólogos que deixam de considerar a psicologia como ciência filosófica para considerá-la apenas como ciência natural e especialmente como simples ramo da biologia, são os psicólogos mecanicistas ou biologistas, isto é, aqueles que partem de um postulado naturalista inicial. O erro grave do sr. Lourenço Filho e de todos os seus mestres em psicologia é considerarem como sinônimos psicologia científica e psicologia naturalista.

Eles consideram a filosofia como uma simples atitude opinativa do indivíduo em face da vida – subordinando a filosofia às ciências analíticas, e intervendo os papéis que lhes são reservados numa sadia e harmoniosa consideração do problema. As ciências são autônomas, mas não absolutamente independentes, como querem os negadores da filosofia como ciência primeira. E é essa justamente uma das causas da anarquia intelectual contemporânea. "Na sociedade humana, um período de cultura intelectual em que a filosofia não exerce sobre as ciências o primado de *scientia rectrix* arrasta fatalmente a inteligência a um estado de desordem e a um enfraquecimento geral."[81]

Esse é o erro básico de toda concepção filosófica em que se baseia o pensamento do sr. Lourenço Filho. A negação primordial da filosofia como ciência coordenadora geral dos conhecimentos, herança remota do nominalismo, do racionalismo, do positivismo, leva essa pedagogia nova a basear-se numa psicologia naturalista, etapa que precede a da psicologia materialista.

A concepção do sr. Lourenço Filho é um misto de sociologismo e de biologismo; ora diz que "O homem só se faz homem mediante a comunidade"[82], repetindo o erro sociologista de Durkheim e de Nartop, que aniquilam o homem na sociedade, deificando a essa como

---

[81] Jacques Maritain. *Elements de Filosofia,* ed. Tequi. Paris. 1925, v. 1, p. 74

[82] ib. p. 196.

um absoluto, o único absoluto que subsiste na relativização de todos os fenômenos; ora diz que "no plano puramente motriz (?), glandular ou vascular, como no plano verbal, que vai permitir as condutas do pensamento, o reflexo condicionado rege todo comportamento adquirido"[83], o que é reduzir a fisiologia humana à psicologia animal.

Aceitando integralmente as ideias de Pavlov sobre os reflexos condicionados, escreve o sr. Lourenço Filho que "o reflexo condicionado é, neste momento, o denominador comum de todos os fatos que a psicologia científica pretende esclarecer"[84]. E exagera tanto seu animalismo psicológico que chega a dizer que o reflexo condicionado, "veio a ser para a psicologia o que, a seu tempo, representou a lei de Newton para a Física".[85]

Ora, é o próprio Pavlov que nos adverte do perigo que há em concluir para o homem, de suas observações, sobre os animais. Pavlov reconhece: "quanto é preciso ser prudente no aplicar à atividade superior do homem os conhecimentos científicos naturais precisos, recentemente obtidos quanto a essa atividade nervosa nos animais", e isso em virtude do "lugar tão incomparavelmente elevados" que ele ocupa na escala animal e que, a bem dizer, "elimina o homem do número dos animais"(sic.)[86].

Como se vê, ao mesmo tempo em que Pavlov considera o homem tão acima do animal, que "o elimina do número dos animais". Segundo suas palavras textuais, vêm agora seus discípulos apressados e vão logo submetendo o homem ao determinismo cego dos reflexos condicionados que reduzem a vida animal a um simples automatismo e, com ela, a vida psicológica do homem. O sr. Lourenço Filho, como se vê, é bem mais pavloviano que o próprio Pavlov.

---

[83] ib. p. 67.

[84] ib. p. 68.

[85] ib. p. 68.

[86] Pavlov, *Lições sobre Actividade do Córtex Cerebral.* p. 382. (cit. por Jacques Chevalier, *L' Habitude. Essai de Matafysique Scientifique.* Ed. Boivin. Paris.1929. p. 167, nota 1)

Na base, portanto, de toda pedagogia nova do sr. Lourenço Filho e de seus mestres, norte-americanos e alemães sobretudo, está uma concepção nitidamente naturalista e determinista da vida humana. Mas isso é o que ele não confessa. Ao longo do seu livro, o que parece a cada página é que toda a filosofia, a psicologia e a pedagogia moderna estão ao seu lado. Seu cientificismo desarticula toda a ordem dos conhecimentos e toda a variedade das atitudes filosóficas, partindo de dois postulados errados, isto é, que a ciência experimental domina a filosofia e que a ciência moderna é determinista. "Assim como toda psicologia de hoje é genética, toda ela tem de a ser sintética."[87]

Essa unanimidade é falsa, é uma conclusão precipitada e inverídica. A verdade é que, mesmo entre "naturalistas", nos encontramos hoje em face de dois grupos perfeitamente diferenciados de intérpretes da atividade psíquica dos seres vivos.

"Ou se procura a explicação do mais pelo menos e, por uma análise subtil dos fenômenos mais complicados, esforçam-se em demonstrar que não há nada mais no homem do que no plastida se não números mais elevados." Ou então se explica o menos pelo mais, coloca-se a inteligência ou a consciência como energia irredutível de ordem cósmica que pertence a todas as substâncias vivas. Em suma, encontram-nos em face de dois grupos de teorias, teorias mecânicas ou organicistas de um lado, teorias panpsíquicas do outro[88].

E mencionando as várias doutrinas "panpsíquicas" que negam o absoluto determinismo psicólogico, tanto mecanicista como organicista (parece ser este o que mais atrai o sr. Lourenço Filho), cita: "A energia nervosa de E. Riguano, a energia vital de A. Bracht, a energia psíquica de Plate e, enfim, a consciência energia de Pierre Jean".[89] Tudo isso mostra como é exagerado o determinismo psicólogico do sr. Lourenço Filho.

---

[87] Lourenço Filho, op. cit., p. 52.

[88] Remy Colin, *Reflexions sur lê Psychisme*. Ed. Vrin. Paris, 1929, p. 136.

[89] Remy Colim, op. cit., p. 182.

O simples fato de dar como sinônimos "hábito" e "reflexo condicionado" mostra como o sr. Lourenço Filho, em toda a especulação filosófica e psicológica, base da pedagogia e que adota, nunca sobe acima da matéria e da vida, não chegando jamais ao plano do espírito. O homem é o ser que distribui por essas três ordens crescentes de valores e o problema do "hábito", como admiravelmente o estudou Jaques Chevalier na obra acima citada, não é apenas um problema do plano da matéria ou da vida, mas também do plano do espírito.

Reduzindo toda a educação e o hábito ao reflexo condicionado.[90] Incorpora-se o sr. Lourenço Filho a esses mesmos mecanicistas. Que em outros trechos do livro repudia. Quando diz, por exemplo, que "a explicação genética de hoje não é mais a explicação mecanicista"[91], mas é uma explicação fisiológica que rebaixa o homem ao animal e acaba reduzindo a educação a um automatismo, depois de concebê-la como uma "socialização da criança".[92]

Negando, além disso, a inteligência e a vontade na educação e hipertrofiando a sensibilidade[93], introduz essa pedagogia o desequilíbrio mais perigoso na formação das crianças. Aniquilamento da personalidade. Negação da vida superior do espírito, supressão de todo esforço ascensional da alma, submissão constante da inteligência à afetividade, subordinação da autoridade à liberdade, predomínio do automatismo sobre a vontade e a razão, e, sobretudo, eliminação do sobrenatural, eis os falsos postulados derivados de uma falsa filosofia que vão informar essa "escola nova" da qual o sr. Lourenço Filho se faz o arauto, juntamente com todo o modernismo pedagógico que nos ameaça.

Não se trata, evidentemente, de repudiar todo esse esforço. Bem sei que a superficialidade com que julgamos todas as coisas dividira puerilmente os campos entre avançados e atrasados. Mas não se

---

[90] Lourenço Filho, op. cit., p. 68.

[91] ib. p. 51.

[92] ib. p. 15.

[93] "O que há de fundamental no homem não é a inteligência, mas o sentimento", p. 199.

trata de aceitar ou repudiar a escola nova. Trata-se de coisa mais grave, como é a de denunciar a filosofia materialista que sub-repticiamente se introduz em nosso meio sob a capa de reformas modernas, que venham pôr nossa pobre instrução pública e privada a par "dos mais modernos progressos da ciência", como dizem alguns inovadores occacianos.

O livro do sr. Lourenço Filho tem a vantagem de mostrar bem lisamente que não se trata apenas de uma alteração de métodos de ensino (o que é mais que necessário para todo nosso aparelho educativo) e sim de uma nova filosofia da vida.

Seu livro o confessa candidamente a cada página. Se bem que fale, de vez em quando, em finalismo, vitalismo, espiritualismo, só quem não sabe ler é que se ilude com os fundamentos nitidamente deterministas, naturalistas, materialistas que se transparecem a cada página de sua obra.

A finalidade transcendental de toda educação, que a razão natural nos mostra e que a revelação divina confirma, está completamente ausente dessa educação nova "ou funcional", tal como a concebeu o sr. Lourenço Filho, que, aliás, nada mais faz do que expor o que sustentam seus mestres em pedagogia naturalista, Dewey, Kerschensteiner, Nalorp etc.

Esse é o ponto a salientar. Não se trata de recusar *in limine* de toda a enorme riqueza de fatos e observações valiosas que a pedagogia moderna tem trazido. Não se trata de recusar os resultados excelentes que possam dar muitos dos métodos modernos de educação. Não se trata de repudiar a "escola ativa" em nenhuma das suas modalidades boas. O problema é muito mais complexo e difícil. E nós, católicos, precisamos redobrar de atenção em torno dele para não cairmos nos dois erros iguais e contrários que nos ameaçam: repudiar toda pedagogia nova por causa dos erros que contém ao aceitá-la integralmente sem ver esses mesmos erros.

É preciso separar positivamente o problema do método do problema da finalidade; o problema do fato do problema da inter-

pretação. A filosofia da escola nova, tal qual a apresenta sr. Lourenço Filho, é uma filosofia falsa, que não fará senão agravar os males pedagógicos de que já sofremos. Os métodos da escola nova, porém, contém muita coisa de excelente que convém utilizar e pôr em prática à luz dos princípios de uma boa filosofia pedagógica. Tanto mais quanto o intelectualismo contra o qual tanto se insurge o sr. Lourenço Filho, é o falso intelectualismo do século XVIII ou quanto muito o racionalismo cartesiano. O intelectualismo aristotélico-tomista é a outra coisa. Que aliás mostra o sr. Lourenço Filho desconhecer, e dele não deveria nenhum dos males que ele mesmo vê no intelectualismo espúrio dos racionalistas post-cartesianos.

Essa sua confusão que o leva talvez a ser tão injusto com a pedagogia medieval. Se procurasse informar-se melhor do que era a educação na Idade Média, libertando-se dos convencionalismos primários com que enche cada momento seu livro (e especialmente o primeiro capítulo), veria que o problema ocupava muito mais vitalmente a sociedade de então do que lhe parece. Estudando esse problema na França medieval. Assim se exprime uma escritora inglesa contemporânea, num livro solidamente documentado. "A educação medieval adaptava-se nitidamente a função (sic) que a criança tinha de preencher na vida, fosse como nobre, como clérigo ou como artesão. Assim pode ser dividida em três espécies – prática especulativa técnica – cada uma das quais preparava a criança a cumprir com seu dever no seu campo de ação, de modo a que fosse justificada sua existência e preenchida sua função"[94].

A finalidade transcendental do homem, que dominava então sua educação (quaisquer que fossem os defeitos metodológicos desta. O que resta provar), não perturbava de modo algum, como se vê, suas finalidades imediatas. Ao passo que todo esse naturalismo pedagógico dos dias que ocorrem e que o sr. Lourenço Filho se esforça por introduzir amplamente no Brasil sacrifica toda a

[94] Joan Evans. *Life in Medieval France,* Oxford University Press. 1925, p. 149.

finalidade transcendental do homem às suas finalidades parciais e imediatas: e prepara apenas o caminho para a pedagogia comunista. Mais uma vez encontramos a filosofia burguesa da vida, isto é, o naturalismo agnóstico, preparando o terreno para a filosofia proletária da vida, isto é, o materialismo antirreligioso.

E é por isso muito expressivo aproximarmos o índice do livro do sr. Lourenço do de uma autoridade da pedagogia soviética. Aquele para em Dewey. Este, depois de tratar dos "partidários burgueses da escola do trabalho" (que é em suma a escola nova do sr. Lourenço Filho), passa a tratar dos "partidários socialistas" e cita como sendo "o rasgo mais característico da escola de trabalho contemporâneo", as seguintes palavras de Shulgin, um grande pedagogo russo moderno: "Se nos pedirem para definir a escola de trabalho, não responderemos como Sharrelmann; não nos lançaremos a enumerar suas quinze características, concluindo ainda por dizer: 'e outras análogas'". Tão pouco nos enredaremos em contradições como Dewey. Não. Diremos concreta e rotundamente: quereis saber o que é a escola de trabalho? Muito bem. Pois é uma escola que prepara campeões do ideal das classes proletárias, construtora de uma sociedade comunista. Acha-se de cima a baixo saturada de vida contemporânea, organizam-na os alunos (sic) com ajuda dos diretores sobre uma base de trabalho, veio ao mundo trazida pelo progresso do desenvolvimento econômico. E uma escola de trabalho: uma prova do fato de que a sociedade burguesa agoniza e que a substituir-lhe vem o construtor de classe, que os fins deste último são os fins da escola e que mediante a escola haverá de realizá-los[95].

O sr. Lourenço Filho, escudado na pedagogia burguesa de Dewey ou de Kerschensteiner, a dar-se tanto trabalho para definir

---

[95] Alberto Pinkevieh (professor da segunda universidade de Moscou). *La Nueva Educacion en la Rússia Soviética.* M. Aquilar, editor, trad. Esp. Madri. 1930. p. 228.

que é “escola nova” ou “escola de trabalho”... Será exatamente aquilo que o pedagogo soviético afirma com aquele realismo sereno que tão bem distingue nossos filósofos e pedagogos burgueses – se não souber repudiar, em tempo, psicologia naturalista que o sr. Lourenço Filho e seus companheiros apregoam falsamente como sendo a psicologia moderna.

EXISTENCIALISMO E OUTROS MITOS DOS NOSSOS TEMPOS[96]

Os contramitos de ordem geral

A técnica a serviço do espírito

Vimos como o mito da técnica está ligado ao mito da riqueza. Trata-se de um mito de caráter superior, porquanto a técnica supõe a inteligência, ao passo que a riqueza supõe, em geral, a sorte ou a habilidade, nem sempre honesta.

A técnica, pois, é um bem em si. Como, aliás, é a riqueza desde que a entendamos como abundância de bens e não como apropriação ilimitada dos mesmos. A técnica em si é um bem, porque é fruto da tendência invencível e necessária do homem a fazer a natureza servir à satisfação das suas exigências. A técnica começa a perturbar os espíritos quando absorve a preocupação dos homens e passa a ser considerada como a salvação da sociedade. Ora, a técnica é uma arma de dois gumes. Pode servir ao bem como pode servir ao mal. Tudo depende do ideal a cujo serviço seja posta. O que converte a técnica em mito é ser desligada de um fim superior e adorada como valor em si. O que volta a dar à técnica seu valor normal de meio para alcançar um fim superior é colocar as artes mecânicas de domínio sobre sua natureza no posto ilimitado que lhes cabe. Em suma, é fazer da técnica não um mito, mas um elemento relativo e subordinado, a serviço do espírito.

---

[96] Esse livro foi publicado em 1965, no Rio de Janeiro, pela Editora Agir.

É por isso que propomos o valor espiritual como elemento de correção do exagerado valor tecnológico. Não se trata, de modo algum, de pôr um freio ao progresso da humanidade. Creio, ao contrário, que, se há progressos que sejam definitivamente adquiridos, são os progressos materiais. A máquina é um bem. O mal está no modo de a utilizarmos. Bem sei que a história humana não nos regateia exemplos de civilizações em peso que decaíram e desapareceram com todo o cortejo dos seus progressos técnicos mais avançados. Isso nos mostra, sem dúvida, a precariedade de todas as coisas humanas e a irracionalidade de atribuir um valor absoluto a qualquer valor humano, como fez a mitologia dos nossos tempos.

Mesmo, porém, que não contemos com catástrofes imprevisíveis, que mergulhem nossa civilização mecânica numa nova Idade Média, como quer Berdiaf, ou nos leve de novo ao tear manual, como queria Gandhi – é um fato que o progresso técnico não é suficiente para assegurar a felicidade do homem. Exatamente porque a utilização da natureza não pode constituir o ideal supremo para um ser não apenas corpóreo ou instintivo, como o homem. O que há de mais digno na técnica é ser uma expressão da inteligência humana. A máquina é a grande demonstração de que o homem não é só o fruto da natureza física ou animal, mas possui alguma coisa de transcendente que o coloca soberanamente acima das coisas e dos seres inferiores. É natural, pois, que o homem se orgulhe da técnica, já que essa é fruto da sua própria superioridade. Para que esse orgulho, porém, se mantenha nos limites do razoável, precisa reconhecer que o progresso técnico, por maior que seja, não se compara com a elevação moral e intelectual. E só se justifica quando colocado a serviço desses valores de ordem moral e intelectual.

Tanto tem, pois, o progresso material de demonstrativo da superioridade do ser humano quanto o mito da técnica de expressão da sua limitação. O que é preciso é desfazer o mito, sem cair no mito contrário, que é o do ideal ghandista antitécnico. Não se trata de

voltar a uma técnica mais primitiva. Não se trata de substituir o automóvel pelo carro de bois (embora hoje em dia, mesmo nos países produtores de gasolina, se esteja vendo como um progresso técnico baseado em certo gênero de combustível, essencialmente precário, está sujeito às mais imprevistas vicissitudes), nem de substituir a eletricidade pelo óleo de mamona na iluminação das casas. Trata-se de dar à técnica sua verdadeira posição no conjunto dos bens verdadeiros. Muito se tem discutido sobre o valor da máquina e seu papel na civilização contemporânea. Não se trata de condenar a máquina. Basta dizer que ela serve, antes de tudo, para aliviar o trabalho do homem e para desempenhar o papel que outrora coube à escravidão. Nesse sentido, portanto, nada de mais digno da natureza humana e do seu valor imortal que a invenção de processos que aliviem o homem dos trabalhos servis.

Não se trata, pois, repetimos, de condenar a máquina, nem de impedir de qualquer maneira a mais ampla liberdade do progresso técnico. Tudo que se faça nesse sentido é útil e indispensável a uma civilização mais justa.

Trata-se de colocar a técnica a serviço do espírito. Se o homem se deixou mecanizar pela máquina, o problema agora é o de humanizar a máquina. Trata-se de substituir o mito da máquina pelo ideal de uma técnica inteligente, que seja apenas um valor de ordem material e não pretenda ultrapassar seus limites naturais. O problema é semelhante ao que se dá com o mito da riqueza. Quando pregamos o ideal da pobreza, não aceitamos o mito socialista da supressão da propriedade. Pugnamos pelo ideal distributista da multiplicação da propriedade. O que é preciso, é, justamente, aumentar o número de proprietários, já que a propriedade limitada é um elemento essencial da liberdade, ao passo que a propriedade ilimitada é uma volta à escravidão.

Coisa semelhante se dá com a técnica. Não pregamos nenhum romantismo primitivista. Se julgamos que o mito tecnológico é

uma ilusão dos homens da civilização motorizada – é porque o homem esperou demais da máquina e pediu-lhe o que ela não podia dar. A consequência foi o que Keyserling chamou o "Chaufeurmensch", o homem motorizado.

O que queremos não é destruir a técnica e sim humanizar o homem, desmotorizá-lo. E essa desmotorização só se obterá pela volta à primazia dos valores espirituais sobre os valores materiais, sejam pecuniários, como no mito da riqueza, sejam tecnológicos, como no mito da máquina. Trata-se de empregar a técnica para corrigir os defeitos da sua própria hipertrofia. Temos um exemplo típico no caso da eletricidade. Essa é, por natureza, o mais extraordinário dos inventos técnicos do homem moderno. Mas a eletricidade em si não traz benefício algum ao homem. O encurtamento das ciências ou a divulgação das notícias podem ser elementos de perturbação e de inquietação, abolindo o recurso, prejudicando a tranquilidade das consciências, espalhando pelo ar a soma mais inútil ou mais contraproducente de frivolidades ou de propagandas comerciais.

Ora, pela eletricidade conseguimos, também, espalhar a sã cultura, comunicar notícias úteis, permitir chamados urgentes, levar a verdadeira civilização aos recantos mais abandonados. Por ela, podemos até alcançar um dos ideais mais patentes de uma civilização mais humana, que é a estabilidade do homem em seu meio natural, a fixação das populações, o progresso das pequenas cidades, o desenvolvimento das fazendas e das aglomerações rurais limitadas, a indústria em domicílio, a família como unidade e centro econômico. A técnica pode servir, portanto, para evitar um dos grandes males da nossa civilização motorizada – a concentração nas grandes capitais e o despovoamento dos campos[97].

---

[97] Dois anos depois de escritas essas linhas, em 1945, abria-se para a humanidade uma nova era técnica, a era atômica. E tudo aquilo que no texto dizemos da eletricidade se aplica à energia atômica e sua utilização. Pode-se dizer que tem sido esse, desde então, o tema central da história do mundo moderno. (Nota de 1956.)

Um dos grandes ideais econômicos de uma sociedade, em que o mito da técnica e da riqueza cedam aos ideais muito mais humanos de uma vida simples e natural, em contato com a natureza e afastada dos artifícios com que o homem julga encontrar a felicidade na Terra, um desses grandes ideais é manter o homem numa vida mais simples e mais próxima da natureza e, portanto, evitar aquele despovoamento.

Para isso é a técnica que pode servir a desfazer os males que ela própria produz.

O contramito que propomos, por consequência, para corrigir a mitologia tecnológica não é qualquer utopia ou romantismo vago e sim uma volta do homem às condições de vida mais contíguas com sua natureza. Se a técnica é um dos frutos mais belos da capacidade inventiva do espírito humano, façamos o fruto servir à árvore e não matá-la, façamos a técnica servir ao homem, colocando-se às ordens de uma vida em que os valores do espírito que conserve sua natural primazia.

Os limites da cultura

Ao culto da cultura opomos o vulto da verdade. Opomos, é o modo de dizer. Não se trata, realmente, de oposição, mas de integração. Não há incompatibilidade alguma entre os dois termos. Muito pelo contrário. O caminho natural da cultura autêntica é a verdade. E se, modernamente, foi a cultura convertida num valor exagerado é porque se operou uma falsa dissociação entre os dois termos.

Entenda-se, pois, a sentença inicial como deve ser entendida. O homem é, naturalmente, levado à cultura, como é naturalmente levado à verdade. Isso porque o conhecimento é a inclinação natural do seu espírito, como o amor é a tendência natural do seu corpo[98].

[98] "A temperança tem por função moderar o impulso do apetite, sob pena de se abandonar, com excesso, sua natural concupiscência. Ora, assim como o corpo deseja naturalmente o alimento e a volúpia, assim, também, a alma deseja naturalmente o saber... A aplicação tem uma dupla função: reprimir o desejo excessivo de saber, assim, faz parte da temperança; impor o esforço da atenção, necessário para saber." (S.Teol. II, IIae, q. 166, art. 2 ad. 3).

Numa concepção sadia do homem, como fusão de corpo e espírito, conhecimento e amor se interpenetram a mutuamente se fecundam. Assim como amor se corrompe pelo egoísmo, quando artificialmente se volta sobre si mesmo, também o conhecimento se corrompe pelo narcisismo, quando se dobra em iguais circunstâncias. O conhecimento é uma fusão do espírito com o ser, como o amor físico é uma fusão com o corpo amado. E tanto o espírito se eleva sobre a natureza quanto o conhecimento intelectual se eleva sobre o amor físico, elevando-o à categoria de espiritual. O amor é, pois, necessário, ao conhecimento, como este é necessário àquele.

O mito da cultura é, realmente, uma penetração do conhecimento pela passionalidade e nisso nada tem de censurável. O movimento, que modernamente à exaltação dos bens culturais está na linha da própria elevação do ser humano. O que não está é a desligação entre o conhecimento e seu objeto, cuja união é exatamente o domínio da verdade.

Não basta amar a cultura em si. A consequência desse amor é o diletantismo. E o diletantismo é a irresponsabilidade no exercício da inteligência. É a dissociação entre esse exercício e suas consequências. O oposto do diletantismo, tão censurável quanto ele, é o profissionalismo, isto é, a reeducação da cultura suas tarefas exclusivamente práticas e utilitárias, sua mutilação por uma exagerada limitação especializada.

Ligar o ideal da verdade ao exercício de uma sadia formação cultural é, simultaneamente, impedir os dois males – do diletantismo e do profissionalismo. Do diletantismo por si orienta ao enriquecimento do espírito, por uma constante adequação à realidade. Do profissionalismo por impedir o confinamento do espírito apenas num recanto da realidade. Dá-se, em parte, com a inteligência o que se dá nos domínios dos bens materiais. Assim como a lei fundamental da economia não é a acumulação e sim a utilização dos valores materiais em benefício das exigências do homem e da civi-

lização, também a lei fundamental da cultura não é a acumulação do saber e sim sua adaptação ao homem na realização completa do seu destino. O saber é como a riqueza. Fecundo, quando a serviço do homem; perigoso, quando a serviço de si mesmo. O saber pelo saber é como a riqueza pela riqueza. Aquele gera o orgulho, essa gera a avareza.

Ora, o orgulho é para a vida intelectual o que é a avareza para a vida econômica. Ambos desumanizam o homem. Ambos o arrancam ao seu destino natural de servir e de subir. A avareza opera a servidão do homem em face dos bens materiais. O orgulho, sua escravização aos bens intelectuais. Será mais digno, pela dignidade maior desses últimos bens em relação aos primeiros, mais não é menos pernicioso.

Só o amor da verdade, íntima e indissoluvelmente ligado ao amor da cultura, como um fim natural, pode afastar a cultura do abismo do orgulho. E comunicar-lhe, ao contrário, a verdadeira humildade. Todo saber, realmente fecundo, é humilde, como é humilde todo homem verdadeiramente sábio. Quando poucos sabemos, muito nos desvanecemos do saber. À medida que vamos efetivamente aprendendo alguma cousa, vamos pouco a pouco desprendendo-se de nós toda vaidade e, ao contrário, vamos tendo uma noção cada vez mais viva, e tantas vezes angustiante, da nossa ignorância. O consolo que podemos ter, então, é saber que a consciência da ignorância é uma condição essencial do saber. E que a ilusão do saber é que traduza nossa ignorância.

Um dos males do nosso tempo é a perda do amor à verdade. No século passado, essa perda traduziu-se por um movimento geral de agnosticismo que levou a civilização ocidental ao cepticismo, de que nossa geração, no início deste século foi amplamente impregnada. Hoje em dia a consequência foi outra e a perda do amor à verdade traduziu-se pela transformação de verdades parciais em ídolos coletivos. Foi o caso da cultura.

Para corrigir essa mitologia cultural não aceitamos a terapêutica dar volta a ignorância, como para corrigir a mitologia tecnológica rejeitamos a terapêutica do primitivismo técnico. A ignorância é um mal. O homem não tem direito à ignorância. Tem direito a saber; não a não saber. Exatamente porque o saber é o exercício normal da inteligência, faculdade do saber, isto é, de penetrar na essência do universo e tentar reduzir o universo ao âmbito da nossa consciência.

Adequar a cultura à verdade é, pois, uma tarefa das mais urgentes e das mais dignas da nossa humanidade. A verdade, para o homem, começa e acaba onde começa e acaba a natureza humana. Ao passo que a cultura começa e não acaba, pois se entrega ao culto de si mesma, desde que se esqueça da sua limitação natural pelo ser. A vertigem da cultura desaparece quando a integramos nos limites da verdade. O espírito e o ser fecundam-se reciprocamente pelo exercício do conhecimento, pelo espírito e pela limitação do conhecimento pelo ser. Sempre que os dois termos caminham conjugados, a consequência é um enriquecimento recíproco.

É mister, portanto, que toda a tarefa da cultura se opere com a preocupação continua da sua adequação ao ser, e por consequência, da sua veracidade. A verdadeira cultura pura não é uma fuga, mas uma presença, não é uma soma, mas uma qualidade.

Em todos os graus da cultura essa sua integração na verdade é necessária e fecunda.

A cultura física, por exemplo, quando desligada da verdade, tende a converter-se em um culto do corpo. Nos exageros modernos da cultura física masculina, o ideal atlético apresenta-se como desligado do ideal moral e, portanto, o homem como um animal ou uma estátua, isto é, como diverso de si mesmo. Nos exageros da cultura física feminina vemos o completo esquecimento do pudor. Ora, o pudor é um dos mais nobres atributos da mulher, por estar naturalmente adequado à sua natureza específica. Uma mulher sem pudor é uma mulher diminuída da sua natureza. E,

logicamente, uma cultura física que começa a diminuir o próprio objeto que pretende elevar, está viciada na sua fonte. É má, por conseguinte, a cultura física? De modo algum. É útil, necessária, imprescindível. Mister é relacioná-la com uma concepção geral da vida em que não se faça o corpo humano o ideal ou um ser em si.

O mesmo se dá com a cultura intelectual. Tomar a inteligência como função isolada é, também, deturpar o ser humano. A cultura intelectual que prejudica o equilíbrio moral do ser humano é uma falsa cultura. A verdadeira cultura intelectual, longe de prejudicar, ativa as qualidades morais. Para isso é preciso que seu esforço de formação esteja sempre ligado a uma responsabilidade em face dos valores morais que a condicionam. A prática das virtudes é uma limitação superior da personalidade e coloca-se num plano superior ao do conhecimento puro. Por isso mais vale ser bom do que conhecer muita cousa. Mais vale se santificar que se ilustrar. Ou antes, é preciso que a ilustração do espírito contribua à santificação da consciência e da vida em geral.

Se, por sua vez, a cultura moral se considerar como um fim último e fizer das virtudes entidades abstratas, sem nenhuma relação com seu destino sobrenatural, também ficamos no domínio da idolatria, pois o moralismo que é tão puro é tão pouco humano, como o puro intelectualismo ou o atletismo puro. O "imperativo categórico" é, apenas, uma forma nobre de autofilia.

Por isso dizíamos do início que a volta a Deus é o fundamento de toda a cruzada antimitológica. Se queremos transformar o culto de cultura, numa atividade cultural realmente fecunda, saibamos a reintegrar a verdade – que leva o homem do culto de si mesmo ao culto autêntico a Deus, único fim, último e absoluto, da sua personalidade e das suas atividades – na posição de retificadora de toda a cultura. E teremos arrancado a essa dos domínios de uma falsa mística, para a colocarmos no posto que lhe compete, na formação integral da personalidade humana e, consequentemente,

de uma civilização realmente superior. Não é o número de escolas, nem o número de livros, nem a quantidade maior ou menor de analfabetos que marca a colocação de um povo na escala da civilização. É a qualidade de seus homens. E a natureza da sua cultura, na hierarquia natural dos valores.

Os contramitos de ordem política

A precariedade do número e a perenidade da Justiça

Passando dos mitos de ordem geral aos de ordem política, o primeiro que mencionamos foi o da maioria ou do número que nos veio do século XVIII e atingiu seu ápice no século XIX, como o mito da riqueza. Foi dele, afinal, que derivam os mitos totalitários dos nossos dias. Será então que a democracia decai necessariamente para a demagogia e daí para ditadura?

Não creio. Como, com toda a lucidez, distinguiu Maritain, a democracia condenável é aquela que se baseia exclusivamente no mito da "vontade geral" e da "soberania popular".

Se entendermos, porém, por democracia, a participação de todas as classes sociais no governo da sociedade, podemos não somente aceitar o regime, mas, ainda, considerá-lo como correspondendo a uma das leis fundamentais de toda a filosofia política[99]. O que rejeitamos na concepção vulgar de democracia é ser ela o regime político

[99] Em 1932 sugerimos a redução dos grandes princípios fundamentais de toda a política perene, a quatro: o princípio de finalidade, segundo o qual as regras principais a observar na vida social são determinadas pelo próprio fim da sociedade e o fim da sociedade é permitir ao homem a realização da plenitude do seu destino; o princípio de respeito às propriedades da matéria, segundo o qual essas regras sociais variam de acordo com as disposições particulares dos membros da sociedade a que se vão aplicar e, portanto, nenhum regime pode ser copiado de outro e a psicologia do homem brasileiro, por exemplo, deve condicionar todo o regime político nacional; o princípio de participação segundo o qual todos os cidadãos devem participar da vida pública, o que corresponde à verdadeira democracia, sob pena de degenerar o regime democrático numa demagogia totalitária, tão perniciosa e anti-humana quanto os piores totalitarismos do nosso tempo; finalmente, o princípio de autoridade segundo o qual todo o governo deve ser sólido para realizar a unidade, a justiça e a liberdade, sem as quais a autoridade se converte em tirania. (Cf. política, 1932, p. 206).

em absoluto. A meu ver, não há regimes políticos perfeitos em absoluto. O regime mais perfeito é aquele que melhor se adapta à sua tarefa, que é a de manter a ordem, garantir os direitos e desenvolver o aperfeiçoamento físico, intelectual e moral de um povo. Autoridade, liberdade e caridade são elementos comuns a todo o governo que vise realizar sua tarefa verdadeira. Se no século passado foi a preocupação da liberdade que dominou, no nosso foi a da autoridade que correspondeu o apelo da renovação que pareceu, por um momento, absorver todas as forças novas da era.

Ora, os abusos dos regimes de autoridade foram de tal ordem e suas consequências tão desastrosas, que uma reação se operou contra o novo ídolo e, hoje, defrontamo-nos com uma crise de autoridade, como não há muito nos defrontamos com uma crise de liberdade.[100] Veremos, nos capítulos seguintes, como corrigir os mitos que derivam do abuso da autoridade. Aqui desejamos focalizar o contramito capaz de conservar da liberdade seu valor substancial insubstituível, corrigidos, se possível, os abusos a que deu origem por um falso conceito de liberdade como sendo um valor em si. Ora, a liberdade só vale como meio de alcançar valores mais altos, como são – a verdade e a justiça. A liberdade, portanto, não é um valor limitado. É um valor limitado pelos outros, muito superiores, da verdade e do bem. Não há liberdade contra a verdade. Não há liberdade contra o bem. Não há, pois, liberdade absoluta legítima. Por isso mesmo, um regime político deve basear-se sobre a verdade e sobre o bem, como fins e sobre a liberdade apenas como meio.

[100] Os abusos do autoritarismo, expressos pelos regimes totalitários e pela proletarização das ditaduras, especialmente na América Latina, inclusive no nosso país, fazem com que o problema da defesa das liberdades públicas e dos direitos individuais, seja a maior preocupação, hoje em dia, daqueles que querem preservar, na sociedade, os direitos e a dignidade de pessoa humana, cada vez mais ameaçados. Eis porque o regime democrático, que se baseia, antes e acima de tudo, na primazia desses direitos, é o único que, nas condições atuais do mundo, deve merecer nosso apoio. Não há regimes políticos perfeitos, sem dúvida. Mas há regimes mais ou menos adequados à natureza do homem, aos seus direitos e à sua felicidade, bem como às circunstâncias históricas. E o regime democrático é aquele que melhor atende, hoje em dia, a essas exigências. (Nota de 1956.)

Ora, a verdade e o bem, em matéria social, têm um nome – justiça. Realizar a justiça, isto é, dar a cada um o que lhe pertence, deve ser justamente o ideal intrínseco de toda a autoridade, portanto de todo governo legítimo. O ideal da justiça é o que podemos e devemos lançar contra o mito da democracia quantitativa. Não podemos aceitar que as verdades sociais e a concepção do que é bom ou mau, estejam entregues à precariedade das maiorias eleitorais[101]. Não podemos, por outro lado, desconhecer que a evolução das sociedades traz consigo uma explicação, cada vez maior, de direitos, pelo fato indiscutível da elevação constante das massas sociais cada vez mais instruídas e, portanto, cada vez mais diferenciadas.

A crise do direito produziu no mundo moderno o ceticismo jurídico. E o ceticismo jurídico, por sua vez, levantou o prestígio da força como elemento realizador das exigências sociais cada vez mais desapropriadas. Para uma coisa, porém, serviu essa crise do direito – para mostrar que, por este ou aquele caminho, toda a sociedade volta a criar um direito, isto é, a assentar sobre a lei, e não sobre o arbítrio, suas relações sociais de indivíduo a indivíduo ou deste para com os poderes públicos e vice-versa. Ora, entre todas as concepções modernas do direito – fruto do partido, do Estado, do povo, ou da vontade do chefe, nenhuma em sã consciência conseguiu ul-

---

[101] Embora o voto não altere a natureza das coisas e não possa fazer do quadrado redondo ou do branco preto, ainda é, entretanto, o sistema menos precário para a escolha dos dirigentes políticos de uma sociedade. O voto é, não só um direito natural da pessoa humana na sociedade, mas, ainda, o meio menos precário de fazer participar os governados na escolha dos governantes, mantendo a unidade orgânica da comunidade política. Fora do sistema eleitoral, como base dos métodos de escolha das autoridades, só temos a força e o arbítrio, isto é, a utopia do bom tirano, ou do "bom golpe" com que ainda idealistas ou oportunistas. O que é preciso é educar o povo para o exercício do voto e saber que este não altera a natureza das coisas e, por isso, toda a ditadura, por exemplo, que pretenda se justificar por um plebiscito, não respeitando sua escolha, quando contraria ao nosso partido ou as nossas preferências, que garantiremos a paz social e a justiça. E sim, educando o povo para votar de modo consciente e atribuindo ao voto não só os seus direitos, mas, ainda, seus limites. E o mais importante desse limites é que não é o voto e, portanto, não é o número que pode fazer do erro uma verdade ou do mal um bem. Politicamente, por exemplo, não tem o voto o direito de se negar a si próprio. Não temos o direito de negar um direito da nossa natureza. De modo que uma democracia não é livre, legitimamente, de se transformar em autocracia. (Nota de 1956.)

trapassar a concepção perene do direto, baseado na justiça, isto é, na proporção natural do que nos é devido o que nos devem, entre as exigências de cada ser livre de acordo com sua natureza e seu procedimento. A paixão da justiça é, por isso mesmo, um sentimento que deve ser cultivado entre todos os cidadãos de um Estado e, de modo particular, entre as classes dirigentes.

Não sei, nem creio que ninguém possa afirmar que o saiba, quais serão os regimes políticos dominantes no século XX. Não sei até que ponto o espírito aristocrático, que há tanto tempo sofreu, em política, uma deturpação mortal e um desprestígio aparentemente invencível, poderá voltar a trazer ao governo e à vida dos povos suas insubstituíveis contribuições selecionadoras, pois a aristocracia não é um privilégio, e sim uma seleção. Não sei as formas que o mito da democracia opinativa poderá assumir no século XX. Ou se prevalecerá a democracia cristã ou "democracia orgânica", de modo a arrancar o regime de opinião do perigo do individualismo opinativo.

O que sei, porém, é que, fora todas as exigências da justiça – comutativa, distributiva e social –, não haverá meio de se manter qualquer governo que pretenda realizar seu destino e alcançar para os povos um mínimo de ordem e de prosperidade.

A próxima vitória das nações democráticas contra as nações totalitárias vai colocar de novo, em primeiro plano, o problema da democracia. Estamos assistindo à ressurreição da democracia depois de termos julgado assistir à sua morte. O problema é, agora, saber que espécie de democracia vai prevalecer no século XX.

Pois, a despeito do imenso prestígio que voltou a adquirir, nos nossos dias, como bandeira antitotalitária, não foge a democracia aos defeitos inerentes em todo mito. Como regime político baseado na onipotência da opinião, estará sujeita a crises permanentes. E a correções violentas e sucessivas, como a dos atuais regimes totalitários, que são derivados naturalmente da corrupção demagógica. Nada

de mais ilusório, direi mais, nada de mais perigoso do que uma volta pura e simples à democracia ambígua e polifronte, que uma instituição anticristã como a maçonaria tanto tem explorado.

Não é, pois, a democracia em si que merece permanecer, depois da guerra que dilacera o mundo contemporâneo e ameaça mergulhar todas as liberdades, dos indivíduos e dos povos, numa noite de duração imprevisível, embora já hoje a aurora da nova ordem não-hitlerista esteja começando a clarear o horizonte.

O que deve sobreviver a todas as crises, o que não poderá faltar amanhã em qualquer modalidade política, para que a ordem nova mereça, realmente, estar à altura das imensas tarefas da reconstrução e do progresso do século – é o ideal de justiça. Ideal realizado e não apenas proclamado. Democracia orgânica ou cristã, e não apenas quantitativa, opinativa ou numérica.

Precisamos cultivar em nós o amor da justiça e torná-lo cada vez mais vivo na sociedade. Só assim poderemos corrigir os males do democratismo mítico que nos herdou o século passado, sem perder o que há de justo na verdadeira democracia, como regime de participação de todas as classes no governo e da livre manifestação dos direitos de cada um[102].

O número é um mito mortal. Foi ele que transformou a democracia em totalitarismo. Se o resultado da guerra fosse apenas uma volta à democracia liberal, o imenso sofrimento do mundo moderno teria sido em vão. Só a qualidade e não o número pode medir o valor de tudo o que se refere ao homem e a sociedade. A democracia meramente opinativa é a morte da verdade pelo número. E o núme-

---

[102] Essa "democracia mítica", contra a qual tanto nos insurgimos e com razão, em 1943, é o regime democrático ou antes "plutocrático", amoldado pela burguesia capitalista aos seus interesses de classe, e não às exigências da justiça social exigida pela colaboração de todas as classes sociais e pela correção dos abusos sofridos pelas classes trabalhadoras. Se a reação socialista se lançou no outro extremo, negando a democracia e instalando, em metade do mundo, regimes de pseudo "democracia popular", que são, de fato, regimes autocráticos e policiais, foi em grande parte como consequência dessa deturpação da verdadeira democracia pelo espírito classista da plutocracia burguesa. (Nota de 1956.)

ro exprime-se sempre pela violência. Há um totalitarismo democrático, de que os demagogos se servem sob a invocação enfática de democracia, pura e simples, que ameaça sempre, em todas as sociedades, tragar as mais intangíveis liberdades humanas. Contra essa tirania cega do número ou dos que exploram o número para satisfazer suas paixões pessoais, ergamos o estandarte da justiça e da caridade, como fundamentos de uma ordem nova pelo bem comum real da sociedade.

A colaboração das classes

O segundo mito de ordem política que enumeramos foi o da classe. E vimos, nos nossos dias, encarnado no comunismo, expressão particular da mística totalitária e última manifestação do movimento socialista.

Como ultrapassar o comunismo? Pela maior justiça social. E, portanto, pelo exercício real daquele contramito a que nos acabamos de referir. É certo que, neste momento[103] [104], o instituto e o patriotismo parecem animar muito mais os russos do que a pai-

[103] Escrevo isto em julho de 1942, quando a luta russo-germânica atinge seu auge e vemos a imprensa russa exaltando a defesa da sua pátria em nome da raça, do solo ou da nação, ao menos tanto quanto em nome das instituições. Aliás, não há problema mais cadente do que esse da Rússia, cujas instituições eram totalitárias quanto aos nazistas ou fascistas, mas se acha hoje combatendo ao lado das nações democráticas e cuja causa é absolutamente justa, pois foi atacada traiçoeiramente pelo aliado da véspera. Bem sei que a propaganda comunista está explorando fartamente essa aliança para infiltrar, em todo o mundo, o veneno marxista. Entre nós, por exemplo, é sintomático, mormente nos meios de estudantes e intelectuais, que só se fale em antifascismo e não haja uma palavra de anticomunismo. Ora se há alguma coisa de novo no momento social que estamos vivendo, é o fim dos extremismos. O desaparecimento do nazismo trará o desaparecimento ou a transmutação do comunismo, como o aparecimento deste suscitou o fascismo e o nazismo. A dissociação social e política entre extrema esquerda e extrema direita, que parecia vir a ser a dominante sociológica do século XX, está rapidamente tendendo ao sincretismo político, que representa, aliás, uma tendência sociológica muito antiga – a inclinação natural das sociedades aos regimes mistos. É fato que o comunismo está entrando numa fase de transição, de que sairá provavelmente transformado. Há muito sustentamos que o socialismo extremista é um fim de civilização e não um início. De modo que não nos surpreendem os sintomas de alteração que notamos na Rússia.

[104] Apenas nos devemos precaver contra os métodos de infiltração de que os totalitarismos de toda a espécie se servem e que na linguagem corrente tomou desde a Revolução Espanhola o nome de quinta-colunismo. Parece, realmente, que há qualquer coisa de

mudado na Rússia e a liberdade religiosa está voltando aos poucos e encontrando multidões sedentas da verdade e cansadas do ateísmo compulsório. Há muito que Helena Isvolski chamou a atenção desse fenômeno de humanização do próprio sovietismo em contato com a realidade. Julgo a esse respeito oportuno transcrever aqui o que em 26 de junho de 1942 julguei necessário publicar para retificar os conceitos unilaterais de uma "declaração de princípios" assinada em 10 de junho de 1942, por um numeroso grupo de intelectuais patrícios. Foi há dias publicada uma "declaração de princípios" subscrita por alguns eminentes nomes das nossas letras. Terá esse documento, no futuro, e já hoje o tem, considerável interesse histórico. Trata-se de uma definição muito clara de atitudes por parte de um grupo de escritores, vindos dos mais afastados horizontes sociais e ideológicos. Não houve, pois, o propósito de fazer uma declaração de princípios filosóficos e apenas uma definição de uma atitude social em face dos acontecimentos políticos contemporâneos. Não nos defrontamos, portanto, com uma simples manifestação de intelectuais esquerdistas, por mais que a maioria assim o seja. A não ser que se atribua ao termo esquerdista, como se ouve por vezes em certos arraiais, um significado generalizador e polêmico, que sofre daquele mal tão corrente nos nossos dias, a ausência do espírito de distinção. É justamente pela qualidade intelectual da maioria dos signatários desse manifesto e por discordar radicalmente do ponto de vista unilateral e partidário em que se colocam, que me sinto na obrigação de não silenciar perante esse documento de tão legítima importância. E o meio, a meu ver, mais adequado a distinguir o que me parece aceitável do que julgo suspeito e rejeitável nesse depoimento é definir também uma atitude, ao menos por desencargo de consciência.

***A inteligência não pode conservar-se indiferente em face dos acontecimentos sociais. O que está se passando no mundo atual não é apenas uma luta de interesses e ideologias contraditórias, e sim uma transmutação de valores que representa o fim de uma era histórica e o início de uma nova era. Há, realmente, valores em perigo. E um deles, o maior, porventura é a liberdade. A liberdade, porém, não é um valor abstrato. Se ela se acha ameaçada é porque pesa uma ameaça direta sobre sua fonte imediata – o homem. É o ser humano, como valor supremo na ordem temporal, que corre o risco de ser absorvido pelas forças do mal espalhadas pelo mundo. Essas forças do mal encontram-se hoje encarnadas em mitos sociais que dominam os horizontes modernos e ameaçam destruir as próprias fontes da vida. O mito da raça, na Alemanha, o mito da classe ou do partido, na Rússia, o mito da nação, na Itália, o mito do império, no Japão, não são os únicos, sem dúvida, mas são aqueles que mais ameaçam nossos tempos, porque embora encontrando-se acidentalmente em campos opostos, estão todos unidos pela mesma idolatria totalitária, que nega o valor imortal da pessoa humana e sua medida eterna em Jesus, o Cristo, fonte de todo o bem e de toda a verdade para espalharem nas consciências as falsas místicas neopagãs que estão incendiando os horizontes do século. Como brasileiros e como cristãos, como responsáveis pela orientação de muitas consciências, não podemos silenciar ante a marcha dos acontecimentos, cada vez mais catastróficos, nem permitir que nossa abstenção venha a ser interpretada como uma aceitação dos males que se abateram sobre nossos tempos. Na hora dos riscos é que se impõem as definições. O que se dá, apenas, é repudiarmos por tão perigosa quanto os males a denunciar, toda a simplificação exagerada dos acontecimentos. Se condenamos o fascismo, o nazismo ou o nipotismo, condenamos também o comunismo ou a falsa democracia. São todas modalidades do mesmo imperialismo totalitário, em perfeita contradição com valores humanos. Se queremos manter nossa pátria livre, queremo-la dentro das tradições cristãs e históricas que a formaram. Se queremos deixar aos nossos descendentes um nome honrado e uma tradição de independência varonil. Queremo-lo dentro da dignidade da alma imortal, que não se dobra perante as tiranias, mas se curva frente à Fonte eterna e suprema de toda a liberdade e de toda a

xão comunista, o que prova que na hora do perigo foi às mais profundas realidades e não aos mitos passageiros que se fez apelo. Seria um erro, porém, julgar o futuro por esse momento excepcional. Uma vez passado o perigo, tanto pela vitória como pela derrota, voltará a mística nacionalista que atinge o próprio cerne do homem social, possui, ainda assim, elementos poderosíssimos de sobrevivência. E por isso, por três motivos principais. Primeiro, por ter sido a bandeira com que levou, no século XX, além das suas fronteiras o velho ideal messiânico e imperialista do pan-eslavismo. Em seguida, por corresponder a uma paixão profundamente enraizada no coração humano – a da justiça social. E, finalmente, por atender ao fenômeno natural da ascensão das classes e corresponder, na Rússia, ao domínio de uma classe nova, até então sem direitos e vinda da própria servidão – a classe trabalhadora manual e intelectual.

---

felicidade. Eis por que nos confessamos publicamente a favor daqueles que heroicamente se batem não só pelas suas próprias pátrias, mas ainda pela liberdade de todas as pátrias em geral, ameaçadas pelos imperialismos totalitários como o estão as justas liberdades do homem e da fé. Aspiramos por um mundo de amanhã em que a primazia dos valores espirituais seja uma realidade menos imprecisa e o homem possa livremente viver entre os seus o árduo combate da vida. Por um Brasil cristão e independente, fiel ao seu passado e à sua missão futura. Por uma civilização em que a honra seja a medida da técnica. Eis alguns dos pontos essenciais por que nos batemos e sobre os quais procuramos assentar uma concepção geral, nem utópica, nem pessimista, da vida e do momento dramático que estamos vivendo. Os de hoje ainda são sintomáticos, com a queda do mito staliniano. "Chassez le naturel, il reviendra au galop": não voltará sempre a galope, mas acaba voltando... (Nota de 1956.)

Isso se deu na Rússia, repete-se em qualquer país de acordo com as circunstâncias particulares de cada um. De modo que o comunismo, que muitos já dão por completamente aniquilado ou substituído, continua vivo e de pé[105]. E continua a despeito das modificações puramente aparentes e apenas adaptadas às circunstâncias passageiras, a manter sua natureza totalitária, tão perigosa como o nazismo e tão capaz de voltar amanhã e reencetar sua campanha de expansão imperialista. Só a morte do nazismo poderá liquidar o comunismo[106]. Para todos aqueles, portanto, que realmente condenam o totalitarismo e não se deixam perturbar pelo perigo do hitlerismo a tal ponto que aceitem todas as alianças e admitam todos os esquecimentos, contanto que se vença o hitlerismo – para esses continua de pé o perigo comunista. E a vitória russa trará consigo os mais graves problemas sociais para o destino do século XX, com imenso prestígio que terá ganho o sovietismo, não só sobre as massas mas ainda sobre as elites. Assim como, no momento em que o espírito anticomunista parecia animar o ocidente, particularmente as nações democráticas e os meios cristãos, horrorizados como os crimes soviéticos e seu regime político de opressão – assim como nesse momento, dizíamos, que nem tudo o que se afirmava anticomunista era aceitável – agora, que a Rússia tanto concorreu para salvar o mundo do hitlerismo, o que afirmamos é que nem tudo o que se afirma anti-hitlerista é aceitável. Nem tudo que se

[105] É o que podemos afirmar, ainda com mais segurança, passados doze anos da data em que foram escritas essas reflexões. A extensão desde aquela data, da Revolução Comunista aos Balcãs e sobretudo à China, abrangendo hoje mais de 37% da humanidade, trouxe consigo problemas ainda mais graves, embora sem alterar em nada seus erros intrínsecos e a necessidade de os vencer, não pela força, mas pela justiça social e, por conseguinte, por uma reforma profunda das instituições políticas e econômicas dos povos livres e democráticos. (Nota de 1956.)

[106] Não bastou. O que vimos foi o aparecimento do neofascismo, sob modalidades diferentes, bem como as aludidas transformações políticas do comunismo como, por exemplo o "titoísmo" ou o "maomismo" do comunismo chinês, com características orientais, na base de uma ainda mais rigorosa militarização e burocratização do povo, como preço da redução incontestável do estado de miserabilidade imemorial do povo. (Nota de 1956.)

afirma em favor da liberdade merece apoio daqueles que a querem sinceramente defender e à dignidade do homem, à independência, a variedade das nações, neste mundo ameaçado pela onda da nova barbárie científica, que aqui se veste com as roupagens da liberdade e ali se envolve no manto da ordem e da autoridade. Nosso dever é não nos deixar arrastar pelo entusiasmo passageiro do heroísmo russo, pela justiça profunda da causa russa, em virtude do crime alemão, atacando traiçoeiramente sua aliada da véspera, tanto de fato como de direito. Nem, por outro lado, obcecados por um anticomunisno cego, deixar de reconhecer no comunismo não apenas os seus erros e seus crimes, mas, ainda, seu ideal e a razão de ser profunda da mística que despertou em todos os povos do mundo, não só na massa dos que aspiram inconscientemente ao poder, mas no seio de muitas elites, sobretudo entre as novas gerações, dos que aspiram por um mundo melhor.

Contra o comunismo, portanto, não vale nem a vitória do hitlerismo – pela qual ansiavam muitos anticomunistas, nem a volta ao mundo de ontem. A passagem do comunismo pela civilização do século XX jamais se apagará na história, não só dos seus anais temporários, mas ainda das suas fibras profundas. E não passará, como dissemos, porque a Revolução Comunista correspondeu à ponta extrema de um movimento de aspiração à justiça e, portanto, de um ideal que corresponde à mais inextirpável das realidades humanas superiores e de uma reação de desequilíbrio e de injustiça social trazidas pelo capitalismo. O que devemos dizer, porém, é que a ascensão do proletariado, nas circunstâncias em que a pretende o comunismo marxista e leninista, visa, apenas, sob pretexto de realização de um determinismo dialético da história, perpetuar os mesmos males contra os quais se justifica o aparecimento de uma revolução como a do socialismo científico. Se a Revolução Russa fosse apenas o fruto da ascensão violenta de uma classe ao poder, seu resultado seria um desastre social mais profundo que os anteriores, contra os quais se bateu.

A classe é uma realidade social. O ideal da supressão das classes, depois da exaltação belicosa de uma delas, a proletária e sua opressiva ditadura, é uma fantasia catastrófica.

O verdadeiro contramito, que consiga em parte conjurar os perigos do classismo revolucionário, é a colaboração pacífica das classes.

Todo o totalitarismo moderno está construído na base do monismo. A filosofia monista, que no século passado ficou apenas no terreno das ideias, desceu, no atual, para o terreno dos fatos. E o comunismo é um monismo socialista, como o é o estatismo italiano ou racismo germânico. São três aspectos sociológicos do mesmo erro filosófico. Contra essa filosofia do ser e da vida, devemos erigir a filosofia pluralista e hierárquica dos valores, que vê nos seres uma distribuição variada de acordo com a posição e a qualidade relativa da sua autonomia e da sua dependência. Autonomia em relação aos seus próprios direitos. Dependência em relação aos valores de ordem superior. Variedade e hierarquia, e não uniformidade e monarquia, é o que encontramos no universo. E, também, na sociedade. No caso presente, no problema das classes sociais. Aceitar a ditadura de uma classe, como pretende a atualidade a mística soviética e a eliminação das classes, como quer a doutrina marxista para o futuro, é um erro desastroso para a felicidade social.

O que é preciso é transportar o ideal de justiça dos indivíduos para as classes. E, da mesma forma que cada homem sente perfeitamente seu direito e, simultaneamente o direito alheio, sem que a existência de um seja a negação ou destruição do outro, assim também cada classe social tem o direito de existir e o dever concomitante de respeitar a existência das outras classes. Contra o mito do domínio exclusivo de uma classe, e mormente a eliminação das demais por uma delas – a proletária, como há 25 anos vinha tentando o comunismo russo, é mister levantar o ideal da colaboração das classes, como sendo o verdadeiro caminho para a paz social e a felicidade relativa que os povos podem alcançar sobre a Terra.

A variedade de classes corresponde a uma realidade irremovível. Os homens distribuem-se por classes sociais em consequência da lei da variedade e não da uniformidade absoluta, que é própria lei da sua personalidade individual e social. Classes e profissões são, portanto, realidades sociais intrínsecas que correspondem a um estágio avançado de progresso social. O progresso social faz-se por diferenciação e não por confusão. À medida que uma sociedade se civiliza afirma sua consciência de classe. Quando essa consciência ultrapassa os limites a que está sujeita – pois tudo tem seu limite natural e o progresso é o alcance desse limite, como a decadência é o transbordamento, e o atraso a insuficiência na sua obtenção – quando o ultrapassa, decai. Todo o classismo é, pois, uma decadência. O classismo proletário, como o classismo burguês, militar ou sacerdotal. O verdadeiro caminho da paz social é encontrar os limites de cada classe, fixá-los e impedir os abusos de poder. Nessa tarefa está mesmo uma das funções mais nobres e mais indispensáveis de toda a verdadeira organização social nenhum regime político futuro poderá fugir a essa lei da natureza social, se quiser ser fiel sua finalidade. É uma parte desse ideal de justiça, de que falávamos anteriormente e de que não poderá fugir a ordem nova do mundo se não vier a ser pior ainda do que aquela que pretende substituir.

A hipertrofia do classismo, portanto, uma das manifestações mais patentes do mito totalitário dos nossos dias, só poderá ser corrigida pela compreensão da verdadeira natureza das classes sociais e dos seus direitos e deveres correlativos nem a opressão nem a negação podem vir a resolver o problema. A verdadeira solução ainda aqui é a de distribuição de cada elemento pelos postos que por natureza lhe competem. Que cada classe procure ver nas outras classes outros tantos modos naturais de distribuição dos homens e das famílias, segundo o modo do seu trabalho, o grau da sua cultura, as afinidades da sua psicologia.

Ao mito da classe virá assim substituir a realidade de uma pacífica, fecunda e progressiva cooperação entre as classes.

Pelo humanismo ameaçado[107]

1962 - Na linha de J. M.

Mais uma vez é nas páginas do meu mestre Jacques Maritain, que encontro a frase expressiva do que tantas vezes canhestramente, tenho procurado dizer: *"jamais... je n'ai de guider personne; j'ai assez de peine à me guider moi même"*. Está no prefácio do volume que seu excelente biógrafo, o P. Henry Bars, dedicou a *La politique selon Jacques Maritain* (ed. Ouvriéres, 1962). Se Jacques Maritain tem guiado, em todos os continentes, uma pequena parte menos de toda uma geração, é precisamente porque nunca se arvorou em líder senão da verdade, arduamente procurada e continuamente contestada até mesmo por muitos daqueles que participam de sua fé. E por isso se sente tão só, mas não se queixa nem se orgulha da solidão. Queixa-se, isso sim, da mais moderna *"inteligentitsia* burguesa" com sua febre de "racionalismo ou de irracionalismo". E se apoia cada vez mais na "juventude de hoje que segue seu caminho, ao que me parece, com uma consciência mais clara que a juventude de doze anos passados", mais principalmente "nesse pequeno povo anônimo" que à custa de paciência e por vezes de angústia, vai trilhando por si o caminho para a verdade" pois como acrescenta: "Há motivos para crer que o que parece verdade sobre a *inteligentsia* burguesa, não é verdade da nova que vai se desenvolvendo entre os homens – operários, técnicos, artesãos ou lavradores – que se conaturalizam com o real concreto através do trabalho manual e das condições de vida".

Isso que Jacques Maritain diz na França valeu pouco para todos o mundo moderno e, portanto, igualmente para nós aqui de casa. O direitismo, que grassa absurdamente entre nós, é tipicamente "burguês" e se propaga sobretudo na alta sociedade, com uma incrível incompreensão das circunstâncias em que se encontra a civilização e do papel do cristianismo e da Igreja nessa hora de

[107] Esse livro foi publicado em 1965, no Rio de Janeiro, pela Tempo Brasileiro.

transição de um tipo a outro de civilização. É principalmente entre os jovens e os humildes que se encontra aquela "consciência clara" e aquela conaturalidade com o real concreto, que Maritain vê como sinais de uma pequena esperança no futuro. Apenas enquanto na França, apesar do surto de "terrorismo" que indica um estado de espírito desesperado, os jovens e os trabalhadores manuais se beneficiam de uma longa sedimentação cultural, de que um Maritain é sintoma típico, entre nós tanto uns como outros se encontram em tal estado de disponibilidade de imaturidade, que torna o problema ainda mais grave.

Ainda assim, é nessas mesmas camadas, da juventude e do povo simples (desses analfabetos, muitos deles a quem creio que deve ser concedido o direito de voto, com escândalos de tantos...) que se recrutam os homens autênticos de amanhã. Ao passo que o espírito burguês, contra o qual me bato ao menos desde 1931, tudo faz para defender o *status quo* ou armar, contra toda reforma profunda das instituições, a barreira do pânico, pronto a aceitar todas as ditaduras da direita, como na Argentina de hoje, desde que ofereçam um programa de aniquilamento preventivo contra as ditaduras da esquerda. Como se não houvesse saída alguma para a asfixia pelas pontas desse trágico dilema. Ou se a saída fosse apenas... a torre de marfim ou a cortina de foguetes atômicos.

É contra esse estado de espírito que nosso mestre, discípulo por sua vez do único mestre, formula as palavras do seu testamento político. É também contra ele que tímidas experiências começaram a surgir entre nós não apenas no plano das ideias – esse cômodo plano em que me coloco por incapacidade congênita, embora imperdoável, de fazer mais do que faço – mas já no plano da ação prática.

Quero referir-me à fundação e ao funcionamento em São Paulo, da empresa Unilabor, que representa "uma revolução na estrutura da empresa", e que nos é descrita pelo frei J. B. Pereira dos Santos,

O. P. no livrinho sob esse título, que acaba de aparecer numa edição da livraria Duas Cidades. Recomendo aos editores que não deixem de mandar o pequeno volume a Jacques Maritain, que lê bem o português.

5. VII. 62

Marxismo cristão

Nenhum lugar comum mais conforme à experiência cotidiana que o dos extremos se tocarem. São os reacionários que alimentam os revolucionários, como estes estimulam aqueles. É o círculo vicioso mais moderno de que alguns velhos inatuais procuram sair pregando, em vão, o "nem tanto, nem tampouco" do apólogo do poeta Eugênio de Castro.

Andam agora a querer "cristianizar Marx". Como há vinte anos se procurou "cristianizar Freud". Como no século passado procuraram "cristianizar Darwin" ou mesmo "cristianizar Comte ou Hegel". Tarefas sempre vãs e contraproducentes. Santo Tomás não cristianizou Aristóteles, nem Santo Agostinho, Platão. Apenas repensaram como eles, mas como cristãos, os mesmos problemas.

O verdadeiro cristianismo social ou filosófico não precisa cristianizar nenhum filósofo nem nenhum sociólogo. Basta realizar suas virtualidades completas e não se deixar enfeudar por qualquer sistema ou qualquer classe dominante. Há hoje um perigo evidente de "aburguesar" o cristianismo, como há muito se vem fazendo. Como haverá amanhã o de "proletarizá-lo". Nem por isso vamos fazer do marxismo uma doutrina implicitamente cristã, como querem certos utopistas de hoje. Nem fazer do capitalismo uma doutrina implicitamente cristã, como querem os utopistas de ontem.

Karl Marx é substancialmente anticristão, quando não tentamos desfigurá-lo ou mutilá-lo. Pouco importa que muitas de suas críticas ao capitalismo coincidam com as mesmas críticas que os próprios papas, em suas Encíclicas, fizeram aos males do liberalismo econô-

mico. Isto é – do capitalismo. Ou que houvesse em sua sociedade idealizada para o futuro, sem exploradores nem explorados, um ideal racional e humano, portanto cristão. As raízes e meios, porém, são antagônicos. E os próprios fins diversos, pois a sociedade cristã é de harmonia entre as classes e não da inexistência delas.

Nesses casos há apenas a coincidência de duas posições opostas em face de uma realidade objetiva. Como diziam os escolásticos: contra *factum non valet argumentum*. E Etienne Gilson nos advertia, que em todas as discussões, o árbitro supremo é a "natureza das coisas".

Nada de mais vão e contraproducente, porém, do que pretender cristianizar autores que se confessam e são, por suas doutrinas, substancialmente anticristãos. Como o ex-dominicano Desroches tentou fazer com sua Inteligence du Marxisme. O cristianismo verdadeiro repousa na existência de um plano sobrenatural, de que provém e para o qual tende todo o plano natural em que vive o homem no tempo. O marxismo parte de um dado fundamental oposto, isto é, de um naturalismo integral.

Daí ser absolutamente impossível conciliar dois sistemas sociais, que não prescindem de suas raízes filosóficas. Pode haver um pseudocristianismo, que fique apenas na justiça social, sem admitir ou admitindo como simples sentimento subjetivo individual, a misericórdia divina e a caridade, no seu sentido autêntico (pois se há termo que tanto sofreu das vicissitudes semânticas é esse). Como pode haver um pseudomarxismo, que considere apenas certos aspectos externos da doutrina, como por exemplo a ascensão do proletariado.

Mas em tudo isso há uma falsificação da verdade. Há uma distorção dos princípios. Há uma atitude tão pouco científica da parte dos cristãos, em face do marxismo, como há dos marxistas que caricaturam o cristianismo e consideram a religião realmente "o ópio do povo", como queria Marx.

Podemos e devemos estudar Marx, respeitar seu gênio, não temer coincidir com sua doutrina, na sua crítica aos erros sociais

ou no seu ideal de uma sociedade sem classes exploradas ou exploradoras, sem por isso procurar sínteses substancialmente antinômicas, simplesmente pelo fato de haver hoje uma moda marxista, entre os jovens, como houve, na minha mocidade, uma moda evolucionista. O spencerianismo passou, como o marxismo passará. Nem por isso deixará Spencer de ter sido um pensador ilustre e Marx um sociólogo genial e de imensa influência. Tão grande no século XX, como a de Rousseau para justificar a ascensão da burguesia, não é necessário aceitar o sistema de Marx para justificar a ascensão do proletariado. Marxismo cristão são termos *"qui hurlent de se trouver ensemble"*.

23. VIII. 62

A voz

O manifesto que o episcopado brasileiro há tempos entregou ao presidente da República é uma admirável demonstração de lucidez e de coragem.

De lucidez diante do problema econômico, que não é apenas um problema de produção e de consumo, mas também, senão principalmente, um problema de distribuição. Distribuição do ponto de vista material, isto é dos meios de transporte capazes de aproximar o consumidor do produtor. E distribuição, sobretudo, no plano da justiça, especialmente na margem de lucro dos intermediários que prejudicam os dois extremos da corrente econômica, em benefício da parte mais estéril.

Quando estudei Direito Comercial, a definição que nosso velho e ilustre professor Inglês de Souza nos recomendava era de que o comércio era a intervenção entre o produtor e o consumidor com o intuito de lucro. Esse intuito de lucro, que é um elemento legítimo, quando contido dentro dos elementos de justiça distributiva, tornou-se afinal a marca distintiva e mesmo única do ato de comércio. De modo que se viu, aos poucos, mesmo dentro do sistema liberal,

a dificuldade de desenvolvimento da indústria e da agricultura, com altos e baixos desastrosos, e sobretudo uma dicotomia e um desnivelamento que iriam prejudicar vitalmente todo o sistema da economia nacional, enquanto o comércio prosperava continuamente, com muito menos riscos e muito mais resultados.

Hoje em dia cresce um movimento no sentido de integrar o comércio, como todas as atividades econômicas, dentro de um conceito de serviço social e de bem comum, que será o único capaz de resguardar a justa liberdade econômica, antes que uma solução socialista radical a suprima totalmente.

Esse resguardo da democracia econômica, no que tem de legítimo, é que o Manifesto do episcopado procurou demonstrar, com extrema lucidez, assim como também com grande coragem. Pois afinal o episcopado não pode ser acoimado de *soft on comunism*. Que alguns de nós, que desejamos ser católicos e fazemos um pouco por isso, sejamos vítimas dessa suspeita, vá lá.

Somos por vezes imprudentes em nossas expressões, precipitados em nossos anseios de justiça social, ansiosos por ver a Igreja à testa de um grande movimento universal de impregnação autenticamente cristã na sociedade humana, que impeça essa criminosa divisão do mundo em ricos e pobres, essa desproporção na posse dos bens essenciais a vida, essa chaga social do pauperismo que é fonte da maioria dos vícios sociais e sementeira de todas as revoltas e revoluções. Que nós sejamos suspeitos, vá lá. Mas não o episcopado, que se tem colocado à frente dos movimentos justos de denúncia e condenação do comunismo, não só pelo seu ateísmo congênito, mas ainda por sua negação dos mais irredutíveis direitos pessoais.

Pois é esse mesmo episcopado que não teme denunciar os males da ganância, do lucro exagerado, da malversação do dinheiro público, da inflação, da corrupção dos costumes, de que são culpadas, antes de tudo, as altas camadas sociais. Essas mesmas classes que mais fortemente se organizam na defesa da sociedade

contra o totalitarismo comunista, como o faz esse mesmo episcopado. Duplamente insuspeito, portanto, pela sua doutrina e pelo apoio natural aos que têm os mesmos adversários no plano social, o episcopado brasileiro deu uma prova admirável de sua isenção, de seu civismo e de sua coragem em denunciar os males e os erros dos que teriam interesse em poupar, se pensasse apenas no seu apego aos bens materiais e na defesa de privilégios a resguardar.

É por gestos desse gênero que a Igreja demonstra realmente sua origem sobrenatural e sua fome e sede de justiça, que recebeu do seu Fundador, de Quem é o Corpo Místico e a presença perene entre os homens. Na situação difícil em que nos encontramos, essa voz serena e lúcida, corajosa e desinteressada, que tanto denuncia os erros dos governos como dos particulares, dos poderosos como dos fracos, mas sabe em tudo conservar um perfeito equilíbrio, de palavras e de atos, sem ficar com os braços cruzados nem os levantar, senão para advertir e abençoar, como também para serem crucificados... Essa voz é que devemos ouvir, seguir e ecoar.

20. IX. 62

1963 - Críticas

No século XIX era principalmente por parte dos não católicos que se criticava a Igreja por se interessar pelo problema social. Proclamavam então os anticlericais que o lugar dos padres era na sacristia e que não tinham nada que se meter em problemas domésticos, políticos e econômicos, que não eram da sua alçada. "Cuidem da salvação das almas que nós cuidaremos da salvação dos corpos..."

Hoje em dia, à medida que, a partir de Leão XIII, a Igreja se interessou cada vez mais vivamente pelos problemas sociais – e de modo particular pelos grandes desnivelamentos econômicos, que não vieram concentrando as grandes riquezas nas mãos de poucos e deixando a miséria como triste privilégio das massas –, foi-se processando um curioso deslocamento. Pouco a pouco, não foi

mais dos meios não católicos que surgiram as críticas à ação social da Igreja. Os que começaram a manifestar sua impaciência a respeito foram certos católicos.

Destes é que começaram a surgir as maiores críticas contra a preocupação social da Igreja e contra a participação de sacerdotes e leigos na luta em favor das reivindicações sociais das massas.

Foi dos meios conservadores e não dos meios socialistas e revolucionários, como outrora, que começaram recentemente a aparecer as mesmas afirmativas dos seus adversários de outrora: cuide a Igreja das almas que nós cuidaremos dos corpos; interesse-se a Igreja pela vida eterna que nós nos responsabilizamos pela vida terrena.

Ora, a Igreja, quanto posso pretender penetrar suas intenções profundas, não cuida apenas das almas, nem apenas da vida eterna. Cuida também dos corpos e da vida terrena. E sabe mesmo que é impossível, em sã filosofia, separar em vida a alma do corpo. Não cuida apenas das elites. Cuida das massas. Foi mesmo em favor destas a famosa sentença do Seu divino fundador: *Misereor super turbam* (Mc.8,2). Eu tenho piedade das multidões. A Igreja não se tranca em guetos fechados, nem nos palácios, nem nas choupanas. Está em toda parte, penetra em todos os ambientes, preocupa-se com o destino de todos os homens, ricos e pobres, cristãos ou não cristãos, brancos, pretos, amarelos ou vermelhos. Mas tem um cuidado especial pelos abandonados, pelos mais infelizes, pelos mais fracos, pelos mais pobres. Não foi nenhum progressista, nenhum esquerdista, que pronunciou a famosa palavra, que até hoje repercute em todas as capelas ou catedrais: "a Igreja é a casa dos pobres onde os ricos também têm entrada". Quem pronunciou essas palavras dignas de Daniel e Isaías foi um homem do *grand siecle,* um arcebispo que fez o necrológio dos reis e dos príncipes: Bossuet.

Quem disse que a Igreja era e continua a ser "a Igreja dos pobres" não foi um anarquista, foi um papa: nosso grande João XXIII. Quem disse que o grande escândalo da Igreja do século

XX era ter perdido contato com a classe operária, isto é, com a grande massa da humanidade ocidental cristão, da civilização industrial, não foi Karl Marx, foi Pio XI.

É, pois, muito estranho lamentável que sejam os próprios filhos da Santa Igreja que queiram reduzir seu apostolado ao ambiente das sacristias ou a penumbra dos confessionários. As sacristias de hoje abrem para a praça pública e nos confessionários não são mais apenas pecados contra a pureza que a Igreja pede que confessemos, mas as nossas grandes omissões sociais contra a justiça e contra a caridade.

12. VI. 63

O professor desconhecido

Dirijo-me, nessa semana, consagrada ao mestre, a uma espécie de soldado desconhecido. Dirijo-me ao professor desconhecido.

Desconhecido da glória, antes de tudo. Soldado anônimo, que deu sua vida por uma tarefa gloriosa, como seja a de formar gerações humanas para a difícil arte de viver, mas que quase sempre fica no campo de batalha incruenta sem receber o famoso beijo de glória! Quantos professores labutam de manhã à noite, antes que o sol nasça até que as estrelas pisquem, e quantos têm seus nomes gravados em anais da história? Contam-se por milhares os primeiros. Contam-se pelos dedos os demais. A maioria absoluta passa sem deixar o menor resto de si. E acontece mesmo paradoxalmente, que são por vezes os que menos sinais deixaram de sua passagem pelo ensino, que mais profundamente marcaram aqueles que por suas mãos passaram. A modéstia é, geralmente, a marca, uma das marcas mais tocantes do autêntico professor. E assim sendo fogem de toda publicidade, mergulhando cada dia ao som do despertador matutino, na sua ingrata tarefa, sem se preocuparem de aparecer, de ser citados e louvados. Os melhores são assim os que passam mais despercebidos. A glória não é nem nunca foi irmã gêmea da justiça.

Acontece, por vezes, que se juntam. Mas acontece ainda mais frequentemente que se dissociam. E o professor, especialmente aquele que lida com o homem em sua idade mais plástica, na infância, passa em regra pela vida sem provar jamais esse capitoso e perigoso licor.

Se a glória, em regra, o desconhece, também o desconhece a fortuna. Enquanto as profissões menos nobres do que essa magisterial – que nos leva a lidar cada dia com o que há de mais nobre no mundo, que é a alma humana – enquanto essas profissões mais vulgares são geralmente aquinhoadas com os bens da fortuna, o magistério quando muito permite que seus soldados não morram de fome. É uma profissão sacrificada. A um filho que mostra vocação de professor, os pais avisados sempre advertem: não conte com a vida fácil nem com orçamentos equilibrados.

Não nego que ultimamente, entre nós, há um grande esforço no sentido de voltarmos ao que se fazia no Império, quando a carreira do professor era tão considerada, moral e materialmente, como a de magistrado e a do militar nos planos do Estado. Mas o professor particular ainda está longe de ser remunerado à altura de suas responsabilidades. Bem sei que há o professor, e professor. Não há profissões perfeitas nem injustiças sistemáticas. Há professor que não tem senso de responsabilidade, nem o preparo necessário para que seja remunerado à altura das exigências de sua tarefa. Mas isso é exceção. A regra é que o mestre também é um desconhecido da fortuna. E que qualquer pé-rapado, como por aí se diz, que se disponha a pendurar a consciência num galho de arvore, como fez o herói indígena de Mario Andrade, para explorar o próximo, em pouco tempo estará milionário. E o professor será sempre um desconhecido da fortuna.

Como o será o grande público. Qualquer artista de cinema terá mais notoriedade junto às massas e às elites do que qualquer professor. O grande público sempre o desconhecerá. Sua figura ficará ligada a uma tarefa ingrata e disciplinar, e que guardamos na

memória nem sempre muito saudosa. Daí a facilidade com que nós mesmos, como parte do grande público, deixamos cair no esquecimento, até mesmo daqueles que por nós abdicaram o melhor de sua existência. Quem se lembra, hoje, por exemplo, de João Kopke? Foi o primeiro professor que tive, como foi o maior de todos. Como eu, tantos outros de minha geração. Foi introdutor, no Brasil, de métodos inteiramente novos de ensino primário e secundário. Foi o verdadeiro criador da escola nova, o mais fecundo revolucionário de nossa história da educação nacional. Em suas mãos o discípulo era mais do que um discípulo – era professor de si mesmo. Nas páginas de seus livros de leitura figuraram nossas composições dos 8 aos 12 anos, de meninos e meninas que passaram por suas mãos de incomparável escultor de almas, editados e subscritos no contexto das palavras do mestre, de que eram os mais assíduos e dedicados colaboradores.

E, no entanto, que resta desse revolucionário número um da educação em nossa terra? Nem uma praça. Nem uma rua. Nem um busto. Quando muito o nome de uma escola. Grande público do seu tempo e sobretudo da posteridade sacrificaram o mestre incomparável na pira do esquecimento.

E quando o esquecimento é dos próprios primeiros beneficiados? Quando são os alunos que se esquecem do mestre? Quando somos nós que não respeitamos nossos professores, que não reconhecemos os seus sacrifícios por nós, que não apreciamos suficientemente o que fazem por nosso futuro, o que deixam em nossas almas e, acima de tudo, o que fazem brotar em nossos corações e em nossas inteligências? É essa a parte mais dolorosa da imolação magisterial. Especialmente... Especialmente no ensino primário, e eu dizendo: Mas para que limitar as crianças a crueldade para com nossos benfeitores? São elas, até, as mais inocentes. Nessa idade *"cet age sanas pitié"*, como dizem os franceses, nessa idade impiedosa não somos responsáveis pela ferida que causa-

mos na alma de nossos guias, pais ou mestres. Mas os adolescentes não são ainda mais cruéis? E os moços, já conscientes do bem ou mal que provocam, não terão uma responsabilidade muito maior nos agravos que, em geral sem sentir, causam no espírito dos que os veem tantas vezes desconhecer os sacrifícios, as vigílias que lhes são dedicadas anonimamente, discretamente, invisivelmente?

Tomadas todas as medidas, entretanto, ainda são os professores do ensino primário as vítimas mais dolorosas dessa revolta das criaturas em face do seu... criador. Pois o mestre é a própria imagem de Deus no plano da criação. Mais do que o escultor, dizia São João Crisóstomo, ele é o modelador de formas novas. E, portanto, na linha do único criador sem criador. Mais nobre do que a do artista entretanto é sua missão, pois enquanto o escultor modela estátuas sem vida, o professor modela estátuas vivas, forma vidas humanas. E o mundo será o que forem os professores. Pois os seres por eles modelados é que se comporá a sociedade amanhã.

17. X. 63

No limiar dos 70

Neste limiar em que me sinto muito mais inclinado a olhar para frente, com a mão no arado, como mandam as sagradas escrituras, do que a volver os olhos, amargamente, para os "bons tempos" de outrora, como é de praxe – não posso, entretanto, passar em silêncio uma data na vida de um grupo que teve mais ou menos vinte anos ao mesmo tempo. Foi em dezembro de 1913; há, portanto, precisamente meio século que a "nossa turma" deixou os bancos universitários! Não existiam então universidades. E nossos estudos "superiores" eram pelo menos tão inferiores como os de hoje... Acho mesmo que bem inferiores, mas não desejo cair no extremo oposto ao dos *"laudatores temporis acti"*. Já tenho escandalizado suficientemente velhos e caros colegas de outrora, confessando que não guardo boas recordações do ensino, nem do ginásio nacional, que

há muito voltou a ser "Pedro II", nem da nossa "Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais", então chamada "Praça 15", para se distinguir da "livre de direito" da "Praça da República".

Funcionava então na velha "ucharia do Paço", onde morava a rainha louca, fundado em 1838, e onde funcionara também por meio século o Instituto Histórico e onde, de 1932 a 1952, veio a viver nossa velha "Coligação Católica Brasileira", de tão "saudosa memória". O chavão se aplica tão bem que não ouso impedir que caia da pena... Afinal, não há nada tão próprio como o lugar-comum.

Saíamos, há cinquenta anos, do velho casarão do século XVII, sem saudades, senão convencionais. Com isso, aliás, nada mais fazíamos que repetir a aventura de cada nova geração, particularmente de uma geração flutuante como nossa, que positivamente não sabia bem a que mundo se apegar em que portos ancorar e muito menos para que rumos navegar. E no nosso caso dos "doutorandos" de 1913, com muito pouco espírito de comunidade. Dispersamo-nos, ao longo desse meio século, como representantes de uma era em que faltou o espírito de geração. Costumo dizer que um dos fenômenos típicos da "revolução literária" de 1922 –, e não se poderá dizer o mesmo da "revolução política"? – foi recriar relativamente o espírito de geração, que existiria em nossa história, ao menos nos tempos da Independência e da República.

É mesmo pensando nessa revoada de velhos precoces que em dezembro de 1973, sob a égide de um paraninfo tão ilustre como Silvio Romero, desferiram o voo do pombal da Praça 15, que me sinto no limiar dos 70 mais voltado para o futuro e mais jovem de espírito, que no limiar dos 20. Não foi à toa que no ano seguinte, em Paris, na esquina da Rue Royale com o Boulevard de la Madeleine, naquele trágico sábado, 2 de agosto de 1914, senti na carne, como se diz – e até hoje o sinto, no movimento trepidante daquela despedida –, o fim do século XIX. E a entrada em um mundo novo! Naquele momento preciso –, naquele cotovelo ur-

bano, onde por mais de uma vez tenho evocado aquele momento decisivo de um mundo alucinado –, era nossa mocidade velha que se despedia e era longa jornada em busca de uma nova mocidade, que se anunciava. E é hoje, na soleira de uma nova década, que os salmos chamam de final da vida humana, que posso dizer, olhando os caminhos percorridos, e sem nisso ver nenhum motivo, nem vaidade nem decepção, que é com muito mais fervor, do que então, que considero os novos horizontes que se abrem nessa vigília do século XXI. E que o encontro com Deus numa volta do caminho foi pra mim, como é para todos nós, o segredo de uma juventude que transcende a melancolia das despedidas e a inquietação do desconhecido, no limiar de uma idade nova...

20. XII. 63

1964 - Aos homens de boa-fé

As guerras e as revoluções não são apenas métodos primários, anacrônicos e anticientíficos de promoção social. Representam sempre um retrocesso a estágios primitivos da humanidade. Nelas são as paixões que governam os homens e não os homens que dominam as paixões. Daí o descaso pela inteligência, pela verdade, pela moderação, virtudes típicas da natureza racional, e não passional do ser humano.

Por isso mesmo, é nas épocas revolucionárias, quando as paixões se desenfreiam, que devemos preservar com mais carinho essa preciosa semente de amor pela verdade, pela liberdade e pelo próprio amor que constituem a flor da dignidade humana. O silêncio faz parte desta constelação de virtudes. E é um índice infalível dessa dignidade. Vede por exemplo, o exemplo de dignidade que nos dá o silêncio, não orgulhoso mas visceralmente cristão, com que esses dois grandes bispos brasileiros – o cardeal Mota e dom Helder Câmara – vêm enfrentando a campanha de difamação sorrateira ou mesmo de injúrias públicas com que têm sido

agraciados, no tufão de paixões desencadeadas e irresponsáveis que nos têm varrido. Exemplo desse desamor pela verdade é o modo com que têm sido interpretados tanto a renúncia de dom Carlos de Vasconcelos Mota à Arquidiocese de São Paulo e sua voluntária transferência para Aparecida, como aquele último almoço com o então presidente da República. É o amor pela verdade dos fatos que nos leva a relatar, com rigorosa exatidão, o que então se passou. Bem sei que os fatos e que a verdade não prevalecem num clima como o de nossos dias. Mas este mau tempo há de passar em breve, e o sol da boa-fé e do amor pela verdade não tardará a raiar de novo em nossos horizontes. Há dois anos passados, quando tive a honra de viajar para Roma no mesmo navio que o cardeal Mota, ouvi dos seus lábios, ou de pessoa muito chegada a ele, a intenção de trocar a arquidiocese de São Paulo pela de Aparecida, por motivo de saúde. Comunicou então tal desejo ao Núncio, que em tão má hora há pouco perdemos. Este o aconselhou a "esperar pelo fim do concílio".

Como esse fim tardasse e a saúde não voltasse, escreveu o cardeal, no dia 22 de março (vejam bem a data) uma carta ao Santo Padre solicitando essa transferência. Como dom Helder então lhe telefonasse que desejava ir a São Paulo despedir-se, disse-lhe o cardeal que o aguardasse no Rio para tratar de assuntos referentes à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (de que um é presidente e o outro secretário-geral), onde iria entregar pessoalmente ao Núncio Apostólico sua carta. Ao se encontrar, no Rio, na segunda-feira 23, com dom Helder, este lhe comunicou que acabara de receber convite do presidente para um almoço de despedida. E sabendo por dom Helder que o cardeal Mota estava no Rio, pediu-lhe que o convidasse também. Almoçaram os três, sem nenhum outro conviva, na terça-feira, 24, no Palácio das Laranjeiras, sem que qualquer outro assunto de importância fosse objeto de conversação. O cardeal ignorava que o presidente estivesse no Rio.

Não podia de modo algum recusar um convite de mera cortesia, como não o podia Dom Helder. Nunca lhe passou pela cabeça oferecer ao presidente qualquer espécie de solidariedade. Assim como seu pedido de transferência para Aparecida foi renovado dez dias antes do acontecimento, como o confirma o próprio papa no discurso do Colégio Pio Brasileiro em Roma e na elogiosíssima carta pessoal que lhe acaba de dirigir-lhe.

Eis os fatos na sua eloquente e singela nudez. Tudo ocorreu sem a mais leve pressão, nem dos acontecimentos nem da Santa Sé. Que os homens de boa fé os anotem para seu governo e seu juízo. Quanto aos outros...

4. VI. 64

À brasileira

Assim como devemos profligar todos os atos da nova situação que tendam ao extremismo reacionário, temos o dever de registrar e de aplaudir os que situam dentro da linha do humanismo brasileiro e do reformismo econômico, do espírito democrático e distributista. Já consignamos aqui, logo depois de vitorioso movimento, sua obediência à linha tradicional da solução histórica de todas as nossas grandes crises, de modo rápido e incruento. Como consignamos, outrossim, o caráter antibrasileiro e antitradicional de toda solução extremista.

Queremos, hoje, chamar a atenção para um pequeno episódio, relatado pelos jornais, sintomático desse primado do caráter brasileiro, no modo de resolvermos nossos problemas, que devemos a todo transe preservar e estimular.

Os repórteres perguntaram, ao mesmo tempo, a um jurista eminente e ao Ministério da Guerra, ainda ao tempo do Comando Revolucionário se o fato da supressão dos direitos políticos arrastava consigo a perda dos cargos porventura ocupados pela mesma pessoa. O jurista, escudado em artigos e parágrafos da lei

positiva, proclamou fria e dedutivamente que sim. Não havia dúvida. Perdidos os direitos políticos perdiam os cargos. Ora, o militar, ao contrário, respondeu de modo oposto, introduzindo uma consideração que pode não ser formalisticamente jurídica, mas é profundamente racional, humana e... brasileira: "Acho que uma coisa não arrasta a outra. O direito político pertence ao cidadão e sua perda tem consequências estritamente pessoais. Mas o cargo pertence sua família (sic) e sua perda afetará as pessoas inocentes dos atos acaso praticados pelo seu chefe".

Essa admirável e imprevista distinção pode não estar de acordo com a letra da lei, mas o está com seu espírito. O jurista terá respondido na base do direito positivo. O militar o fez em consonância com o direito natural. E como este é, por natureza, anterior e superior aquele, a solução do general é muito mais certa, e incomparavelmente mais brasileira e humana, que a do jurisconsulto.

São fatos como esse que devemos registrar no lado do Haver, como não devemos silenciar os do lado do Dever, se estamos realmente em um regime democrático, em que a liberdade de opinião e a verdade da informação devem ser rigorosamente respeitadas.

Considero que a realidade brasileira, e as famosas "linhas de força da nacionalidade", a que se refere o sociólogo Gonzague de Reynold e que tantas e tantas vezes tenho citado – superam todas as esquematizações abstratas. Temos de resolver nossos problemas à brasileira. Não que essa marca própria se substitua aos princípios perenes supremos e universais do pensamento e da ação. Tanto mais quanto um dos sinais característicos dessa realidade brasileira é a universalidade.

Mas o universal não suprime o particular, nem o essencial o contingente. Esse modo brasileiro de resolver os problemas, na base da *"sapientia cordis"*, é o oposto do nacionalismo xenofóbico e do racionalismo dedutivo. É essencialmente humano e cristão. E por isso representa um autêntico humanismo.

11. VI. 64

Revolução dos bem pensantes

Assim como nunca acreditei que estivéssemos ameaçados de um regime comunista e sempre vi no anticomunismo sistemático uma hábil manobra do direitismo político para alcançar o poder – também não creio na possibilidade de agora de um regime fascista ou fascistizante. Todo extremismo é visceralmente antibrasileiro. Esse exotismo político foi introduzido, entre nós, na década de 1922-1932, com a fundação do Partido Comunista, e o lançamento da ação integralista. Agravou-se enormemente com a renúncia do sr. Jânio Quadros, cuja candidatura fora uma tentativa de superar essa radicalização antinacional. Enquanto seu sucessor marombou entre a esquerda e a direita, não houve ruptura da continuidade legal. Quando a direita, porém, radicalizou sua oposição, e arrastou o sr. João Goulart a inclinar-se para a esquerda, quebrou-se o equilíbrio e o golpe foi dado com o apoio integral da direita e a tentativa ou esperança de eliminação total da esquerda, pela cassação de mandatos, da suspensão de direitos políticos, da perseguição ideológica, das paixões indiscriminadas, em suma, do terrorismo político, cultural, e até mesmo espiritual.

Ainda nos encontramos em parte nessa fase sectária, em que têm sido cometidos os maiores desatinos policiais, sobretudo na "caça aos comunistas" e sobretudo aos pseudocomunistas com a aprovação e a conveniência das almas piedosas e incapazes de matar uma mosca com as próprias mãos. Essas boas pessoas, dez anos atrás, se horrorizavam ante os campos de concentração e os fornos de Hitler, mas hoje tudo indica que seriam capazes de aprovar euforicamente a construção dos mesmos contra os comunistas brasileiros. Tudo fruto daquela *"Grande Peur dês Bien Pensants"* a que se refere o livro famoso de Bernanos.

No município de Itaqui, ao lado de São Borja, que era do sr. João Goulart, contaram-me que foi erguido um "campo de concentração" para os prisioneiros políticos... No interior de Pernambuco passeavam os "comunistas", em geral simples adversários políticos, nus

da cintura para cima, amarrados por uma corda, e expostos a execração pública! Tal a capacidade de ódio que há no fundo das naturezas mais pacatas quando atacadas de pânico. E uma das armas políticas mais habilmente brandidas contra o regime deposto foi, sem dúvida, o pânico anticomunista, que gerou o fanatismo e este terrorismo. Pois o terrorismo não é mais do que o fanatismo em ação.

Falei, acima, no terrorismo espiritual. É o que se vem desenvolvendo nessa fase intermediária como o companheiro do odioso terrorismo cultural. Tem-se atacado insidiosamente todas as autoridades eclesiásticas, desde que suspeitas de simpatia pela "esquerda" ou pelas reformas sociais. Temos visto o espetáculo degradante das "advertências" policiais à Ação Católica para que não se meta em política. Assistimos envergonhados, em Ribeirão Preto, à prisão de sacerdotes, que se haviam dedicado ao "crime" do apostolado rural. Em São Paulo e Uberaba, faculdades de filosofia católicas, de freiras, foram invadidas. No Recife e no Rio, prenderam moças e rapazes da Juventude Universitária e outros ramos da AC. Em Pernambuco forçaram quatro sacerdotes, assistentes da mesma, a optarem entre a prisão e o exílio. Torturaram em Minas, com pontas de cigarros acesos, o padre Francisco Laje. Lembra tudo isso o que ocorreu na Argentina, em passado não muito distante e que levou o peronismo à ruína, quando se lançou com Borlenghi no ataque à Igreja.

Não é este o destino que desejamos à nossa bem-intencionada Revolução dos Bem-Pensantes.

25. VI. 64

Confronto e contrastes

É realmente confortador que o presidente Castelo Branco não perca ocasião de declarar que o movimento que o elevou ao poder não é um movimento direitista nem visa impedir, mas antes incrementar, a tendência reformista em nossa evolução democrática. Se conseguir realizar esses propósitos, terá decepcionado pro-

fundamente os que deliraram com o movimento, na esperança de conquistarem o poder para a plutocracia e para a boa vida das classes privilegiadas. Pois a ascensão do povo e sua participação crescente, não apenas no poder econômico, mas no poder político, é um imperativo da nossa formação nacional. O movimento evolutivo é sempre mais forte que todos os movimentos revolucionários, para a direita, como o de agora, ou para a esquerda, como o de 1930. Mais forte e mais justo, mais racional e mais de acordo com a natureza das coisas e com nosso próprio temperamento brasileiro.

As palavras do presidente, no entanto, são ainda desmentidas ou pelo menos atenuadas e acrescidas de um ponto de interrogação, em face dos fatos.

O rompimento com Cuba, por exemplo, que há dias comentávamos, é um deles. Como o é, ainda mais grave, o prosseguimento do clima de insegurança, da existência de um poder culto – chame-se de Conselho de Segurança Nacional o Alto Comando Revolucionário (extinto, mas não morto...) – e da ação desmoralizadora das moralizantes comissões de expurgo, especialmente dos meios estudantis.

Na política internacional, o perigo mais imediato de contradição às palavras tranquilizadores do presidente é o fantasma do isolacionismo. Ainda há tempos, pouco antes da partida do nosso ilustre embaixador nos Estados Unidos, pronunciou ele em São Paulo, palavras significativas e inquietantes. Proclamou que o Brasil devia conservar-se, nitidamente, "para cá da Cortina de Ferro".

Se o fez com intuito de facilitar sua missão nos Estados Unidos, não creio que tenha alcançado seus fins. Nos mesmos dias em que os jornais publicavam a profissão de fé isolacionista ou acidentalista do nosso eminente enviado diplomático, o presidente dos Estados Unidos fazia profissão de fé antitética, nos seguintes termos:

"Os Estados Unidos estão dispostos a ampliar suas relações com a Europa Oriental... Os países da Europa Oriental começam a

reafirmar sua própria identidade. É preciso estabelecer novas relações com esses países, que procuram uma independência, mas estão em perigo de isolamento. Continuaremos colocando pontes sobre o abismo que nos separa da Europa Oriental. Essas pontes serão um comércio cada vez maior, intercâmbio de visitas e cultura. Isso servirá a paz no mundo". (Disc. Em Lexington, 23-V-64). Esses países são Rússia, Polônia, Hungria, Iugoslávia, Tchecoslováquia, Romênia, Bulgária e a própria Alemanha Oriental.

Enquanto o presidente dos Estados Unidos faz essas declarações anti-isolacionistas, nosso ilustre embaixador quer isolar o Brasil "para cá da Cortina de Ferro", deputados apresentam projetos de ruptura de nossas relações com países socialistas e as Comissões de Expurgo e a polícia continuam sistematicamente a condenar o mais leve contato intelectual com esses países como sendo a ruptura de um cordão de quarentena e a ameaça de uma epidemia de marxismo-*morbus* em nossas puríssimas terras brasileiras...

O confronto é penoso para nós e humilhante para a independência nacional. Enquanto nos querem isolar num lazarento, para agradar a política dos isolacionistas norte-americanos, os Estados Unidos proclamam seu propósito de lançar pontes sobre os abismos, que nós pretendemos, com nosso farisaísmo, aprofundar...

9. VII. 64

Despedida

Quando há de menos democracia liberal e de mais democracia social, com o apoio direto do povo. E em volta ao presidencialismo, o que mostra a flexibilidade e a inconstância dos novos rumos democráticos. Estamos em plena democracia aberta e perigosamente disponível. Um veto de cetismo eleitoral varre os setores populares e enche a cabeça das novas gerações. Os exemplos totalitários interamericanos e próximos de Cuba, a extrema esquerda; e da Argentina, do Equador e do Peru, a extrema di-

reita militarista, fazem oscilar as consciências e perigar as instituições democráticas.

A democracia social está, pois, em plena crise, que pode ser uma crise de crescimento como uma crise de malogro, tudo dependendo do bom senso das nossas elites políticas, intelectuais e técnicas, se souberem empreender corajosamente as reformas de base, que consolidarão a democracia social, na linha de nossa autêntica tradição histórica, ou enveredarão, ao contrário, por experiências extremistas, antidemocráticas, no lamentável caminho dos mimetismos cosmopolitas.

Se me tivésseis previamente consultado, esperanças, meus jovens licenciados da Faculdade Nacional de Filosofia (1962), eu teria certamente dito não. Como, entretanto, não o fizestes, que me resta se não dizer muito obrigado a todos. A todos sim, e a cada um de modo especial. Aos que pensaram no velho mestre, no mesmo ano de sua despedida e aos que aceitaram a escolha da escassa da maioria, num belo exemplo de solidariedade democrática e de antisectarismo. Tudo isso me toca de modo muito particular. Antes de tudo pela oportunidade que tão gentilmente me oferecestes de dizer adeus, de público, a essa jovem faculdade, que vi nascer, no largo do Machado, e deixo ainda engatinhando, sem pouso certo e vivendo de brisas e de esperanças. Quem passou, mesmo de leve, pelas velhas universidades da Europa ou da América do Norte, bem sabe que ainda estamos longe de possuir espírito universitário e sois vós, precisamente os precursores. Quem hoje vos fala representa, embora canhestramente e marginalmente, o fim de uma era da história da educação brasileira: a era do autodidatismo. Ajudamos, há vinte anos, o despertar da era do heterodidatismo, base do espírito universitário. Bem sei que uma coisa não substitui propriamente a outra, pois a primeira autoridade em matéria educativa é precisamente a que exercemos sobre nós mesmos. Cada um de nós é, antes de tudo, aquilo que faz de si próprio. Nada

substitui a formação do homem por si mesmo, mormente no plano universitário. A arte de educar é, antes de tudo, a arte de educar-se. E só aprendemos bem aquilo que ensinamos a nós mesmos. Por essa razão é que, a medida que passamos do plano primário da instrução ao médio e ao superior, vai desaparecendo gradativamente a distância entre mestres e alunos. Na escola primária o mestre dá e o aluno recebe. Na escola média, o mestre indica e o aluno segue. Na escola superior mestres e alunos, no mesmo nível, procuram, entre si, conhecimentos e experiências. Há uma constante de interdependência de funções, em que o professor aprende com os alunos, tanto estes com aquele. Aprendemos ensinando e ensinamos aprendendo. Ai do universitário que recebe apenas passivamente o que lhe traz a cátedra. Ai, sobretudo, dos catedráticos – nome hoje aliás quase pejorativo... – que se julgam donos do saber e o distribuem como milho aos pombos. O ensino universitário é uma reciprocidade. E o professor, que não se sente aluno até o fim da vida, falhou a primeira condição da ciência verdadeira: a humildade. Eis porque não vejo contradição entre o auto e o heterodidatismo. Um completa o outro. Nem tradição nem contradição, mas partilha. Somos, meus caros ex-alunos, e sempre colegas, coparticipantes da mesma tarefa. Foi sempre o que tentei fazer, sem nunca entretanto o conseguir como quisera, nesses 25 anos que ora terminam. Fui, como vos disse, um dos últimos representantes desse autodidatismo que até então constituía a marca definitiva do nosso ensino superior. Quando se fundou essa faculdade, ou a do Distrito Federal, em 1935, ou, em 1932, o Instituto Católico de Estudos Superiores, não havia no Brasil nenhum estabelecimento de ensino superior especializado de ciências, de filosofia, de pedagogia, de letras, salvo a Faculdade de São Bento, em São Paulo, de 1911, ligada à Universidade de Louvain. Foi com autodidatas que se formaram, desde então, nas várias capitais, os corpos docentes das diferentes faculdades isola-

das ou universidades que desde então se fundaram. Nelas, então, é que nesse quarto de século se veio formando essa geração de heterodidatas, que hoje ocupa os postos de instrutores e assistentes e começam, alguns, a galgar os postos superiores. Fomos, portanto, os da nossa geração, os últimos abencerrages de uma era de autoformação, superficial e caótica, de que tanto sofre nossa incipiente vida cultural. Não há dúvida de que essa autoformação tem suas qualidades e seus defeitos. Não nego, como vos disse, a necessidade primacial de sermos mestres de nós mesmos a alunos até morrer. Mas longe de mim o pensamento de julgar inútil a função magisterial e o estudo sistematizado. Pelo contrário. Não há cultura autêntica, e muito menos liberdade e progresso cultural, sem essa prévia disciplina de rigorosa aprendizagem. O verdadeiro espírito universitário, esse que nossa geração não conheceu e de que a vossa apenas lançou as bases, ou mesmo apenas o desejo e o pressentimento, é marcado, ao mesmo tempo, por uma extrema disciplina e por uma extrema liberdade. São dos muitos extremos que se tocam. O verdadeiro saber é, ao mesmo tempo, submissão total e total libertação. É preciso submeter-se humildemente ao objeto para poder transcendê-lo e partir para novas aventuras. A impaciência é, por isso mesmo, a grande inimiga da ciência. Não há rosas sem jardineiros. E até mesmo, como dizia Fontenele numa sentença famosa que Jean Guéhenmo recentemente evocava, no seu discurso de recepção na Academia Francesa, tão cara ao seu antecessor Emile Henriot: *"de mémoire de rose on n'a jamais vu mourir um jardinier"*. Ou seja, em termos menos belos e enigmáticos, os jardineiros sobrevivem às rosas. Sim, mas os jardineiros existem para as rosas e não as rosas para os jardineiros. O processo do saber é feito de grandes renúncias e de um amor que transcende a todas as recompensas humanas. Assim é, meus queridos e jovens colegas, a carreira do magistério, que em geral escolhestes e que foi a minha, durante esse quarto de século que este ano termina, ao

menos oficialmente. Pois espero que só termine, realmente, quando soar a hora de prestar contas da vida! É, de certo modo, a mais bela das carreiras, pois teres entre vossas mãos a mais difícil das tarefas – a de formar vidas humanas, a de lidar com criaturas humanas e com seu destino na Terra e até mesmo na eternidade. Pois se fordes fiéis à vossa vocação, tereis não apenas de viver a vossa vida, mas de participá-la com outrem, com esses outros jovens que chegarão cada ano para o vosso íntimo convívio. Durante esse quarto de século, em que cada ano recebi no primeiro dia de aula uma nova turma, nunca deixei de me ver possuído, especialmente durante as primeiras aulas, por esse sentimento de mistério, de angústia, que representa a descoberta de mundos novos, através desses muito pares de novos olhos que vos dissecam implacavelmente, nessa constante lição de anatomia em profundidade, que é a aula... Pois a educação é por natureza, e tende ser cada vez mais – nessa era trágica em que vivemos, talvez no momento mais patético da história do mundo até hoje – um movimento de humanismo comunitário e pluralista. Essas três ideias de humanidade, de comunidade, e de pluralidade me parecem fundamentais, não só para a formação do espírito universitário, que ainda nos falta, mais ainda para nossa configuração com nosso tempo e com os novos tempos que estão surgindo dessa transição de uma velha civilização decadente, a civilização baseada nos privilégios, para uma nova civilização a que aspiramos, baseada na responsabilidade.

Durante esses 25 anos de incessante atividade no magistério oficial, a que hoje digo adeus publicamente graças à vossa generosidade, sempre fiz do humanismo o centro da minha concepção pedagógica. Se a lei da perfectibilidade é a lei fundamental da natureza humana e da história – não em sentido monolinear e necessário, mas em sentido multilinear e aparentemente contraditório –, a educação constitui a atividade humana por assim dizer primacial. O homem é a maior das virtualidades vivas. Dentro dos limites de sua natureza e

das variedades de suas vocações rigorosamente individuais – e que constituem o mistério pessoal e incomunicável dos gênios, dos heróis e dos santos –, o homem pode ser tudo ou nada, conforme souber ou puder encontrar e desenvolver em si os germes que a educação souber desenvolver. Formar homens integralmente humanos, eis a tarefa fundamental do educador. Cada ser humano é um mistério indecifrável. Com que avidez, durante as minhas aulas, não procurei descobrir em cada um dos meus alunos o mistério de sua personalidade. À medida que nos apaixonamos pela nossa função de professores – e vós já passastes pelo estágio didático e, portanto, me compreendereis perfeitamente e sabeis que só fazemos bem o que fazemos com paixão, isto é, com amor intenso – à medida que nos concentramos na transmissão do nosso saber e da nossa experiência, numa aula, vamos descobrindo nossa própria personalidade. De um lado a transmissão, ao aluno, dos nossos próprios conhecimentos. De outro, a ansiedade de ler, em cada olhar, o mistério daquela alma e a reação que cada um traz ao que recebe. E cada um recebe de acordo com sua própria natureza irredutível. Daí não haver nada de mais terrível e desmoralizante, para um professor, do que o aluno desatento. Cada aula é uma espécie de luta, de debate contínuo, de conquista do aluno contra as forças da distração, do cansaço ou da resistência. Assistimos às nossas próprias aulas como se fossemos também alunos.

Lutamos conosco e com eles. Ora, não existe ensino, mas professores. Mais do que isso, não existem professores, mas aulas. Cada aula é uma criação distinta. Chegamos a cada uma delas em pânico, como no primeiro dia. E ai do professor a que esse pânico for estranho. É o sinal de que chegou a hora da retirada. Chegou a hora dos piores dos nossos inimigos – a complacência ou a indiferença; a aula dada apenas pela obrigação de ser dada. Ou o professor satisfeito de si mesmo. Ai dos indiferentes! O aluno não se engana a esse respeito. É ele nosso examinador contínuo. Não sou

partidário dos concursos, embora tenha feito quatro para chegar a essa despedida! O que vale é o concurso de cada dia, o exame de cada aula. E bem sabemos que há dias mortos em que somos incapazes de transmitir o que quer que seja, por mais que sejamos familiares com a matéria ensinada. Como há dias luminosos, em que o contato se faz facilmente. E a barreira do silêncio que nos separa uns dos outros – e particularmente mestres e alunos, mesmo no regime de reciprocidade que é o ambiente universitário – é facilmente transposta. Alcançamos, então, sem esforço, essa segunda etapa de nossa função magisterial – a etapa comunitária. Se a educação visa, antes de tudo, formar personalidades autênticas e responsáveis, essa formação pessoal deverá ser rigorosamente comunitária. A educação é um humanismo comunitário e não individualista. A passagem do autodidatismo ao heterodidatismo, a que antes aludi, tem também sua expressão viva nessa extensão comunitária da tarefa de formar homens autênticos.

Aquela transição de uma civilização de privilégios a uma civilização de responsabilidade, quaisquer que sejam os nomes que a história lhes dê, encontra uma de suas figuras representativas. O privilégio da instrução, especialmente secundária e superior, reservada a certas camadas da população, foi a característica de uma longa fase, em nossa própria história, de que apenas começamos a sair. Se considerarmos a evolução de nossa história, tanto política, como econômica e cultural, veremos como essa democratização da política, da economia e da cultura, por meio de círculos demográficos de extensão crescente, vem sendo uma das leis do nosso desenvolvimento do Brasil colonial ao imperial, e da primeira à segunda República. Terá de ser incentivado esse movimento, se quisermos fazer a revolução que nossos tempos estão exigindo – à moda brasileira –, isto é, pela violência das palavras, que levam aos atos inerentes aos regimes de liberdade, e não pela violência das armas inerentes aos regimes de opressão. O espírito

comunitário da educação começa, precisamente, por essa extensão em quantidade de modo a permitir que a todos, sem distinção de classe ou de situação econômica possam ser estendidos os benefícios de uma instrumentação educativa. Pois a educação é um meio e não um fim. Mas é mister que esse meio esteja ao alcance de todos e não apenas daqueles que dispõem de recursos próprios para galgar todos os graus de ensino.

Essa irradiação quantitativa é a condição preliminar para uma seleção qualitativa. É mister dar a todos a oportunidade para que os melhores, e não os mais favorecidos pela sorte, sejam beneficiados. Não apenas por si próprios, mas para a coletividade. Pois o sentido comunitário da educação não visa apenas aproveitar os melhores, quantitativamente, mas permitir uma distribuição mais equitativa de funções, na sociedade, de modo a adequar as vocações às exigências da comunidade social. A educação é o meio essencial, não só para formar personalidades autênticas, mas comunidades autênticas. A educação é uma atividade fechada e especializada. Pelo contrário. É uma função que atinge a todos os grupos sociais e que permite o aperfeiçoamento de cada um, da família ao Estado e ainda a intercomunicação entre eles. Daí ser ela um humanismo comunitário, tanto no próprio âmago das instituições educativas como na relação delas com as demais funções da sociedade. Tanto na vida nacional como na vida internacional. Um exemplo vivo desse espírito comunitário da educação é a efetivação recente da participação dos corpos discentes nas congregações e nos departamentos universitários. É uma experiência ousada, que nenhuma universidade do Velho Mundo, do Oriente ou do norte do nosso continente ainda adotou. Não se trata de um problema político ou econômico – ou pelo menos não deve tratar-se – já que os países de regime político e econômicos antagônicos, como a Rússia ou os Estados Unidos, não o adotam. Trata-se de um problema de formação comunitária educativa, como se trata de

uma experiência latino-americana. Será ou não adotada pelos países da velha tradição universitária, conforme os resultados que der em nosso país. Sempre fui favorável a essa participação, justamente porque faz parte do humanismo comunitário, que me parece constituir a própria natureza da educação. Grande é a responsabilidade daqueles que estão começando essa experiência *in anima nobile*. As árvores se conhecem pelos frutos, como nos dizem a experiência universal e o consagrou a palavra evangélica. A participação ativa dos estudantes na organização universitária – que Fernando Pessoa condenou com tanto sarcasmo, em uma das páginas mais ferinas de sua pena inconfundível, – será consagrada ou aniquilada como integrante da vida universitária do mundo de amanhã, conforme dela souberem utilizar-se os estudantes latino-americanos. É uma experiência que apaixona e será decisiva para o papel que a América Latina está começando a desempenhar, neste mundo novo que por toda parte está nascendo neste fim de século, que é também a vigília do século XXI.

Mais do que a divisão do mundo em três blocos, o que nossa era nos mostra é sua separação entre mundo desenvolvido e mundo subdesenvolvido. Pertencemos economicamente a este último, mas culturalmente ao primeiro. Nada de mais necessário, ao considerar nossa época e nela a posição de nossa pátria, do que levar em conta essas complexidades de situações. É a isso que chamamos de pluralismo e nos parece ser o terceiro esteio de um sistema educativo realmente cultural e progressivo, dentro da lei de perfectibilidade, que governa os homens e as coisas, como aquela lei do Amor, de que fala Dante no fecho da *Divina Comédia.* Nada de mais contrário à verdadeira natureza das coisas que simplificá-las exageradamente. O universo é um conjunto de surpresas indefinidas, desde a vida natural mais elementar até a vida sobrenatural mais intensamente mística. Nossa sede de totalidade não tem de abandonar nada, nenhum entretom deste maravilhoso e variadíssimo universo, de que

somos ao mesmo tempo parte e todo. Pois tanto somos arrastados pelo movimento global da história e do universo como somos capazes de dominar, relativamente, tanto a história como o universo. E esse pluralismo, que nos revela à verdadeira cultura, é o diálogo entre os homens, as nacionalidades, as civilizações, e faz da liberdade um fator capital como a justiça, para a construção desse mundo novo, que todos estamos empenhados a construir. É ele, esse pluralismo, que destrói as trincheiras e constrói os viadutos entre os homens e os regimes aparentemente mais contraditórios.

Esse contato da educação com todos os aspectos da vida nacional e internacional é uma condição essencial para que esse humanismo comunitário e pluralístico nos permita operar a passagem de civilizações, em que todos estamos empenhados, sem o desperdício irracional de vidas, bens e destinos que as guerras e as revoluções sangrentas arrastam com elas. A civilização burguesa, de que o mundo se despede neste fim de século, se baseou na supremacia do Ocidente e no culto do progresso material e de um individualismo que fez da educação privilégio de elites. Com o advento da África, com a redescoberta das velhas civilizações asiáticas e a afirmação internacional da América Latina – a face do mundo moderno está mudando de dia para dia. Nem sempre para melhor, sem dúvida e com o perigo de julgar que a história começa amanhã. Mas uma palavra de um bispo africano no Concílio Ecumênico em curso é muito significativa: "Estamos cansados do Ocidente", disse ele. E essa palavra pode ter repercussões trágicas, se não soubermos compreender, nós os chamamos ocidentais, que somos antes e acima de tudo cidadãos do universo. E que o espírito de universalidade transcende o de nacionalidade, o de hemisfério ou o de civilização.

Para essa grande tarefa de dar a função educativa um caráter de humanismo comunitário e pluralístico de tipo universal, é que sois chamados agora, meus jovens colegas, no momento em que

vos lançais na vida intensa, em que realmente ides pôr a prova as nossas melancólicas experiências de nossa informe ou mesmo inexistente vida universitária. Não há, porém, experiências melancólicas ou perdidas para quem não se deixa penetrar pelo espírito de melancolia e de negação. Por mais triste que tenha sido vossa experiência no mundo informe de nossa inexistente vida universitária, começastes por onde começam todos os precursores: pelo conhecimento do que não deve ser. Nem apenas os precursores devem começar por aí. Saber o que não deve ser é o passo inicial para todos os que querem caminhar, não à toa e sem destino, mas por um caminho certo e para um fim determinado.

Nem todos vós ides seguir, profissionalmente, políticos, homens de partido, escritores, oradores, mães e pais de família, diplomatas, além de professores que já sois. Pois essa marca jamais a perdereis, se não a quiserdes perder, e será para todos vós a melhor das bases para qualquer atividade a que a vida vos convocar de hoje em diante.

Sois uma geração apaixonada pela vida. Ao passo que minha própria geração, no início do século, nessa chamada *belle époque* de que ainda participei aos 20 anos, começou por negar a vida ou antes as razões de viver. Tivemos de reconquistá-las arduamente e por isso mesmo posso dizer-vos, como fruto de mais de meio século de vivência cultural e 25 anos de convívio com a mocidade, que tendes razão de amar a vida e de arriscar, pelas razões de viver, a comodidade do cepticismo. A vida, porém, e as razões de a melhorarmos, são sempre uma criação contínua e custosa. Nada se conquista de uma vez por todas. Temos de recomeçar cada dia a rude escola do amor à vida e de a tornar menos dura para os que terão razões de sobra de julgar uma penitência absurda e sem sentido. Deixo o vosso convívio, meus filhos espirituais – perdoai se assim vos chamo quando sei que muitos de vós não participam das mesmas razões de viver que possuo – ainda mais crente no

valor da mocidade de espírito, do que quando iniciei timidamente, em 1938, o meu contato com vossos predecessores nos bancos universitários. Longe de me cansar com o rodízio anual das turmas, só guardo a saudade das despedidas. E aqui deixo o meu protesto contra a escassez imperdoável dos nossos estudos de letras em profundidade. Especialmente de nossa literatura. Tudo isso, porém, faz parte dos projetos de futuro, como esse Instituto de Estudos de Literatura Brasileira, que fundamos o ano passado, com um grupo de ex-alunos e que nosso sucesso levará avante, se assim o entender. Mas não vou entrar neste remate de oração, pelo caminho inesgotável das reformas do ensino universitário, cuja maior experiência está no curso em Brasília e em outras universidades não oficiais graças à sadia pluralidade de tipos universitários permitida pela nova legislação. Lembrai-vos, porém, de que a verdadeira reforma universitária é a que se faz continuamente no próprio espírito de estudantes e professores.

Permita Deus que possais participar, com todo vosso entusiasmo reformador, desses novos rumos que se abrem a uma vida universitária de cujos primórdios, no que se refere às faculdades de filosofia, tivemos a graça de participar. E de que sois, de modo ainda mais presente e ativo, os precursores. Com nossa geração, repito, termina o reino dos autodidatas. Começa agora a era dos que receberam, em nível universitário, um começo ou um arremedo de preparação universitária, pois só isso é que, de minha parte ao menos, consegui fazer nesses 25 anos, e de que ides ser os iniciadores nas cátedras que começais a ocupar e nos departamentos de que já tendes participado.

Se para o vosso velho mestre e amigo termina este ano a fase oficial de sua vida universitária, começa para vós a vossa grande aventura. Se algo vos posso comunicar de minha própria experiência, é precisamente uma lição de confiança na vida. Beethoven coroou sua obra genial com um Hino à Alegria, no fecho da *Nona*

Sinfonia, uns dos momentos supremos da musica universal. Um hino à alegria de viver é que eu desejaria deixar-vos como testamento nessa minha despedida que se cruza com vosso ingresso. Não permitais que o verme da monotonia corroa vossa atividade.

Não permitais que o veneno do ceticismo abata vossa fé. Não permitais que o demônio do sectarismo esfrie vosso fervor de solidariedade humana. Ao vento da discórdia e do pessimismo que varre o mundo, oponde sempre a serena disposição de amar vossos próprios adversários, respeitando nos outros o que quereis seja em vós respeitado. As ameaças contra vossa liberdade de discordar, oponde a segurança de vossa firmeza de convições e de vossos direitos. Mas a tudo sobrepondo o sentido de nossa responsabilidade perante Deus e perante os homens, face ao presente e ao futuro.

Não desanimes jamais. É nos momentos em que julgamos tudo perdido que se processam as verdadeiras vitórias. E as únicas vitórias, verdadeiramente grandes, são as invisíveis, as silenciosas, as que conquistamos contra nós mesmos e contra tudo que a vida cotidiana acumula de pretextos para perdermos o amor à vida. Sede antes de tudo conscientes de que só somos alguma coisa e só fazemos alguma coisa quando adquirimos a certeza de que nada somos, senão aquele sopro de que fala o salmista (*Halitus tantum est omnis homo*, sl. 38), ou seja, a sombra de uma sombra, porém, que se faz a luz do mundo, reflexo daquela Lux Mundi que iluminou para sempre nossas trevas, pois só a semente que apodrece produz as messes que alimentam. E graças à humanidade dos jardineiros é que floresce o esplendor das rosas.

Terrorismo cultural

O terrorismo cultural, como se sabe e temos visto de perto, é um dos fenômenos típicos de nosso século, do Extremo Oriente ao Extremo Ocidente. É mesmo um dos argumentos mais con-

vincentes contra a teoria do progresso contínuo da humanidade. Não falta até quem nele se apoie para aceitar a teoria oposta do regresso contínuo, que uma série de pensadores alemães desenvolveu depois da Segunda Guerra Mundial. As guerras e as revoluções excitam, como é natural, a euforia infantil dos vencedores e o desespero radical dos vencidos. É o que estamos vendo no momento, entre nós, graças ao clima de radicalismo extremista, aliás tão antibrasileiro, em que estamos vivendo há muito tempo. O terrorismo também é antibrasileiro e por isso mesmo a forma por que, ao menos até agora, se vem desenvolvendo entre nós, ainda assume apenas os aspectos mais suaves e indiretos, como é, por exemplo, o terrorismo cultural, a guerra às ideias. Tivemos, em pouco tempo, exemplos opostos no mesmo sentido. No crepúsculo do governo deposto assistimos ao escândalo da não recondução de Barreto Filho como membro do Conselho Federal de Educação, por motivos puramente ideológicos e políticos. Agora, quando pretendemos ter feito uma "revolução democrática", começam logo utilizando os processos mais antidemocráticos de caçar mandatos, suprimir direitos políticos, demitir juizes e professores, prender estudantes, jornalistas e intelectuais em geral, segundo a tática primária de todas as revoluções que julgam domar pela força o poder das convicções e deter a marcha das ideias. Quando são demitidos de seus cargos homens de reputação mundial no plano da educação como Anísio Teixeira, no plano da sociologia, como Josué de Castro, no plano da economia, como Celso Furtado, simplesmente por pensarem de modo diferente da nova ideologia dominante, estamos no plano do terrorismo cultural. Quando se prendem filósofos puramente metafísicos, como Ubaldo Puppi, não se sabe por quê, ou jovens líderes intelectuais, como Luís Alberto Gomes de Souza e outros, simplesmente porque se considera que seus métodos de alfabetização são "subversivos", estamos no plano do terrorismo cultural. Quando a polícia

de um estado da União baixa instruções para o "saneamento" do país e dita o seguinte: "Advertimos (sic) especialmente (sic) os órgãos da Ação Católica (sic)... para que se afastem e até se abstenham (sic) das atividades incompatíveis não somente com seu programa como – e é o que interessa ao governo – com interesses permanentes da nação e gerais da população" – tal como Mussolini tentou fazer com a Ação Católica italiana, e a Igreja no Brasil já estivesse sob a tutela de um Estado totalitário, estamos no plano do terrorismo cultural. O direitismo autoritário é tão implacável como o esquerdismo revolucionário. Ambos se servem dos instrumentos de força do Estado para tentar dobrar as consciências e destruir as ideias. É a ilusão pueril de todas as revoluções. Pasternark foi vítima desse terrorismo cultural na Rússia soviética, como Mateoti na Itália fascista, Jesus Galindez na ditadura de Trujilo, Edith Stein na Alemanha nazista e Garcia Lorca na Espanha franquista. Nossos estudantes, jornalistas, professores, sacerdotes, intelectuais, filósofos, ainda presos entre nós, estão sendo vítimas desse terrorismo cultural, tanto mais abominável quanto mais disfarçado. E tão profundamente antibrasileiro! Honra à Universidade do Chile, que convidou alguns para ali ensinarem! Até hoje nunca tive medo de comunismo no Brasil. Agora começo a ter.

07. V. 64

Falso enquadramento

Se o paganismo latifundiário está decidido a defender, com unhas e dentes, seus privilégios, não duvido que os estudantes também o estejam, contra a nova tentativa de os despojar de um direito. Falo em privilégios, no primeiro caso, porque vejo naqueles um abuso de direito. Falo em direitos, no segundo caso, porque a autonomia estudantil me parece um direito e não um privilégio, caso se mantenha dentro do limite que divide a liberdade da licença e a autonomia da anarquia e da sedição.

Se o primitivo projeto governamental que tenta disciplinar a vida nos campos no Brasil merecia nosso apoio, pois era um primeiro passo para nos libertarmos daquela trágica dicotomia tão eloquentemente estudada por Euclides da Cunha, entre o Brasil litorâneo e o sertanejo, o da cidade e do campo, o da civilização e o da exploração – o que pretende disciplinar nossa vida estudantil já não merece a mesma aprovação.

Não nego que houve abusos, no rápido avanço que teve, em poucos anos, a autonomia dos estudantes entre nós e sua participação na vida escolar e mesmo na vida política. Se aquela era digna de todo encômio – pois a escola e particularmente a universidade, como tão bem acentuaram recentemente, tanto o presidente da República como o ministro da Educação, representam acima de tudo uma unidade de professores e alunos – a participação de estudantes na política, em princípio muito louvável, se transformou, frequentemente, no oposto, isto é na participação da política na universidade, o que se prestou a abusos e explorações injustificáveis.

Mas um abuso não justifica o outro. Quer tolher a livre organização de associações estudantis, querer centralizar no Ministério da Educação a direção dos movimentos de mocidades é uma política contrária ao espírito da Lei de Diretrizes e Bases, que procurou descentralizar a educação, respeitar a autonomia escolar e particularmente universitária e com isso libertar o ensino de um enquadramento indesejável.

Esse dirigismo se arrisca a fazer, no domínio da educação, coisa semelhante ao que fez no domínio do trabalho, criando-se um novo tipo de peleguismo, ainda menos recomendável do que o outro.

E de tipo fascistizante. Toda intromissão exagerada do Estado na educação contraria o espírito democrático que devemos procurar imprimir a todos os aspectos de nossa vida social. Não que o Estado cruze os braços ou permita que a política partidária explore o idealismo e a paixão natural da mocidade, para perturbar a função

específica de estudantes e professores. Mas não é impedindo associações baseadas em eleições livres, ou limitando-lhes o âmbito da ação, que se chegará à desejada comunidade entre professores e alunos. É apenas exigindo que as escolas cumpram seus regimentos, onde há sempre remédio para os abusos da política partidária, quando perturba a boa marcha dos trabalhos escolares.

Se prevalecer o espírito de dirigismo do projeto, o que veremos, como já estamos vendo, é uma brecha crescente entre os estudantes e professores, entre a mocidade e o movimento de abril e acima de tudo o fortalecimento, até o exagero, do espírito de classe contra o espírito sadiamente comunitário. Assim como o projeto de Estatuto da Terra ou antes de reforma agrária, caso prevalecesse, teria sido um passo avante na democratização do nosso regime de vida, o outro é um recuo perigoso e ameaça as tensões crescentes entre a mocidade que olha para o futuro e os que a pretendem manter numa falsa adolescência, estatalmente enquadrada.

13. XI. 64

CRONOLOGIA

1893 - Nasce no Rio de Janeiro em 11 de dezembro.

1903 - Inicia os estudos secundários no Colégio Pedro II concluídos em 1908 como Bacharel em Ciências e Letras.

1913 - Forma-se em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais (hoje pertencente à Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ)

1914 - Estágio acadêmico-intelectual em Paris, no Colége de France e na Sorbonne. Retorna antes da eclosão da Primeira Grande Guerra.

1917 - Ingressa na carreira diplomática como adido do Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores).

1918 - Casa-se com Maria Teresa Faria, com quem teve sete filhos.

1919 - Adota o pseudônimo Tristão de Athayde ao se tornar crítico literário.

1922 - Publica seu primeiro livro sobre Afonso Arinos.

1923 - Assume a direção da fábrica de tecidos Cometa, pertencente à família, após morte do pai.

1928 - Converte-se ao catolicismo, após larga correspondência com Jackson de Figueiredo, tornando-se membro do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem*.

1932 - É cofundador do Instituto Católico de Estudos Superiores, membro da Ação Católica e da Liga Eleitoral Católica.

1935 - É feito membro da Academia Brasileira de Letras (cadeira nº 40) e do Conselho Nacional de Educação.

1937 - Recusa-se a ser ministro do Trabalho.

1938 - Assume a reitoria da Universidade do Distrito Federal.

1941 - É professor catedrático de Literatura Brasileira na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e na recém- fundada Universidade Católica do Rio de Janeiro.

1944 - É cofundador da Livraria Agir.

1945 - Desloca-se para o Humanismo Integral.

1947 - É cofundador do Movimento Democrata Cristão e colaborador do *Diário de Notícias*.

1951 - Assume o Departamento Cultural da Organização dos Estados Americanos nos Estados Unidos da América. Retorna em 1953.

1958 - É colaborador da *Folha de S.Paulo* e do *Jornal do Brasil*.

1961 - Assume o Conselho Federal de Educação (substituto do Conselho Nacional de Educação).

1962 - É representante brasileiro leigo do Concílio Vaticano II.

1963 - Aposenta-se formalmente como professor.

1964 - Critica veementemente o autoritarismo, defende liberdades civis e direitos sociais a partir do artigo "Terrorismo cultural". Tem intensa atividade jornalística e literária até o fim da vida, conquistando prêmios e títulos.

1967 - É membro da Comissão Pontifícia Justiça e Paz pelo papa Paulo VI.

1968 - Deixa o Conselho Federal de Educação.

1983 - Morre em Petrópolis em 14 de agosto.

BIBLIOGRAFIA

Produção científica

É bastante extensa a produção científica de Alceu Amoroso Lima. Versa sobre vários assuntos, como: educação, filosofia, literatura, religião, cultura e sociologia. Entre os mais de oitenta livros destacam-se:

Preparação à sociologia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Schimidt, 1931. *Tentativa de Itinerário.* Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1931. *Debates pedagógicos.* Rio de Janeiro: Schmidt, 1931. *Problemas da burguesia*. Rio de Janeiro: Schimidt, 1932. *Introdução à economia moderna*, Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1933. *Introdução ao direito moderno.* Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1933. *Da tribuna e da imprensa*. Petrópolis: Vozes. 1935. *Pela ação católica.* Rio de Janeiro: Biblioteca Anchieta, 1935. *Indicações políticas: da Revolução à Constituição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936. *O espírito e o mundo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936. *Elementos de ação católica*. Rio de Janeiro: ABC, 1938. *Contribuição à história do modernismo.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1939. *Poesia brasileira contemporânea*. Belo Horizonte: Paulo Bluhm, 1941. *Pela união nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942. *O cardeal Leme: um depoimento.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1943. *Mitos do nosso tempo.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1943. *A Igreja e o novo mundo*. Rio de Janeiro: Z. Valverde, 1943. *Humanismo pedagógico: estudos de filosofia da educação*. Rio de Janeiro: Stela, 1944. *Estética literária*. Rio de Janeiro: América Editora, 1945. *Pela cristianização da idade nova*. Rio de Janeiro: Agir, 1946. *Primeiros estu-*

dos: contribuição à história do modernismo. Rio de Janeiro: Agir, 1948. *Idade, sexo e tempo: três aspectos da psicologia humana.* 6ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1949. *O existencialismo.* Rio de Janeiro: Agir, 1951. *A estética literária e o crítico.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1954. *Introdução à literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Agir, 1956. *Meditações sobre o mundo interior*. Rio de Janeiro: Agir, 1955. *Política*. Rio de Janeiro: Agir, 1956. *Quadro sintético da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Agir, 1956. *O existencialismo e outros mitos do nosso tempo.* Rio de Janeiro: Agir, 1956. *Revolução, reação ou reforma?* 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964. *Pelo humanismo ameaçado*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965. *João XXIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966. *Estudos literários*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1966. *A experiência reacionária.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968. *Violência ou não.* Petrópolis: Vozes, 1969. *Adeus à disponibilidade e outros adeuses*. Rio de Janeiro: Agir, 1969. *Comentários a populorum progressio*. Petrópolis: Vozes, 1969. *Memórias improvisadas: diálogo com Medeiros Lima*. Petrópolis: Vozes, 1973. *Os direitos do homem e o homem sem direitos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974. *Em busca da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1974. *Tudo é mistério.* 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984. *A bendita guerra*. Petrópolis: Vozes, 1967; *A calçada do glória*. Rio de Janeiro: Agir, 1947; *A cidade colonial.* 2ª ed. Brasília: Ebrasa, 1971; *A missão de São Paulo.* Rio de Janeiro: Agir, 1962; *A família no mundo moderno.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1967; *A Igreja e o novo mundo.* Rio de Janeiro: Z. Valverde, 1943; *A realidade americana: ensaio de interpretação dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Agir, 1945; *A segunda Revolução Industrial.* Rio de Janeiro: Agir, 1960; *A vida sobrenatural e o mundo moderno*. Rio de Janeiro: Agir, 1956; *Afonso Arinos.* Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1922; *Alceu Amoroso Lima*. Rio de Janeiro: Agir, 1985; *Apóstolos modernos: Leão XIII, Florence Nightingale, Isabel, a Redentora, Gandhi, Schweitzer*. São Paulo: Donato Editora, 19?. *As encíclicas sociais de João XXIII.* 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963; A Eucaristia. In *A ordem.* Rio de Janeiro, pp. 59-70, nov.

1939; *As repercussões do catolicismo.* São João del-Rei: Centro Dom Vital, 1932; Autocrítica de Alceu Amoroso Lima. *Manchete.* Rio de Janeiro, v. 15, n. 764, pp. 84-90; Carta aos Católicos de Maceió. In *A ordem,* Rio de Janeiro, pp. 250-255, ago/set. 1946; Cervantes Alma Mater: *Revista da Universidade Católica de Minas Gerais.* Belo Horizonte, n. 3/4, pp. 7-30, jul./dez. 1959; *Companheiros de viagem*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1971; *Contrarrevolução espiritual: ensaios.* Cataguazes: Spinola & Fusco, 1933; *Cultura interamericana.* Rio de Janeiro: Agir, 1962; *O homem e o estado.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1959; *Da inteligência à palavra.* Rio de Janeiro: Agir, 1962; *Economia pré-política* (ensaio). Rio de Janeiro: Católica, 1932; *Ensaios de biologia.* Rio de Janeiro: Católica, 1933; Entrevista. *Pasquim.* Rio de Janeiro, n. 430, pp. 4-11, set. 1977; *Esboço de uma introdução à economia moderna*. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1930; *Estudos literários.* Rio de Janeiro: Aguilar, 1966; *Europa de hoje.* Rio de Janeiro: Agir, 1951; *Europa e América: duas culturas.* Rio de Janeiro: Agir, 1962; *Evolução intelectual do Brasil.* Rio de Janeiro: Grifo, 1971; Hitler e Guardini. In *A ordem,* Rio de Janeiro, pp. 16-21, dez. 1946; *Introdução à literatura brasileira.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1964; *Introdução ao direito moderno.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1978.; *João XXIII.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1966; *L'influence de la pensée française au Brésil.* Paris: Academie dês Siences Morales et Politiques, 1968, mimeo (extraído da publicação de Marcelo Timotheo Costa); *Manhãs de S. Lourenço.* Rio de Janeiro: Agir, 1950; *Manuel Bandeira: poesia.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1983; *Meditação sobre o mundo interior.* 1955; *Meditação sobre o mundo moderno.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1942; *Meio século de presença literária: 1919-1969.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1969; *Memorando dos 90: entrevistas e depoimentos coligidos por Francisco de Assis Barbosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983; *Mensagem de Roma.* Rio de Janeiro: Agir, 1950; *Cristianismo e democracia.* Rio de janeiro: Agir, 1949; *Minas Gerais: suplemento literário.* Belo Horizonte, v.18, n. 899, dez. 1983; *Miscelânea de estudos literários: homenagem a*

Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Palas, 1984; *No limiar da idade nova*. 1935; *O crítico literário.* Rio de Janeiro: Agir, 1945; *O destino da América Latina*. Rio de Janeiro: Record, 1968; *O espírito e o mundo.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1936; *O espírito universitário*. Rio de Janeiro: Agir, 1959; *O gigantismo econômico.* Rio de Janeiro: Agir, 1962; *O jornalismo como gênero literário*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1969; *O mito de Prometeu: ensaios literários*. Rio de Janeiro: Agir, 1951; *O problema do trabalho: ensaio de filosofia econômica*. Rio de Janeiro: Agir, 1947; *O teatro claudeliano.* Rio de Janeiro: Agir, 1959; *O trabalho no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Agir, 1959; *Ofensiva de paz*. Petrópolis: Vozes, 1965; *Pedagogia da Escola Nova*. São Paulo: Centro Dom vital, 1931; *Pela reforma social: ensaios.* Cataguazes: Spinola & Fusco, 1933; *Pela união nacional.* Rio de Janeiro: José. Olympio, 1942; *Pela América do Norte.* v. 2, Rio de Janeiro: MEC, 1955; Pode e Deve Ser Extraditado o Nacional? *Jornal do Comércio,* Rio de Janeiro; *Política*. Rio de Janeiro: Agir, 1956; *Problemas da burguesia.* Rio de Janeiro: Schmidt, 1932; *Revolução suicida: testemunho do tempo presente*. Rio de Janeiro: Brasília/Rio, 1977; *São Francisco de Assis.* Rio de Janeiro: Conjunto Universitário Candido Mendes: Salamandra, 70 p; *Tristão de Athayde: e seu itinerário de conversão.* Rio de Janeiro: Stela, 1943; *Tristão de Athayde: teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: LTC, 1980. (Biblioteca Universitária de Literatura Brasileira. Série A – Ensaio, crítica, história literária; v. 10); *Visão do Nordeste*. Rio de Janeiro: Agir, 1960; *Vivência e arte*. Rio de Janeiro: Agir, 1966; *Voz de Minas: ensaio de sociologia regional brasileira*. Rio de Janeiro: Agir, 1945.

O livro *Elementos de ação e prática* foi reeditado em 1946 sob o título *Pela cristianização da idade nova*. Em *Humanismo pedagógico,* de 1944, foi incluído o estudo "Diretrizes do pensamento brasileiro" de 11 de agosto de 1939. Nesse mesmo livro, mas em texto de 1942, foi publicado "O personalismo brasileiro".

Escreveu a introdução para a tradução de *Noite de agonia em França,* em 1942 e de *Cristianismo e democracia*, de Jacques Maritain, em 1945.

Alceu Amoroso Lima deixou ainda uma vasta produção distribuída em mais quatro mil artigos, prefácios, conferências e pareceres. Entre os ensaios publicados pode-se destacar: *Contrarrevolução espiritual*. Cataguases: Spínola & Tusco, 1933. *Pela reforma social*. Cataguases: Spínola & Tusco. 1933. *No limiar da idade nova*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935. *O espírito e o mundo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936. *Voz de Minas*. Rio de Janeiro: Agir, 1945. *O problema do trabalho*. Rio de Janeiro: Agir, 1947. *Mensagem de Roma*. Rio de Janeiro: Agir, 1950. *A realidade americana*. Rio de Janeiro: Agir, 1954. *O espírito universitário*. Rio de Janeiro: Agir, 1959. *O teatro claudeliano*. Rio de Janeiro: Agir, 1959. *O trabalho no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Agir, 1959. *O jornalismo como gênero literário*. Rio de Janeiro: Agir, 1960. *A segunda Revolução Industrial*". Rio de Janeiro: Agir, 1960. *Europa e América: duas culturas*. Rio de Janeiro: Agir, 1962. *Cultura interamericana*. Rio de Janeiro: Agir, 1962. *A família no mundo moderno*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1967.

Todo o acervo cultural de Alceu Amoroso Lima está sob a guarda do Centro Cultural Alceu Amoroso Lima, na cidade de Petrópolis (RJ), à Rua Mosela, 289.

Obras sobre Alceu Amoroso Lima

BARBOSA, Francisco de Assis. *Intelectuais na encruzilhada – Correspondência de Alceu Amoroso Lima* e *Antônio de Alcântara Machado (1927 – 1933)*. Rio de Janeiro: ABL, 2002.

BETO, Frei. Vida Cristã e Compromisso Político em Alceu Amoroso Lima – entrevista a Frei Beto. In: *Encontros com a Civilização Brasileira*. v. 6, 1978.

CARPEAUX, Oto Maria. *Alceu Amoroso Lima*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

CAUVILA, Waldir. Alceu Amoroso Lima (1893-1983): um educador católico. *In* RAMOS, Lílian M. P. C. (org.) *Igreja, estado e educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2005.

COSTA, Marcelo Timotheo da. *Um itinerário no século: mudança, disciplina e ação em Alceu Amoroso Lima*. São Paulo/Rio de Janeiro: Loyola/PUC-Rio, 2006.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais*. 2ª ed. São Paulo Cortez/Autores Associados, 1984 (Coleção Educação Contemporânea).

HOUAISS, Antonio. Alceu Amoroso Lima: pensamento e pregação. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 33/34, 1973.

LIMA, Alceu Amoroso. Prefácio. In: CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e educação brasileira:* católicos e liberais, 1930-1935. São Paulo: Cortez e Morais, 1978.

______. *O humanismo pedagógico*. Rio de Janeiro: Stela, 1944.

______. *O espírito universitário*. Rio de Janeiro: Agir, 1961.

______. Notas para o Centro Dom Vital. *A Ordem,* Rio de Janeiro, v. 58, n. 4, out. 1957

MENDONÇA, Ana Walesca P. Campos. A Gênese do conceito de educação pública. *In* RAMOS, Lílian M. P. C. (org.) *Igreja, estado e educação no Brasil.* Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2005.

MONTELO, Josué. Mestre Alceu. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 33/34, 1973.

RODRIGUES, Cândido Moreira. *A Ordem: uma revista de intelectuais católicos* – 1934-1945. Belo Horizonte: Autêntica/Fapesp, 2005.

SAVIANI, Demerval. A trajetória da pedagogia católica no Brasil: da hegemonia à renovação pela mediação da resistência ativa. *In* RAMOS, Lílian M. P. C. (org.) *Igreja, estado e educação no Brasil.* Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2005.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *A JUC: os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: Vozes, 1984.

VILAÇA, Antonio Carlos. *O desafio da liberdade: a vida de Alceu Amoroso Lima*. Rio de Janeiro: Agir, 1983.